



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 169 - QUARTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Tião Viana - (PT-AC) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Alvaro Dias - (PSDB-PR) <b>1º SECRETÁRIO</b> Efraim Moraes - (DEM-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> Gerson Camata - (PMDB-ES)	<b>3º SECRETÁRIO</b> César Borges - (PR-BA) (1) <b>4º SECRETÁRIO</b> Magno Malta - (PR-ES)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP) <b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) <b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

## LIDERANÇAS

<b>Maioria</b> <b>(PMDB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 21</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 25</b> <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu <sup>(1)</sup> Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 12</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líder do DEM Kátia Abreu <sup>(1)</sup> Jayme Campos Antonio Carlos Júnior <sup>(2,3)</sup> Maria do Carmo Alves <sup>(4)</sup>  <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
<b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b> Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
<b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 195ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 1.252, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 1º a 9 de dezembro de 2008*..... 40946

##### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Homenagem pelo transcurso dos 339 anos da cidade de Manaus, Amazonas, no próximo dia 24 de outubro.... 40946

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Observações, críticas e sugestões recebidas de cidadãos, por S. Exª, através de e-mails. Sugestão de que marca de operadoras de celulares apareça no visor, no início das chamadas..... 40949

SENADOR ROMEU TUMA – Preocupação com a evolução dos acontecimentos no caso do seqüestro e morte da jovem Eloá, em São Paulo, e o confronto entre a Polícia Civil e Militar. Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do empresário Arthur Sendas. .... 40952

##### 1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.253, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Arthur Sendas*..... 40953

Nº 1.254, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 97, de 2008, que seja fixada para às 10 horas do dia 25 de novembro próximo, a homenagem pela passagem do centenário do falecimento de Joaquim Maria Machado de Assis*. .... 40953

Nº 1.255, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 3 a 4 de novembro próximo*. .... 40954

##### 1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Comentários sobre matérias publicadas nos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, e na revista **Veja**,

acerca do confronto havido entre a Polícia Civil, em greve, e a Polícia Militar, em São Paulo, na semana passada. .... 40954

SENADOR RENAN CALHEIROS – Preocupação com uma das piores crises por que passa a segurança pública em todo o País. Comentários sobre o PLS 97/2008, da autoria de S. Exª, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública. Apelo ao Presidente Lula no sentido de que garanta a assistência psicossocial a bombeiros e policiais... 40958

SENADOR MÁRIO COUTO – Apelo em favor de um esforço concentrado, para a votação de projetos referentes à segurança pública. Críticas à postergação, por motivos políticos, da licença ambiental para as obras da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá. Apelo à Governadora do Pará para que trabalhe em conjunto com os Senadores do Estado. .... 40962

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 25 anos, do jornal **Folha de Boa Vista**, de Roraima. Transcrição da matéria intitulada “**Folha de Boa Vista**, 25 anos escrevendo a história de Roraima”..... 40964

SENADOR VALTER PEREIRA – Protesto pelo adiamento da audiência pública programada para amanhã, na CAE, com o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, a fim de debater sobre a crise financeira mundial..... 40966

##### 1.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados*..... 40970

Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2008 (nº 7.356/2006, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o aviso de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação*..... 40971

Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,*

*aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer. ...*

40972

Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2008 (nº 1.881/2007, na Casa de origem), que *declara Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul*.....

40974

#### **1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Protesto pelo adiamento da audiência pública prevista para amanhã, na CAE, com o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central. ....

40975

#### **1.2.7 – Leitura de requerimento**

Nº 1.256, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Hélio de Carvalho Matos*.....

40976

#### **1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR CASILDO MALDANER – Reflexão sobre a crise financeira internacional e seus reflexos na economia brasileira. ....

40976

#### **1.2.9 – Apreciação de matérias**

Requerimentos nºs 1.248, 1.249 e 1.250, de 2008, lidos em sessões anteriores. **Deferidos**.....

40978

#### **1.2.10 – Ofício**

Nº 121/2008, de 21 do corrente, da Liderança do PSDB, em exercício, no Senado Federal, de substituição de membro para compor a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. ....

40979

#### **1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Reflexão sobre a violência que assola o País, e voto de pesar pelo falecimento do empresário Arthur Sendas. O aumento da conscientização da população em relação à importância da doação de órgãos. ....

40979

#### **1.2.12 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)**

Referente à ausência do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, em audiência pública agendada na Comissão de Assuntos Econômicos. ....

40980

#### **1.2.13 – Comunicação da Presidência**

Anúncio do afastamento do Advogado-Geral do Senado, e constituição da Comissão para proceder a atos necessários ao cumprimento da Reclamação interposta pela Procuradoria-Geral da República.....

40982

#### **1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR MÃO SANTA – Manifestação sobre o confronto entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, em São Paulo, e a quebra da hierarquia. Solidariedade ao Governador de São Paulo.....

40983

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Registro da presença em Brasília do Governador do Mato Grosso, a fim de participar de audiência com os Ministros do Meio Ambiente, e da Agricultura. Sugestão de medidas para minimizar os efeitos da crise financeira internacional sobre a agricultura brasileira. ....

40988

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Manifestação sobre o adiamento da audiência pública com o Ministro da Fazenda e com o Presidente do Banco Central, na CAE. Solidariedade à família da jovem Eloá Cristina, vítima de seqüestro seguido de morte, em Santo André, São Paulo. Destaque para a importância da doação de órgãos.....

40989

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Reflexão sobre a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002, que dispõe sobre a criação dos municípios. ....

40991

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a questão eleitoral no Estado do Pará e as enormes demandas judiciais havidas. Elogios aos esforços dos Ministros do TSE e do TRE no Pará, para colocar em dia a pauta de julgamento. Manifestação sobre a questão ambiental.....

40994

#### **1.2.15 – Pareceres**

Nº 1.067, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o *Aviso nº 43, de 2008 (nº 170/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, anexo ao Aviso nº 84, de 2007, encaminhando ao Senado cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC-006.106/2006-0, referente à tomada de contas especial sobre os convênios celebrados entre órgãos da administração pública federal e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola*.....

40997

Nº 1.068, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008 (nº 1.022/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002*.....

41001

Nº 1.069, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o *Aviso nº 40, de 2008 (nº 250/2008, na origem), do Ministério da Fazenda, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior*.....

41004

#### **1.2.16 – Comunicação da Presidência**

Arquivamento do Aviso nº 40, de 2008, em observância à conclusão de parecer lido anteriormente.....

41007

#### **1.2.17 – Leitura de requerimentos**

Nº 1.257, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de congratulações pela realização da "53ª Festa do Peão de Boiadeiro", de Barretos, em São Paulo*.....

41007

Nº 1.258, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 22 a 24 de outubro próximo.* ..... 41008

Nº 1.259, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 22, 23, 28, 30 e 31 de outubro, 3 e 4 de novembro próximo.* ..... 41008

Nº 1.260, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 424 e 661, de 2003; 318, 372, 390 e 682, de 2004; 21 a 23, 124, 149, 190, 192, 211, 263 e 568, de 2005; 232 e 408, de 2006, por versarem de matérias correlatas.*..... 41008

Nº 1.261, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 73, de 2003; 10, de 2006 e 47, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 468, de 1999; 189, de 2002; 125 e 537, de 2003; 129, de 2004; 24, 230, 232 e 387, de 2005; 243, de 2006; 328, de 2007 e 170, de 2008, por regularem a mesma matéria.*..... 41008

Nº 1.262, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 67, 85 e 92, de 2004; 46 e 84, de 2005; 26, 29, 53, 70 a 72, de 2006; 2, 4, 95, 109, 129 e 130, de 2007; 10 e 70, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 446 e 387, de 2003; 132, 133, 135 a 140, 206 e 268, de 2004; 11, 116 e 144, de 2005; 20, 39, 220 e 324, de 2006; 87, 95, 169, 231, 250, 309 e 559, de 2007, e 182, de 2008, por regularem a mesma matéria.*..... 41008

Nº 1.263, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007, e 74, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 167 e 208, de 2004; 265, de 2005; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 645, de 2007; 202, 253 e 280, de 2008, por regularem a mesma matéria. ...* 41008

Nº 1.264, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 97, de 2003; 48, 80 e 94, de 2007; 15, 24 e 29, de 2008, por regularem a mesma matéria.* ..... 41008

#### 1.2.18 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que *institui o Dia Nacional do Criador de Cavalos.* ..... 41009

#### 1.2.19 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre os efeitos da crise econômica e o anúncio da construção de uma usina siderúrgica em Anchieta, sul do Espírito Santo..... 41009

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “PF teve ajuda do Exército na Satiagraha, diz revista”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de setembro último. .... 41010

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Após 1 ano, acusado pela PF volta à Petrobrás”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 6 de agosto último. .... 41012

SENADOR VALDIR RAUPP – Homenagem pelo transcurso, em 18 de outubro, do Dia do Médico. .... 41013

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

#### 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 21-10-2008

#### 3 – EMENDAS

Nºs 1 a 3, apresentadas ao Projeto de Lei nº 51, de 2008-CN (Mensagem nº 138, de 2008-CN – nº 747/2008, na origem)..... 41014

#### 4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.246, de 2008..... 41018

#### SENADO FEDERAL

#### 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

#### 6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

#### CONGRESSO NACIONAL

#### 13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

#### 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

#### 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL



## Ata da 195ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de outubro de 2008

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Mão Santa e Casildo Maldaner*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos, e encerra-se às 19 horas e 29 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos desta 195ª sessão não-deliberativa, terça-feira, 21 de outubro, às 14h03.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.252, DE 2008**

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para participar do 3º Fórum de Governança da Internet, que se realizará na cidade de Hyderabad, na Índia, em vista de solicitação apresentada a Vossa Excelência, pelo Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, Senador Wellington Salgado, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre os dias 1º e 9 de dezembro de 2008, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Jefferson Praia, que representa o Amazonas e é do Partido Democrático Trabalhista.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, caro amigo, gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável, assim que for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª está inscrito, e o povo brasileiro aguarda an-

siosamente a oportunidade. V. Exª é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Caso não apareça o próximo orador, eu pediria que essa comunicação se convertesse numa fala de inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendido, com toda a sensibilidade e respeito a V. Exª, ao direito e ao Estado do Acre.

Senador Jefferson Praia, V. Exª poderá usar da tribuna, regimentalmente, como uma sessão não-deliberativa, por vinte minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Exª.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Manaus, capital do Estado do Amazonas, está fazendo aniversário no próximo dia 24, quando completará 339 anos. E eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de, neste momento, destacar essa data importante para minha cidade.

Todos nós, Sr. Presidente, gostamos dos nossos Estados, amamos as nossas cidades, principalmente a nossa cidade natal, e eu gostaria de, nesta data, falar um pouco da minha cidade, principalmente do povo que está lá em Manaus e do que se passa na minha vida quando me distancio um pouco de Manaus. Sr. Presidente, para V. Exª ter uma idéia, todas as vezes que saio de Manaus a caminho de Brasília ou de outra cidade, já passo a sentir um forte aperto no coração, passo a sentir saudade, da minha família, dos meus amigos e da minha querida Manaus.

Manaus é uma cidade que amo muito, Sr. Presidente, e, quando falo de amor por Manaus, não posso esquecer de um amigo que tive e que todos nós desta Casa conhecemos muito bem, o nosso saudoso e grande Senador pelo Estado do Amazonas Jefferson Péres.

O Senador Jefferson Péres, Sr. Presidente, amava Manaus, era louco por Manaus, principalmente pela Manaus antiga, pela Manaus da infância que ele teve, pela Manaus da juventude, pela Manaus que ele curtiu

tanto, principalmente quando conheceu a sua esposa, D. Marlidice, pela Manaus por que lutou – percebemos isso na história do Senador Jefferson Péres – e pela Manaus que ele sempre teve na sua mente, nas suas ações, de dar atenção aos monumentos históricos. Refiro-me à luta que o grande Senador Jefferson Péres teve em relação à restauração dos monumentos históricos da nossa cidade.

Sr. Presidente, quando chegamos a Manaus – não sei se V. Ex<sup>a</sup> já teve oportunidade de ir àquela cidade –, percebemos, no aeroporto, na mata que está um pouco perto, as árvores, Sr. Presidente, que parece estar batendo palmas para os visitantes. Parece, Sr. Presidente, que as folhas, ao encontrarem umas com as outras, estão homenageando, meu querido Senador Geraldo Mesquita, o visitante, aquele que está chegando lá na Amazônia, lá na nossa querida Manaus.

Manaus, portanto, é uma cidade acolhedora, é uma cidade que tem, na verdade, uma das coisas lindíssimas, que é o encontro de três rios. De um lado, o rio Negro, um rio antigo, um rio de águas escuras, um rio que tem praias maravilhosas. Por outro lado, há o rio Solimões, um rio de água barrenta, um rio com sedimentos, com o fenômeno de terras caídas, que tem várzeas maravilhosas, férteis, que poderão contribuir muito para a produção de alimentos.

Quando esses dois rios se encontram, eles formam, quase na frente de Manaus, bem na frente de Manaus, melhor dizendo, o grandioso rio Amazonas. E Manaus cheira a rio, cheira a floresta.

Com muito prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)** – Senador Jefferson Praia, o prazer é nosso de ouvi-lo exaltando sua cidade. Uma coisa bonita! E de forma poética, inclusive.

**O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM)** – Obrigado.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)** – A imagem que V. Ex<sup>a</sup> constrói de que, quando o visitante chega a Manaus, as árvores se embalam, como que aplaudindo as pessoas... Eu tenho certeza absoluta de que foi por razões como essa que meu irmão mais velho, José Henrique, acabou se fixando em Manaus, há muitos anos. Ele casou com Fátima, filha de um amazonense ilustre, o Sr. Zeca Rabelo, uma família grande. Passou aqui por Brasília algum tempo e se radicou em Manaus. Foi professor de matemática da Universidade Federal da Amazônia. Conviveu muito com o saudoso Senador Jefferson Péres. Tem lá filhos e netos lindos, maravilhosos. Adora Manaus. E Manaus, Senador Jefferson, para mim, que sou do Acre, é como se a gente estivesse falando propriamente da

nossa casa. Há uma simbiose. Há uma ligação. Há uma identidade muito grande de nós, acreanos, com Manaus, com o povo de Manaus. E V. Ex<sup>a</sup> tem razão mesmo. É um povo muito acolhedor, um povo alegre, um povo trabalhador, de modo que me causa muita alegria ouvi-lo, exaltando sua cidade com satisfação, com emoção inclusive. Daqui me associo às suas palavras e envio meus cumprimentos, a minha saudação ao bravo povo de Manaus, estendo também ao bravo povo do Amazonas, por intermédio dessa familiazinha que faz parte da minha grande família, meu irmão José Henrique, minha cunhada Fátima, a filharada, os netos, coisa mais linda do mundo. Parabéns, Senador, pelo amor que V. Ex<sup>a</sup> tem à sua cidade! É assim mesmo. A nossa cidade é a nossa casa e a nossa grande família. Parabéns!

**O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM)** – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita, pela percepção de V. Ex<sup>a</sup> quanto ao amor que temos pela nossa terra natal. V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, tem o mesmo sentimento pela sua terra natal. V. Ex<sup>a</sup> abordou a questão do seu irmão que, quando chegou a Manaus, ao Estado do Amazonas, chegou para ficar. Lá, nós dizemos o seguinte, Senador Geraldo Mesquita: “Quando você chega aqui e come jaraqui, você vai ficar por aqui, construir a sua família.”

Um povo maravilhoso, como V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer, o amazonense, o manauara é tão acolhedor, gosta tanto das pessoas que chegam para visitar que, sem exageros, Senador Geraldo Mesquita, é capaz de carregar no colo o visitante e proporcionar-lhe a melhor rede que tem.

É assim aquele povo maravilhoso; é assim aquele povo corajoso, como V. Ex<sup>a</sup> disse. E quando vejo o trabalhador e corajoso, lembro-me do índio guerreiro Ajuricaba. É assim o nosso povo. É por isso que, a cada dia em que conheço um pouco mais a realidade do nosso grandioso Brasil – e aqui, nesta Casa, aprendemos muito, quando percebemos cada um falando um pouco de sua realidade –, passo a amar este País com muito mais fervor e passo a amar muito mais a Amazônia, porque percebo as coisas fantásticas que temos lá.

Senador Romeu Tuma, é um prazer ouvi-lo.

**O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP)** – Senador Jefferson Praia, eu estava ouvindo V. Ex<sup>a</sup> falar da nossa Amazônia e ouvi o aparte do nosso Senador, que também pertence a um Estado dentro da Amazônia Legal. Eu sou paulista, amo meu Estado, amo a minha paulicéia por tudo que ela já mostrou ao Brasil: sua capacidade de trabalho, de investimentos e de liderança. Mas aqui no coração tem um pouquinho do Amazonas.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM) – Já percebi isso, Senador.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – A Amazônia é algo diferente na alma do brasileiro. Um dia, convidaram-me para participar de um comício, atravessando o rio, numa cidade que tinha um número razoável de habitantes, mais de cem mil. Todos pensam que a Amazônia só tem a floresta, ou encontra caboclo ou índio, mas não encontra os cidadãos que constroem. Lá tem prédios, produção, indústria, tudo – cidade turística dentro da região amazônica, dentro quase de Manaus. Para chegar lá, atravessa o rio, depois anda uma hora de carro. Fiquei surpreso com a grandiosidade e com a amabilidade da população. Era eleição para prefeito, da outra eleição, e o partido pediu para eu ir lá, porque disseram que eu tinha um pouco de prestígio na Amazônia. Fui e, em cima de um caminhão, fizemos o discurso. Mas houve uma coisa tão dentro da minha alma que eu pedi licença para tirar o sapato e a meia para pisar o solo amazonense e misturar o suor que eu sentia naquele calor com aquela terra. Provavelmente, meu sangue captaria um pouco do Amazonas e eu poderia me sentir um cidadão daquela região. Então, isso ficou na minha alma, no meu conceito. Sou um lutador. Aqui, a todos que brigam pela Amazônia, eu quero somar. Acho que os senhores são testemunhas disso.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM) – Isso é verdade. Já percebemos isso.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Por quê? Porque eu aprendi, há alguns anos, quando instalaram a Zona Franca de Manaus, que as indústrias primeiro tiveram de preparar o povo amazonense para ter a tecnologia que têm hoje para trabalhar e produzir produtos de alta qualidade. Então, ensinaram a comer e uma série de fatores que os caboclos ainda não tinham conseguido dentro da civilização. Não é crítica; era o abandono que o Amazonas tinha dos governantes. E as indústrias, ao se instalarem, lá tiveram o primeiro objetivo: dar tecnologia, condições de vida e ensinar o procedimento da vida em coletividade. Então, hoje, não dá para fazer nenhum tipo de crítica ao amazonense por qualquer razão, porque, atualmente, dentro da Zona Franca, eles têm o direito de exigir a prioridade na fabricação de produtos que aprenderam: do parafuso à sua conclusão. Sei do que V. Ex<sup>a</sup> está falando. Adoro! Acho que tem gente que, espiritualmente, Senador Mão Santa, toma banho de mar do dia 31 para o dia 1º, para descarregar o mau-olhado. Sou cristão, sou católico, vivo na igreja e faço as minhas orações. Todo ano, vou ao rio Negro tomar um banho para sentir-me feliz e tem efeito, para mim, aquela água aquecida, da cor do guaraná, com aquelas praias bonitas que, de

vez em quando, surgem com a queda da maré. Então, é um desejo enorme. Ainda neste ano, já pedi duas vezes que quero ir ao Amazonas e marcar a data para subir, de barco, aquele rio Negro, parar numa ilha daquelas e tomar o meu banho para poder me sentir feliz. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM) – Eu que agradeço.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Pode ter certeza de que aqui está um correligionário permanente do seu Estado.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM) – Muito obrigado.

V. Ex<sup>a</sup> não sabe o quanto me deixou emocionado com o depoimento que acabou de fazer. Já percebi aqui, nesta Casa, que V. Ex<sup>a</sup> é um dos brasileiros que queremos ter. Embora paulista de coração e brasileiro acima de tudo, é claro, V. Ex<sup>a</sup> tem também na sua alma a Amazônia e já percebeu aquela região fantástica.

V. Ex<sup>a</sup> coloca a questão do pólo industrial de Manaus; e hoje estou aqui para homenagear a minha cidade, que fará, no dia 24, sexta-feira, 339 anos. V. Ex<sup>a</sup> destaca o pólo industrial, e sabemos que hoje temos uma mão-de-obra altamente qualificada. É a mão-de-obra, Senador Mão Santa, do pólo industrial de Manaus. Mais de 500 empresas, mais de 100 mil empregos diretos, 400 mil empregos indiretos, um faturamento acima de US\$25 bilhões.

Portanto, é uma economia que tem contribuído com a Amazônia. Aquele pólo tem contribuído, Senador Tuma, com a preservação ambiental. Se formos perceber por que razão o Estado do Amazonas tem o menor percentual de desmatamento em relação aos demais Estados da Amazônia Ocidental – vamos pegar, como exemplo, os da Amazônia Ocidental –, é por termos, Senador Mão Santa, o pólo industrial de Manaus. Desse modo, o pólo industrial de Manaus está garantindo a floresta em pé no Estado do Amazonas. Olhem a nossa responsabilidade para o fortalecimento daquele pólo, para fazer com que ele seja sustentável e possa, cada vez mais, participar da economia brasileira e mundial.

Sr. Presidente, Manaus é uma cidade formada por pessoas do seu Estado. Há muitos piauienses lá. Manaus é formada por pessoas como eu, que sou de lá – nasci em Manaus –, por pessoas que vieram do interior do Estado, deslocaram-se de outros municípios para a capital, e por pessoas de outros Estados, piauienses, cearenses principalmente, maranhenses, paraenses, acreanos, Senador Geraldo Mesquita, paulistanos, pessoas que vieram do Paraná e de outros Estados, todos hoje contribuindo com a economia da nossa cidade e com a economia do Estado do Amazonas. Essas pesso-



as hoje representam, juntamente com o nosso querido povo daquela região, a alma da nossa cidade.

Mas, Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria aqui, e nunca me reporte a esta questão, de externar o meu sonho para Manaus. Tenho um sonho para aquela cidade, Sr. Presidente. Gostaria de ver, um dia, Manaus muito mais verde do que ela é: Manaus, a cidade do verde. Gostaria também de ver todas as cidades da Amazônia, e quem sabe até todas as cidades brasileiras, mas da Amazônia principalmente. Quero ver Manaus cheirando mais a verde, cheirando, como dizem os nossos amigos do grupo Raízes Caboclas, um grupo musical muito bom da nossa terra, cheirando à terra molhada, Sr. Presidente, cheirando à mata molhada. Quando você entra na mata, você sente aquele cheiro gostoso do ar puro, sente o cheiro diferente, que é o cheiro da Amazônia. Eu quero Manaus cheirando dessa forma, cheirando aos rios maravilhosos que tem.

Eu quero Manaus, Sr. Presidente, onde as crianças, os jovens e os adultos também estudem mais a Amazônia, aprendam mais sobre a Amazônia para poder conhecê-la, defendê-la e aproveitá-la da melhor forma possível.

Eu quero uma cidade, Sr. Presidente, que possa ter seus igarapés recuperados para que possamos um dia, quem sabe, tomar banho naqueles igarapés que são, na verdade, lindos igarapés, mas que hoje não estão em uma situação adequada, mas que, no futuro, estarão em condições de ser contemplados e aproveitados por nós como no passado.

Mas, Sr. Presidente, acima de tudo, queremos a qualidade de vida da nossa gente; uma melhor qualidade de vida para o manauara, lutamos por isso, uma melhor qualidade de vida para eles e atenção ao meio ambiente, para tornarmos Manaus uma das grandes capitais, como ela é, da Amazônia, mas sinônimo do verde, sinônimo do meio ambiente, sinônimo de qualidade de vida.

Esse trabalho já começou um pouco. Manaus hoje, pelo menos nos últimos três anos e pouco, começa a encontrar um caminho adequado, e gostaria que continuasse esse caminho.

Para finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a atenção de V. Ex<sup>a</sup> e dos demais Senadores que estão aqui, gostaria de dar um abraço a todos os manauaras, a todos os irmãos e irmãs da nossa cidade e de lhes dizer que estamos aqui para lutar por uma cidade e um Estado cada vez melhores e, é claro, dentro de um contexto nacional de fazermos com que o Brasil seja um grande País, com boa qualidade de vida e com respeito ao meio ambiente.

Portanto, são 339 anos, uma história que a cada dia avança no sentido de fazer com que aquela cidade

no meio da Amazônia possa se tornar uma referência nacional e mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa à homenagem ao aniversário de Manaus, que significa muito na história do nosso Brasil, não só no tempo do seringueiro, da borracha, na cultura do grande Teatro do Amazonas, da instalação da Zona Franca, mas, hoje, sem dúvida alguma, como um dos melhores pólos industriais do Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior. V. Ex<sup>a</sup> pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente. Jamais podemos calar a voz e o direito do povo do Acre.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela costureira gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho alguns rápidos assuntos a tratar aqui, mas eu queria inicialmente...

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Senador, dá licença um pouquinho só, pela ordem.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Toda, Senador Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, queria fazer um voto de pesar pela morte do Dr. Arthur Sendas, depois do discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Lastimável, Senador Romeu Tuma.

Mas dizia que me comprometi, Senador Renan Calheiros, certa feita, de trazer aqui à tribuna observações, o reclamo, as críticas e sugestões que as pessoas me mandam por milhares e milhares de *e-mails*, que, muitas vezes, ficam aí sem qualquer repercussão.

Comprometi-me, certa feita, de trazer aqui algumas dessas mensagens, aquelas que a gente julga interessantes, importantes. E recebi do Vicente – ele não identifica sua cidade – uma sugestão muito interessante. Ele fala da questão dos celulares, Senador Romeu Tuma. Por exemplo, as empresas oferecem um número enorme de promoções. Vamos citar aqui uma bandeira, a Tim, Senador Jefferson. Na Tim, se você ligar de um celular Tim para outro Tim, terá tarifa zero. Mas, ele faz uma observação muito interessante, que nunca havia me ocorrido. Quando você liga para um número, você não consegue – a não ser que você saiba previamente que se trata de um número correspondente àquela sua mesma bandeira ou sua empresa de telefonia –, identificar a qual empresa pertence aquele número, aquele telefone.

Senador Renan, a sugestão que ele dá é preciosa. Eu achei muito interessante. É o caso de a gente conversar com nosso companheiro Hélio Costa para

ver se alguma coisa pode ser feita neste sentido: de se identificar a bandeira para a qual estamos ligando ou da qual estamos recebendo uma ligação. Por exemplo, se eu ligo para o celular do Senador Renan. O meu é Tim, o dele não sei qual é... Mas a chamada, imediatamente, identificaria a empresa correspondente ao telefone do Senador Renan. Eu achei interessante o seguinte: ele diz na sua mensagem que, muitas vezes, liga pensando tratar-se de telefone da sua prestadora. Se, na verdade, não for, vem a cobrança da tarifa. Vejam que idéia interessante a dele!

Ou seja, as empresas oferecem promoções, por exemplo: telefone da Claro ligando para telefone da Claro – exemplo hipotético – tem tarifa zero. Mas, se o outro telefone não for da Claro, a tarifa é cobrada. Entende? Como não conseguimos identificar, pelo número, de que empresa é o telefone, muitas vezes pagamos tarifa achando que a ligação foi feita dentro daquele plano promocional.

Portanto, fica aqui a sugestão, Senador Renan: vamos procurar o Ministro Hélio Costa, Senador Mão Santa, e ver se ele pode introduzir esse mecanismo. Isso envolve muita gente! Envolve milhares de pessoas no País, senão milhões!

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Com licença, Senador. O senhor me desculpe. Acho que é uma coisa tão inteligente o que o senhor está trazendo...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Não. É de uma pessoa de nome Vicente que nos passa o *e-mail*.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Mas o senhor traz a mensagem e é o porta-voz dele, o que é importante para nós. Logo, é uma sugestão interessante. Hoje a propaganda é: se ligar para o telefone “x”, para o mesmo “x”, o senhor está isento, há desconto. Mas o cidadão não sabe se o companheiro dele é ou não daquela operadora. E há um detalhe: não deve ser difícil. Por que eu acho que não é difícil? Se eu for a Campinas, saindo de São Paulo, lá o prefixo é 011. Então, provavelmente opera a TIM. Se eu vou a Campinas, o prefixo é 019, opera a Claro, aparece no visor: 019 – Claro. Quer dizer, estou fazendo uma ligação através da Claro, mas meu telefone é da TIM. Então, deve ser um mecanismo fácil, porque isso entra direto. Se eu for à sua cidade, lá não sei qual é o prefixo...

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – É 68.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Se eu for de São Paulo para lá, aparecerá no visor 068 e a companhia que opera no seu Estado, na sua cidade. Então, não deve ser difícil.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Não. O prefixo que o senhor fala é de telefone, não é? Lá é 014 e 021 também.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Então, ela muda automaticamente no visor e a gente vê qual empresa está operando.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Isso. Exatamente.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Não deve ser difícil.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Não, não deve ser difícil. Na verdade, é só introduzir o nome da operadora no visor do celular para que a gente possa identificar claramente. Essa é a sugestão que traz o...

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Você tem o direito de saber o que está gastando antes de receber a conta. Aí não dá para reclamar.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Antes de receber a conta. É verdade. Isso envolve milhões de pessoas, Senador Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – E milhões de reais.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Milhões de reais também, é verdade. Mas, para não abusar do tempo que me foi concedido pelo Senador Mão Santa, queria ressaltar matéria que foi publicada hoje no jornal **A Tribuna**, do meu Estado, e também no **site** Notícias da Hora, e que me foi enviada por um amigo que a colheu e me transmitiu. São notícias relativas à pesquisa

“Desdobramentos” do Pnad. A matéria é a seguinte: “Pnad revela números da miséria no Acre”.

Diz aqui:

Em torno de 45 mil famílias no Acre não têm comida suficiente no prato para se alimentar. O motivo, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a baixa renda.

De 188 mil famílias no Estado do Acre, 45 mil vivem com renda média mensal de até R\$280, dinheiro [segundo a matéria] insuficiente para manter um lar. Essas famílias, raramente, compram um peixe [uma carne] ou um frango.

Esses dados foram levantados no ano passado pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD), que constatou que 23% das famílias no Estado vivem com renda per capita de até um salário mínimo [muito baixa], quase chamado ‘linha da pobreza’.

A linha da pobreza, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada para estabelecer a parcela da população mundial que sobrevive com renda mensal inferior a US\$30, o equivalente [hoje a cerca de] a R\$70.

No Acre, de acordo com a Secretaria de Assistência Social, cerca de 55.406 mil famílias beneficiadas pelo Bolsa-Família vivem com até R\$120, um terço do salário mínimo. Na capital rio-branquense, os dados apresentam 21,5 mil famílias [vivendo do Bolsa-Família].

E a reportagem traz o testemunho de pessoas.

Aniversariando hoje, dia 21, a desempregada Selina Margarida da Silva, de 44 anos, somente pode comemorar por estar viva, além da vida dos nove filhos. A situação de sobreviver com rendimento diário próximo à linha da pobreza não é muito fácil.

Moradora de uma casa medindo 6x5, localizada no Papoco, Selina diz depender apenas da renda do Programa Bolsa-Família. No domingo, os R\$2 que ela tinha serviram apenas para comprar ovos, servido para o almoço e para o jantar.

‘Com os R\$120 que recebo, eu compro os materiais para as crianças e comida para casa. Essas coisas de comprar roupa, sapatos e móveis não existem. Nem cama, nem sofá, nem estante há aqui em casa, dormimos no chão mesmo’, disse Selina.

Ela acrescenta que, algumas vezes, os filhos viam carros e, quando faturam um pouco mais, o dinheiro é usado para comprar uma alimentação melhor.

Por que eu trouxe esta reportagem à tribuna do Senado? Porque estou acompanhando o desenrolar desta crise terrível que se abateu sobre grande parte do mundo e também sobre nós, Senador Jefferson. Vejo cifras monumentais, Senador Tuma, socorro a bancos... Francamente, lembro-me da discussão aqui sobre a CPMF em que se falava: “Não! Vão ser retirados R\$45 bilhões! O Governo não pode deixar de ter um encaixe desse nos cofres”. E eu ouço falar, de uma hora para outra, Senador Tuma, além da afirmação de que é muito difícil aportar mais recursos para programas que possam minorar a fome de muita gente neste País e neste mundo, algo em torno de US\$4 trilhões que esta crise toda está sugando, movimentação de um volume enorme de recursos em socorro a instituições que sempre ganharam, sempre se deram bem.

Essa turma, Senador Tuma, quando quebra, continua numa boa, como se diz, continua milionária. Entende? Agora, o que não compreendo é que, nos

momentos de aflição, nos momentos em que poderíamos aportar recursos para programas que combatam efetivamente a fome neste País, que gerem empregos nunca, jamais há recursos. E a alegação é de que esses recursos fazem parte de uma reserva contingenciada pelo Tesouro Nacional. Agora, numa quebradeira com esta, na iminência de uma quebradeira como esta, num instante, corre todo mundo, Banco Central, Governo Federal, correm Tesouros de grandes potências para socorrer aqueles que sempre ganharam, sempre estiveram na crista da onda e, mesmo quebrando, Senador Jefferson, estarão sempre na crista da onda, continuarão milionários. É uma coisa que me causa espécie; é uma coisa que não consigo compreender. As reservas não podem ser utilizadas para o incremento de programas sólidos e consistentes de socorro às pessoas que estão aí à míngua, a ver navios, como se diz, passando fome no nosso País – e são milhões –, mas, de uma hora para outra, podem ser usadas para socorrer banqueiro e milionário neste País e no mundo afora?! É um negócio assustador, Senador Mão Santa! Eu não consigo conviver com uma lógica dessa.

No meu Estado, no pequenino Estado do Acre, praticamente um terço da população continua miserável, passando fome, passando extrema necessidade, e a gente vê esse volume enorme de recursos trocando de mãos, saindo de tesouros nacionais para engordar mais ainda as burras dos banqueiros neste País e mundo afora, Senador Mão Santa.

É lamentável, é triste, a gente acompanhar essa situação.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Pois não.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Quero apenas destacar que estamos no momento do Orçamento, e V. Ex<sup>a</sup>, pelas observações que faz, foca os mais pobres, o que tem sido o objetivo de muitos que fazem parte desta Casa. No Orçamento, neste momento em que estamos, às vezes eu percebo que as coisas são um pouco mais frias, são números, estão ali na nossa frente, mas por traz daqueles números, lá na ponta, nas cidades, nos Estados, estão aqueles que realmente precisam de políticas públicas adequadas e são os mais pobres. Às vezes parece que o mundo de que fazemos parte, principalmente o mundo dos que se acostumam a ir somente do Congresso para as suas casas, para os ambientes um pouco mais sofisticados... Temos de perceber que para os que estão lá na ponta, lá onde está o que precisa de atenção, somente haverá um país melhor se mudarmos essa realidade. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo tema que traz para que possa-

mos refletir e tomar decisões corretas nesse sentido, porque senão sempre teremos um país complicado, com sérios problemas. E tudo isso advém de quê? Da elevada concentração de renda e de políticas públicas inadequadas ou, às vezes, não tão eficientes como poderiam ser. Muito obrigado, Senador.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Senador Jefferson, agradeço-lhe o aparte. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Olhe, eu vou ficar com a impressão, Senador Mão Santa, de que as nossas reservas, Senador Tuma, estão aí, não podem ser utilizadas para coisas importantes no nosso País; só podem ser utilizadas para socorrer banqueiro, como está acontecendo agora. Essa história de que é para garantir o depósito do “correntistazinho” é conversa fiada. O “correntistazinho” não tem grandes somas para ter depósito, entendeu Senador Jefferson? O “correntistazinho” está lá no máximo com sua poupancinha na Caixa Econômica, que o Governo já garante. Isso é para salvar banqueiro mesmo.

Então, a impressão que eu tenho, Senador Mão Santa, é de que as grandes reservas do País, cantadas em prosa e verso, só servem para socorrer banqueiro. Deixa esse povo quebrar, rapaz. Por que não? Não é a nova lógica do mercado? A regra é essa. A regra é clara. Então deixa quebrar. Vamos voltar os nossos olhos para o que realmente importa no nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Senador Mão Santa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhantes considerações do Senador Geraldo Mesquita Júnior sobre o momento da economia internacional, passo a palavra ao Senador Romeu Tuma, que falará pela ordem..

Em seguida, ouviremos o Senador Jarbas Vasconcelos e depois o Senador Renan Calheiros, por cessão do Senador Mão Santa.

Senador Romeu Tuma, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Jarbas Vasconcelos e todos aqui presente, esta semana foi muito triste para São Paulo, esses últimos dez dias.

Sobre o problema do Lindemberg, o Senador está preparando um discurso e ficarei aqui atento, porque é uma situação bastante triste, preocupante e que traz a nós, que militamos tanto tempo na segurança, muita preocupação sobre a evolução dos acontecimentos, se os procedimentos foram certos ou errados. Não se pode primariamente criticar a Polícia permanentemente. Precisamos saber se tinham meios para usar, como andaram as negociações, porque o Gate de São Paulo também tem

uma polícia especializada no exterior. Os negociadores são bons, Senador. Não quero atravessar o seu discurso porque sei que V. Ex<sup>a</sup> o fez com cautela, mas nós que acompanhamos as negociações temos muita coisa a discutir pela evolução. Como a doutrina americana é para matar quem ameaça uma pessoa, passadas 12 horas ou 24 horas, manda matar, não tem conversa mole. No Brasil preferiram respeitar os direitos humanos de, Lindemberg. O coronel que chefiou a operação pensou: é um menino de 22 anos e tem direito a uma nova oportunidade. Ele achava que com as negociações chegaria ao final feliz. Só depois de ver as gravações, se percebeu que ele se achava o rei do sertão. Ele comandava as operações e todo mundo tinha medo.

Mas eu não vou entrar no mérito, pois prefiro ouvir V. Ex<sup>a</sup>, que teve a cautela de fazer pesquisa e buscar informações.

Outro fato foi o confronto entre a Polícia Civil e a Polícia Militar de São Paulo, uma coisa que nunca poderia acontecer em Estado nenhum. Às vezes, eu me preocupo, Senador Mão Santa, com a criação da Guarda Nacional, que vai de um Estado para outro, e não tem realmente o conhecimento na cidade onde vai operar. O Governo tinha de investir em grupos especiais que dessem combate ao crime organizado e soubessem gerenciar momentos de crise como esse, porque existe uma série de fatores relacionados e hoje há uma experiência internacional muito grande. Criar uma polícia que treina o policial apenas para saber como atirar, como não atirar, e o coloca em uma rua onde ele nem sabe qual é a primeira esquina, ele terá dificuldade de executar seu trabalho. Invistam direto na polícia do Estado; combinem com o Governador; façam um acordo, e ele prepara essa polícia dentro dos padrões internacionais. Há a Escola Nacional de Polícia, que pode mandar policiais para os Estados Unidos, para a França, para a Inglaterra, que tem bons grupos de combate ao crime organizado e técnicas para o gerenciamento de crises. Então, para essas coisas a gente não pode deixar de buscar uma solução de futuro, não é, Senador Renan?

Mas o que me traz à tribuna é outra desgraça que aconteceu no Rio. Eu deixei sobre a mesa um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Arthur Sendas, proprietário do grupo varejista Sendas, durante a madrugada dessa segunda-feira, no Hospital Samaritano, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, vítima de disparo por arma de fogo.

Eu conheci o Dr. Arthur Sendas há muitos anos. Para se ter uma idéia, todo final de ano, Senador Praia, ele manda um cartão de Natal com uma oração. Muito religioso, sempre gentil, sempre amigo, ele fez várias teorias do varejo, reequipou sua rede de supermerca-



dos. Vendeu uma parte para o Pão de Açúcar. Era uma pessoa de bem, correta, amável.

Infelizmente, tem um motorista que trabalha com ele há 30 anos. O filho desse motorista passou a trabalhar com seu neto, que viajou para o exterior; para trabalhar e estudar no exterior. Ele absorveu. Foi, provavelmente, ontem, discutir algum acerto de contas e acabou dando um tiro na cabeça do grande empresário, que faleceu quase de imediato no Hospital Samaritano.

Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> que envie à família e à empresa votos de pesar. Acho que já está sobre a mesa o voto de pesar pela morte desse ilustre empresário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.253, DE 2008**

**Requerimento de Voto de Pesar, pelo falecimento do Dr. Arthur Sendas, proprietário do Grupo Varejista Sendas, durante a madrugada desta segunda-feira, 20–10–2008, no hospital Samaritano, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, vítima de disparos de arma de fogo.**

Senhor Presidente

Requeiro, com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do Dr. Arthur Sendas, grande empreendedor nacional, empresário conhecido por sua bondade, nobreza e espírito altruístico, era católico praticante, devoto de São Judas Tadeu e torcedor fanático do Vasco da Gama. Costumava estender a sua estada, nos finais de semana, sempre até segunda-feira, mas, ontem, resolveu voltar mais cedo para assistir o jogo de futebol Vasco e Flamengo, pelo Campeonato Brasileiro de 2008.

Requeiro, também, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família daquele ilustre e eminente brasileiro, bem como aos Governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro e a todos os empregados das diversas empresas do extinto.

#### **Justificação**

O Dr. Arthur Sendas – Presidente do Grupo Sendas e grande empresário nacional, faleceu, tragicamente, na madrugada de segunda-feira, devido a um tiro na cabeça, desferido por um homem que a polícia suspeita ser um dos motoristas da família, Roberto Costa Júnior, de 28 anos.

Quero destacar, aqui, a importância do Dr. Arthur que, aos 73 anos, ocupava o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sendas Distribuidora S.A., a

quarta empresa do **ranking** nacional de supermercados, com suas 106 lojas e 16 mil funcionários no País. No varejo era prático, e sua teoria do comércio era conhecida e resumida em poucas palavras, nas seguintes frases:

“Comprando bem, você vende bem. Se comprar mal, não adianta que você não conserta e não vai ter resultado, nem condições de competir.”

O empresário também era conhecido por sua participação ativa em associações e agremiações, e principalmente por ter marcado a trajetória no Vasco da Gama, como vice-presidente do time de futebol carioca. Foi presidente da Associação Comercial de São João de Meriti, da Associação Brasileira de Supermercados, e chegou a participar do Conselho Monetário Nacional.

Seu corpo foi velado na Igreja de São Judas Tadeu, de quem Sendas era devoto, e a missa de corpo presente, está marcada para hoje, às 11 horas, no mesmo local. O enterro será no cemitério São João Batista, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro.

Assim, requeiro que os meus ilustres Pares do Senado Federal aprovem esse requerimento de Voto de Pesar, uma singela homenagem ao ilustre brasileiro.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**, PTB-SP.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento. Nós nos associamos a esse instante de pesar de todo Brasil pelo falecimento desse grande empresário brasileiro.

Sobre a mesa, requerimento que passarei a ler.

Sr. Presidente, em aditamento ao Requerimento nº 97, de 2008, requeremos seja fixada para às 10 horas do dia 25 de novembro próximo a homenagem pela passagem do centenário do falecimento de Joaquim Maria Machado de Assis, ocorrido em 29 de setembro”. Sala das sessões. 20 de outubro de 2008. Senador Marco Maciel e outros.

Além de Senador, ele é da Academia de Letras e solicita a homenagem a Machado de Assis.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.254, DE 2008**

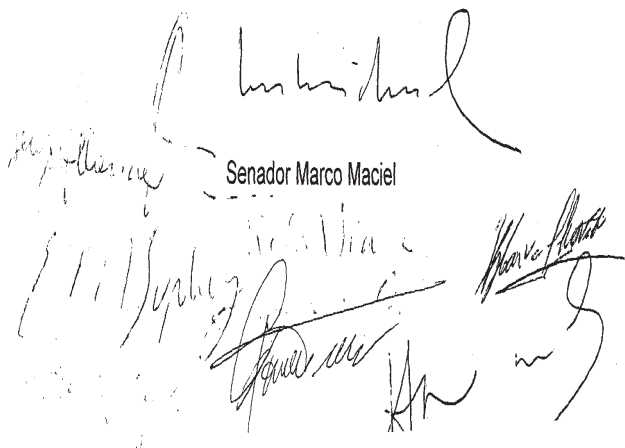
Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 97, de 2008, requeremos seja fixada, para as 10 horas do dia 25 de novembro, próximo, a homenagem pela passagem do



centenário do falecimento de Joaquim Maria Machado de Assis, ocorrido em 29 de setembro.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008.



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.255, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, II, **c**, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para comparecer, como parlamentar do Mercosul – legislatura 2007-2010, à Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na sede do Parlamento, na cidade de Montevideu – Uruguai, no período de 3 a 4 de novembro, conforme cópia do documento anexo.

Comunico, ainda, a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 39, I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País nesse período, para esse fim.

Sala das sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Convidamos para usar da palavra o nosso Senador Jarbas Vasconcelos, Parlamentar dos autênticos do PMDB, nos momentos mais difíceis de combate à ditadura militar, e que depois passou, com muito brilho, como Prefeito e Governador do Estado, sendo, portanto, um exemplo de Parlamentar e executivo do Nordeste para o Brasil.

Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua generosidade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, existem dois princípios básicos que regem a vida das Forças Armadas e das Forças Policiais, que são os princípios da disciplina e da hierarquia. Essa coisa é tão séria, Sr. Presidente, que, quando se faz uma análise do Golpe de 1º de abril de 1964, quando militares se rebelaram e depuseram a figura do Presidente Jango – e a História há de registrar com muita clareza que não foram apenas os denominados, não por mim, mas pelos historiadores, desmandos do governo João Goulart que o levaram à queda –, a queda de João Goulart se deu, de fato, em 1º de abril, porque ele permitiu a quebra da hierarquia e da disciplina das Forças Armadas. Aquela cena dos sargentos no Clube do Automóvel, lá no Rio de Janeiro, às 13 horas do dia 30 de março, foi a gota d'água para que ocorresse o Golpe de 1º de Abril de 1964. Outros historiadores se reportam até aos Editoriais do **Estado**, de São Paulo, e do **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro, um com o título “Basta”, outro com o título “Chega”, que foi exatamente quando se permitiu a quebra da hierarquia, desses princípios básicos que regem as Forças Armadas.

Quando uma das polícias resolve fazer uma greve, os seus comandantes nunca atentam que aquela instituição vai passar por um longo período para se recuperar. Não será o fim da greve que vai recuperar a imagem da instituição. A instituição ficará arranhada no momento em que um cabo der ordem a um sargento e um sargento desrespeitar um major, um major desrespeitar um coronel, e assim por diante. São princípios básicos que – concorde-se ou não – regem essas forças militares.

No Brasil, a gente tem a figura do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que parece não conhecer a História. Não estamos pedindo que ele conheça a História, mas que conheça os princípios básicos, já que ele comanda as Forças Armadas no Brasil. Ele é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e deveria saber que esses princípios da hierarquia e da disciplina não podem ser desrespeitados.

O que foi que ocorreu em São Paulo na última semana? Integrantes da Polícia Civil, já em greve há algum tempo, resolveram ir até o Palácio dos Bandeirantes – uma área, inclusive, proibida pelo Governo do Estado há anos para sediar manifestações de qualquer tipo, de qualquer ordem, de qualquer natureza –, e foram usando viaturas da Polícia Civil e armas.

Não dá, Sr. Presidente, como teve oportunidade de dizer o atual Governador de São Paulo, José Serra – e é importante registrar: “Não dá para negociar com gente de arma na mão. Armas são para proteger o povo. Reivindicação se faz na mesa de negociação.”

Eu já passei por isso em Pernambuco com a greve da Polícia Militar.

E o que diz o Presidente da República? O Presidente da República diz – estou me reportando ao jornal **O Globo**, de domingo, na sua segunda edição: “Lula quer que Serra se desculpe sobre polícia.”

Como V. Ex<sup>a</sup> foi generoso e já disse que eu poderia dispor de mais tempo, eu vou acolher a sua generosidade.

O jornal **O Globo** de sábado publicou:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem esperar um pedido de desculpas do Governador José Serra (PSDB), que creditou aos petistas a batalha campal entre as polícias civil e militar na última quinta-feira. Em discurso num comício da campanha de Marta Suplicy (PT) à prefeitura paulistana, Lula criticou ainda a represão aos policiais civis, que estão em greve.

[...]

– O Governador Serra, me conhecendo do jeito que conhece, não tinha o direito de acusar o PT nesse caso da Polícia Civil. Espero que, em algum momento, ele peça desculpa – disse Lula, que emendou, lembrando o que passou na crise do mensalão. [Aí já é outra história.] [...]

Para o Presidente, manifestações como passeatas não deveriam ser reprimidas.

Quer dizer, o Presidente da República confundiu um motim com uma passeata de professores. Ele confunde um motim com uma greve de médicos – é um absurdo também uma greve de médicos, mas os médicos não têm armas nas mãos; ele confunde um motim com uma greve de engenheiros.

Para o Presidente, manifestações como passeatas não deveriam ser reprimidas.

– Isso é democracia. [Democracia para ele, para o PT; para o País, não.] É assim que a gente fortalece a sociedade, as entidades de classes, os movimentos sociais.

Não, Presidente, não fortalece coisa alguma. Não fortalece democracia, não fortalece entidades, não fortalece os movimentos sociais. Se V. Ex<sup>a</sup> acha que o Governador Serra deve desculpas a Sua Excelência o Presidente da República, vou destacar apenas dois órgãos de comunicação no Brasil de grande respeitabilidade para mostrar que essa não é uma opinião nem do **Estado de S. Paulo**, que publicou um editorial, no último sábado, com o título “O motim da polícia paulista”, nem da Revista **Veja**, que diz que “os grevistas compareceram armados, o que configura sedição e não protesto trabalhista, como quer o Presidente da República”.

Vamos para a definição do dicionário da língua portuguesa do que é motim – o motim de que trata o **Estado de S. Paulo** em seu editorial:

Motim: 1– insurreição, organizada ou não, contra qualquer autoridade civil ou militar instituída, caracterizada por atos explícitos de desobediência, de não-cumprimento de deveres, de desordem e geralmente acompanhada de levante de armas e de grande tumulto; 2– insurreição contra a autoridade militar. Entre os militares, crime contra a disciplina.

Sedição [a que se reporta a Revista **Veja**]: sublevação contra qualquer autoridade constituída; revolta; motim; crime contra a segurança do Estado; 2– perturbação da ordem pública; desordem; reação; rebuliço.

*Sedição* (a que se reporta a Revista **Veja**): sublevação contra qualquer autoridade constituída; revolta; motim; crime contra a segurança do Estado; 2– perturbação da ordem pública; desordem; reação; rebuliço.

Então, se a chamada greve da Polícia Civil é tratada pelo **Estado de S. Paulo** como motim e pela Revista **Veja** como sedição, Lula também deveria pedir a esses dois grandes órgãos do setor de comunicação no Brasil que se desculpassem. Essa é a opinião da maioria esmagadora dos brasileiros.

A vaidade subiu à cabeça do Presidente, e, vez por outra, vêm destemperos de toda natureza. Preste atenção V. Ex<sup>a</sup> que, no domingo, na grande São Paulo, ele disse que tinha 80%.

– ele disse, em linhas gerais, que podia fazer o que quisesse, que o País não tem mais formadores de opinião pública e já era a época em que ele se incomodava com o artigo de um colonista, o editorial de um grande jornal. Essa época já passou, isso não vale mais nada.

E isso é típico de regimes autoritários, de ditaduras. O Presidente Médici também chegou a ter 80%. No Nordeste mais: lá pela Paraíba, Pernambuco, Alagoas, ele chegava a 85, 87%, beirando a 90%. E deu no que deu.

Então, Sr. Presidente, para que possamos ficar realmente com um bom registro disso, ouvi, por exemplo, as palavras do Senador Tuma, por quem tenho um profundo respeito, percebi seu inconformismo com o ato. Ele não entrou no mérito, mas estava inconformado com o ato em si, com a degradação daquele ato, duas polícias se digladiando. Duas polícias, que eram para ser guardiãs da lei, da ordem e do cumprimento da lei, uma reprimindo, e a outro querendo invadir um palácio para, com armas na mão, negociar com o Governador. Se isso for permitido, Sr. Presidente, é o fim de tudo.

Vamos aqui, Sr. Presidente. É um editorial de **O Estado de S. Paulo**, nas suas notas e informações, à pág. 3, intitulado “*O Motim da Polícia Paulista*”:

Quaisquer que sejam as críticas que se possam fazer ao desempenho do Governador José Serra diante das reivindicações da Polícia Civil de São Paulo, em inédita greve há mais de um mês, elas se tornam secundárias diante dos acontecimentos de extrema gravidade ocorridos nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes na tarde de quinta-feira – o violento e igualmente inédito confronto, que deixou mais de vinte feridos, entre os grevistas e os colegas enviados para contê-los, mas que a eles se aliaram, e os efetivos da Polícia Militar mobilizados para barrar-lhes o caminho até a sede do Governo do Estado. A responsabilidade dos agentes civis amotinados é inteira e inequívoca, em primeiro lugar, por terem se prestado a servirem de massa de manobra de políticos a serviço de uma campanha eleitoral.

É o editorial do Estado de S. Paulo que chama a atenção.

Com armas de fogo e viaturas – o primeiro dos seus ilícitos – ocuparam uma área vedada a manifestações públicas desde 1987 por motivos de segurança. (Quatro anos antes, no início do Governo Franco Montoro, uma multidão de desempregados chegou a derrubar as grades do palácio, antes de serem reprimidos). É inconcebível que os policiais ignorassem a proibição.

Um homem comum do povo poderia ignorar. Uma passeata estudantil poderia até ignorar. Esse desconhecimento não poderia se dar em se tratando da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Mesmo se estivessem desarmados, não poderiam alegar inocência. Mas o pior de tudo, além do tiro de fuzil em direção ao palácio, do disparo que feriu um comandante da PM, da agressão a um tenente e da depredação de viaturas militares, foi a sua disposição de invadir os Bandeirantes.

Invadido o palácio, ultrapassado o portão do Palácio de Bandeirantes, estava quebrada toda a autoridade do Governador de São Paulo, fosse ele quem fosse.

Eles sabiam que o Governador não receberia nenhuma comissão de grevistas, a propalada razão de ser da sua marcha – Serra havia deixado suficientemente claro que não dialogaria com a corporação enquanto a greve persistisse. E muito menos o faria sabendo que a passeata, quando não o próprio movimento, tinha sido apropriada pela oposição às vésperas do segundo turno da eleição em que o candidato de que é patrono, o Prefeito Gilberto Kassab, lidera as pesquisas. Comentando o confronto, Serra denunciaria a “participação ativa da CUT, que é ligada ao PT, e da Força Sindical, ligada

ao PDT” – os primeiros, encabeçados pelo líder petista na Assembléia Legislativa, Roberto Felício; os segundos, pelo Deputado Federal pedetista Paulo Pereira da Silva [denunciado, inclusive, na Câmara dos Deputados, com inquérito aberto por prática de corrupção].

E foi ele [o Paulo Pereira da Silva] o instigador da tentativa de invasão, afinal bloqueada pela PM. Em dado momento, arengou, do carro de som: “Não adianta ficar na praça. O cara que manda está lá em cima”. A reação dos amotinados, registrada pela imprensa, foi a de aplaudir e gritar: “Vamos lá, vamos lá!”

**O Estado de S. Paulo** denominou de motim. A **Veja** denominou de sedição e diz na sua edição de número 42, de 23 de outubro de 2008:

O que parecia ser um confronto entre a Polícia Civil, que está em greve e tentava invadir o Palácio, e a Polícia Militar, que defendia o prédio, era, na verdade, uma ação engendrada por sindicalistas irresponsáveis, liderados pelo Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, que preside a Força Sindical, apesar de ser acusado de desviar dinheiro do BNDES, com a ajuda do dono de um prostíbulo.

Paulinho escancarou seu objetivo em um discurso feito a policiais na semana passada: “Estamos chegando às vésperas do 2º Turno. O chefe de vocês, que é José Serra, sabe que tem de ganhar as eleições e sabe que uma greve da polícia tem repercussão nacional(...)”.

Os grevistas compareceram armados – o que configura sedição, e não protesto trabalhista.

Paulinho saiu ileso. O sindicalista mandou os policiais e seus colegas para os escudos da polícia, lá na frente, enquanto estimulava a turba da retaguarda. Juntamente com ele estava o líder do PT na Assembléia Legislativa, Roberto Felício.

Essas são opiniões que não são minhas, de um parlamentar opositor, de um Senador da República, mas do editorial de um grande jornal, o **Estado**, e da revista **Veja**, sobre o que o Presidente da República tacha de normalidade democrática, de ato democrático, de passeata democrática, confundindo motim e sedição com passeata de estudantes, de médicos ou de qualquer outra categoria de servidores públicos.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador Jarbas Vasconcelos, inicialmente, queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento desta tarde, prin-



principalmente quando fala com a autoridade que tem V. Ex<sup>a</sup>. Governador do Estado de Pernambuco, passou por fatos semelhantes e tem, obviamente, autoridade para falar do assunto. Fala como se tivesse dando uma aula a todos nós e mostrando à Nação brasileira os erros cometidos pela Polícia Civil. O mais grave, Senador, é o que V. Ex<sup>a</sup> identificou ainda há pouco, Senador Tuma. É que, na manifestação contra o Governo (foi uma manifestação direcionada a ofender o Governo) – e isso está provado em todas as reportagens que se lia com relação ao fato –, houve a injeção de pessoas de outras classes sociais para que a invasão fosse consolidada. Pena que o nosso País ainda está devendo muito à sociedade, Senador, a punição pela corrupção neste País. Pena! O País ainda deve muito a seus filhos punir os corruptos neste País, a ponto, Senador Jarbas, de o Paulo Pereira...

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– O Paulinho...

**O Sr. Mário Couto (PSDB – PA)** – O Paulinho, da Força Sindical, altamente acusado, com provas no processo de acusação, agora se acha no direito de comandar uma invasão ao palácio do Governador. Olha aonde chegamos, Senador Tuma! Há poucos meses, mostravam-se as mansões, o patrimônio desse rapaz – o Brasil todo conheceu –, mostravam-se suas artimanhas, e ele agora ainda tem a força de entrar na Polícia Civil e praticamente comandar uma invasão ao palácio de um grande Governador que tem hoje a popularidade lá em cima, bem alta. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e também o Governador Serra pela tranqüilidade com que encarou esse fato, com a serenidade de um grande Governador, de um estadista, de uma pessoa equilibrada que mostrou a toda a Nação a realidade dos fatos, com absoluta calma, absoluta tranqüilidade. Quero aqui primeiro agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela aula que nos dá nesta tarde de hoje, pela explanação brilhante que faz. Aproveito para dizer que não é à toa que os pernambucanos gostam de V. Ex<sup>a</sup> e o admiram. Parabéns, Senador Jarbas Passarinho, Jarbas Vasconcelos, perdão – Jarbas Passarinho foi um grande Senador da minha terra. Parabéns, Governador Serra, pela tranqüilidade, pela atitude que tomou diante de um caso grave, mas diante de um caso que precisava ser reprimido com autoridade. E Serra executou essa autoridade. Mais uma vez, parabéns, Senador Jarbas Vasconcelos.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)**

– Eu incorporo, com muita alegria, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Líder da Minoria, que, como sempre, preciso, vigilante, acompanhou os fatos lamentáveis ocorridos em São Paulo na semana passada. E sabe que esse confronto é ilegal, que fere qualquer princípio, que o Presidente da República não deveria incentivá-lo, como incentivou,

confundindo um motim, uma sedição, um movimento armado com uma passeata democrática.

Sr. Presidente Mão Santa, para completar a lista de ilegalidades cometidas por quem deveria fazer cumprir a lei, os grevistas utilizaram viaturas da Polícia e armas: armas adquiridas com dinheiro oriundo de impostos; armas de fogo no enfrentamento com os policiais militares que protegiam a sede do Governo paulista, o Palácio dos Bandeirantes.

À frente desse movimento ilegal e irresponsável, também estavam a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical. Adversárias no passado, as duas entidades têm servido como instrumento de cunho político e eleitoral, não apenas em São Paulo, mas em todo o País – sempre em defesa dos candidatos da Base do Governo Lula.

As greves de polícia, infelizmente, se tornaram uma rotina no Brasil, desde o final da década de 1990. Pipocaram motins das Polícias Militares de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Mais comuns ainda são as greves dos policiais civis.

Como Governador, enfrentei muitos problemas. No ano 2000, inclusive, PMs rebelados chegaram a cercar o Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo de Pernambuco.

Naquela época e em episódios seguintes, afirmei que não negociaria com policiais rebelados, que param suas atividades e saem armados para protestar pelas ruas da cidade. Isso é inadmissível. Com isso, esses policiais jogam no lixo as leis que deveriam fazer cumprir; com isso também ameaçam as vidas dos cidadãos que pagam seus impostos e querem um serviço público de qualidade.

Em parte, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, a culpa dessa permissividade é de responsabilidade do Congresso Nacional, que não regulamentou o direito de greve no serviço público, em especial em áreas sensíveis e complicadas como as da segurança pública e da saúde. É inadmissível também greve no setor da saúde.

Está mais do que na hora de essa discussão entrar na nossa pauta de prioridades, na pauta de prioridades do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado.

Quero aqui tornar pública a minha posição: sou favorável à proibição de greves no âmbito das corporações policiais, quer sejam civis ou militares. Precisamos estabelecer outros instrumentos de pressão que não o movimento paredista, o movimento armado.

Greve armada é inadmissível e não combina com os avanços que nossa democracia conquistou nos últimos 20 anos, desde a promulgação da nova Constituição brasileira.

Para encerrar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nobre Líder da Minoria, Senador Mário Couto, gostaria aqui de elogiar o comportamento do Governador de São Paulo que, em nenhum momento, se escondeu no Palácio dos Bandeirantes. De maneira altiva e transparente, Serra deu dezenas de entrevistas para comentar o episódio e defendeu a atuação da Polícia Militar, que impediu a invasão ao Palácio.

Nessas horas, é necessário ter muita firmeza, coragem e determinação – predicados que estão presentes na figura do Governador Serra, repetindo o comportamento irrepreensível do Governador Mário Covas, que enfrentou movimento semelhante durante a sua administração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Não poderia deixar de fazer meu protesto, não o fiz na última sexta-feira porque não estava aqui, estava na capital pernambucana, no Recife. Cheguei ontem e a primeira coisa que faço é vir à tribuna para deixar registrado aqui nos **Anais**, na história, que o episódio do confronto ocorrido entre as duas Polícias, Civil e Militar, em São Paulo, deve ter o nosso veemente protesto com relação à fala presidencial, de confundir um movimento armado, um movimento ilegal, com um movimento democrático, com uma passeata democrática.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Senador Jarbas Vasconcelos, analisando o movimento de São Paulo, o choque entre as duas Polícias, lembraria ao Brasil que este País é tão organizado que bastaria termos em cada casa a bandeira brasileira, onde consta o lema positivista: Ordem e Progresso.

Concedo a palavra ao Senador do Estado de Alagoas, Renan Calheiros, do PMDB, que já presidiu com muita competência esta Casa, foi líder de Governo na Câmara Federal, foi líder do Governo aqui, e um extraordinário Ministro da Justiça deste País.

Vivemos momentos de muita tranquilidade, paz e firmeza. E eu digo isso agradecendo a contribuição que V. Ex<sup>a</sup> deu à segurança no Piauí.

Acho que 90% da estrutura que tem o Ministério da Segurança advém da época em que V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, muito obrigado, mais uma vez, pelas gentis palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, a segurança nacional, Sr. Presidente, vive uma das piores crises da sua história. Ela é grave porque afeta a segurança social na medida em que gera instabilidade, afeta a produtividade das empresas, aumenta o custo dos serviços públicos,

piora o já caótico trânsito das cidades e causa ineficiência geral. Os exemplos desse caos moderno parecem já estar incorporados ao dia-a-dia do País.

São casos como o do assassinato de mais um diretor do Presídio de Bangu e do empresário Arthur Sendas, no Rio de Janeiro, há pouco registrado aqui pelo querido Senador Romeu Tuma, em nome de todos nós Senadores, ou a greve de policiais civis e o confronto da Polícia Civil com a Polícia Militar, como disse aqui o Senador Jarbas Vasconcelos, uma verdadeira batalha campal no Estado de São Paulo.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero dizer que concordo, concordo mesmo, com as palavras do Governador José Serra, que disse o seguinte: “Ninguém pode negociar armado, e as armas são realmente para defender a população.” Quando isso ocorre, quando alguém tenta negociar armado, nós devemos mesmo nos preocupar com o desfecho dessa negociação.

Este, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um dos problemas mais sérios dessa crise: policiais civis de todo o País programam uma paralisação de 24 horas no dia 29 de outubro em solidariedade à greve da corporação em São Paulo.

Tenho acompanhado as justas reivindicações da categoria e compreendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, perfeitamente o drama dos salários achatados e defasados dos policiais de todo o País. Mas nenhum episódio comoveu mais a sociedade do que a tragédia da adolescente Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos de idade. Natural de Maceió, a menina foi viver na capital paulista ainda criança e acabou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pagando um preço altíssimo pela banalização da violência e do uso de armas neste País.

Quero deixar aqui meus sentimentos à família de Eloá e pedir que, apesar de sua dolorosa perda, a sociedade aprenda, a sociedade compreenda o seu exemplo. Ao deixar a vida, num gesto altivo a família da adolescente alagoana decidiu doar os órgãos para pessoas que precisam de transplantes.

Neste momento difícil, precisamos, Sr. Presidente, de uma visão sistêmica para vencer o problema da segurança pública no curto, no curtíssimo, no médio e no longo prazo, principalmente, mas são necessárias também medidas pontuais.

Foi por isso que apresentei o Projeto de Lei nº 97, deste ano, que estabelece programa de assistência psicossocial aos policiais com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. A proposição foi aprovada na semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais e teve como Relator o Senador Romeu Tuma, que, entre todos nós Senadores, é o maior especia-



lista em segurança pública, o maior especialista nesta matéria que abordamos agora.

O texto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Já disse e repito agora, Senador Romeu Tuma: não pretendo esperar. Os policiais brasileiros, os bombeiros, os agentes penitenciários não podem esperar pela delongada tramitação legislativa. Ainda vamos precisar de muito tempo para concluir, porque esse projeto terá de ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e só depois vai à Câmara dos Deputados, onde nós conhecemos a dificuldade de pautar para votação um assunto de extrema importância como este que estamos tratando aqui, agora.

Eu vou procurar o Presidente da República, o Presidente Lula, para sugerir que a idéia seja adotada pelo Governo, por meio de uma medida provisória incorporada ao Pronasci. Vou também, Sr. Presidente, procurar o Ministro da Justiça e a Ministra Dilma Rousseff, para que essa idéia que eu vou levar ao Presidente da República seja implementada. A urgência e relevância do tema justificam essa iniciativa.

Não existe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, profissão mais incompreendida e, ao mesmo tempo, com grande fascínio que a exercida pelos policiais. A eles é destinada uma série de funções sociais, além da segurança pública. Apesar disso, Sr. Presidente, a situação dos policiais, atualmente, é de grande preocupação. Os agentes de segurança são pessoas que lidam com a violência no dia-a-dia e, muitas vezes, não conseguem desprender do que presenciam quando voltam para casa. Eles ficam carregados de estresse, de depressão e, muitas vezes, descontam isso na família e no uso de álcool e de outros tipos de drogas.

Estudos científicos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, comprovam que a profissão do policial é uma das que mais causam estresse, Senador Mozarildo Cavalcanti. Por isso, é preciso promover o bem-estar psíquico, a reintegração do servidor ao ambiente de trabalho, bem como auxiliar nos conflitos existenciais de cada um. Os governos estaduais têm de instituir ou ampliar o trabalho psicológico com o uso de técnicas de dinâmica de grupo, psicodrama e sociodrama e de cursos para controle de estresse, além do estudo e da melhoria da condição de trabalho.

Eu ouço, com muita satisfação, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> tem a experiência e a condição de falar muito bem sobre esse tema, pois foi Ministro da Justiça. Portanto, conhece a dimensão do problema de segurança neste País, especificamente a

situação dramática das nossas polícias, sem exceção, tanto dos grandes quanto dos pequenos Estados. No entanto, a que temos assistido, nos últimos tempos, lamentavelmente? V. Ex<sup>a</sup>, com a influência que tem, o Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que é o maior desta Casa, deveria realmente cobrar do Presidente Lula – e não sugerir –, cobrar do Presidente Lula que os seus Ministros da Justiça se preocupem mais com a segurança e menos com debates ideológicos; mais com a segurança e menos com questões partidárias, porque é o que vimos com o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos e com o atual Ministro Tarso Genro. Realmente, há um descuido. Se não há um comando nacional que possa de fato levar em conta isso que V. Ex<sup>a</sup> disse, de melhorar as condições de trabalho do policial, da dignidade, da tranquilidade, esse policial vai ficar não só estressado, com problemas sociais, mas, principalmente, à mercê dos bandidos; portanto, vulnerável a ser corrompido. Então, espero que realmente esse momento sirva como um alerta, que V. Ex<sup>a</sup> está dando, para que realmente se mude a postura de apoio às polícias no País.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Agradeço-lhe muito o oportuno aparte. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. É importante que nós façamos um esforço conjunto, um verdadeiro mutirão para que possamos avançar na segurança pública, na exata medida que nos cobra a sociedade brasileira. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Senador Renan, primeiro, quero lhe agradecer pela confiança em concordar que eu fosse Relator da matéria.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Eu é que devo agradecer.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Fi-lo com muita devoção. Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, eu falaria alguma coisa de experiência pessoal nesse campo do psicossocial e das dificuldades que o policial tem no enfrentamento diário da violência e da suspeita da agressão permanente que pode sofrer. Quando eu estava na Polícia Federal, Senador, havia censura. Terminada a censura, a maioria dos psicólogos e outros profissionais de carreira de nível superior... Chamei os psicólogos para, junto à Diretoria, percorrerem as regiões de fronteira, onde começava um índice de suicídio muito grande entre policiais. O andamento foi surpreendente. As pessoas que ficam na fronteira, onde a criminalidade é maior, a agressividade é maior, não podem ter contato social. Fui visitar Brasília num dia em que há muito tráfico de drogas. O delegado, a cada pessoa que vinha me cumprimentar, dizia que ela mexia com a coisa. No quinto, eu perguntei: “Que coisa é essa? É droga?” Ele falou: “É droga”. Eu falei: “Como é que você sobrevive?” Ele

disse: “Eu não tenho vida social, não posso ter contato com ninguém”. Então, o que aconteceu? Ninguém poderia ficar mais do que seis meses numa fronteira, sob pena de se perder o homem e sua capacidade de trabalho, e a família se ver envolvida num estado de depressão violenta do chefe, o que atinge à família. Então, vem numa boa hora. Acho que essa medida provisória que V. Ex<sup>a</sup> vai propor até que deve ter mais algumas coisinhas, Senador....

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sem dúvida.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Sem dúvida nenhuma. Não é só criar o fundo, mas determinar algumas providências de sobrevida do funcionário que está em lugares de risco, de desequilíbrio permanente. Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentá-lo e torcer para que dê certo.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Eu é que agradeço muito a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e incorporo, com muita satisfação, o aparte que V. Ex<sup>a</sup> faz, convencido, mais uma vez, dos seus altos conhecimentos na matéria, de sua experiência e da larga folha de serviços que V. Ex<sup>a</sup> tem prestado ao País e a esta Casa, nessa área da segurança pública. Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Um aparte, Senador.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senador Mário Couto, ouço, com satisfação, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador Renan Calheiros, inicialmente, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por ter trazido um tema de suma importância, hoje, em sua fala nesta tarde. O problema de segurança no País é grave, Senador. Por isso, quero parabenizá-lo pela sua preocupação, que é minha também.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Obrigado, Senador Mário Couto.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador, acho que temos aqui, no Senado, em torno de 100 projetos que falam sobre segurança – em torno de 100. Fiz um levantamento, deu 105 ou 106 projetos. Penso que deveríamos fazer uma reunião com o Presidente desta Casa e pedir a ele que faça uma semana só de análises desses projetos. Se V. Ex<sup>a</sup> olhar os projetos, vai ver que eles abrangem quase que a totalidade da necessidade de se melhorar a segurança neste País. Tem projetos que englobam desde salários, de estrutura de polícia, tanto civil quanto militar... Isso começou a se acentuar, Senador, após a morte do João Hélio. O Senador Antonio Carlos Magalhães ainda era vivo. Só ele, naquela oportunidade, deve ter confeccionado, deve ter proposto uns dez projetos sobre segurança

– só o Senador Antonio Carlos Magalhães. Estão todos aí, dependendo dos nossos esforços. Acho que a medida provisória é necessária neste momento. É uma medida em que eu votaria com todo prazer. Nós sabemos que a nossa polícia está desestruturada. O nosso País precisa de providências imediatas – salários, estrutura, infra-estrutura, tudo. De tudo se precisa neste País: penitenciária, delegado de polícia, polícia. Infelizmente, nós não temos nada, absolutamente nada hoje, e a polícia é muito mal paga, Senador.

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – O Senador Mão Santa vai deixar V. Ex<sup>a</sup> falar à vontade, porque o tema é importante para o País. O meu Pará, eu não tenho dúvida, Senador, eu falei já três dias e, na quinta-feira, vou voltar a falar sobre o problema do meu Pará. O Pará hoje é o Estado mais violento do Brasil. O Pará, que é uma fortaleza em termos de turismo. Tenho preocupação de que o turismo no Estado do Pará caia. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e dizer-lhe que, em relação a qualquer medida que venha na direção de melhorar a segurança deste País, V. Ex<sup>a</sup> contará com o Senador Mário Couto. Deixo a proposta de que se reúnam os Senadores, de que se vá ao Presidente desta Casa. Começou com muita ênfase no problema do João Hélio. Depois, houve uma esfriada. Quem sabe agora, com o problema da Eloá, não se possam catalogar todos esses projetos que estão aí. Vamos fazer a semana dos projetos de segurança no Senado. Vamos votar todos esses projetos. Deixo a sugestão a V. Ex<sup>a</sup> e conte comigo em qualquer decisão. Mais uma vez, parabéns pela sua atitude!

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Talvez seja o momento mesmo de aproveitarmos a crise, a repercussão da crise, a instabilidade, a comoção nacional, para avançarmos no aprimoramento da legislação, propondo, assim, uma série de medidas, elevando parâmetros, elevando limites financeiros e estabelecendo rubricas orçamentárias, de modo a resolver o problema da segurança pública, que incomoda, Senador Mão Santa, todos nós.

A Constituição Federal – o Senador Mário Couto tem absoluta razão – traz, em seu art. 144, que, mais do que nunca, precisa ser regulamentado, que o dever pela segurança pública é das polícias civis e militares, sob a chefia dos respectivos Governadores. Mas os Estados, Sr. Presidente, não vêm dando a devida importância às corporações, principalmente aos policiais.

Já que o quadro é esse, quero anunciar aqui que pretendo retomar uma idéia abandonada pelo Governo Federal e que poderá virar realidade por meio de uma

proposição legislativa. A proposta ainda se encontra em fase de estudos pela minha assessoria parlamentar e pretendo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apresentá-la até o final deste ano – mas ainda neste ano legislativo. Trata-se, Senador Romeu Tuma, da lei que instituirá o piso salarial dos policiais, bombeiros e agentes penitenciários de todo o País. O objetivo é estabelecer uma cooperação técnica e financeira entre a União, Estados e Municípios, para valorizar as carreiras de segurança pública de forma sistemática e progressiva. Poderemos adotar, como modelo, a proposta aprovada neste ano pelo Congresso Nacional para o piso salarial nacional dos professores. A intenção, Senador Mão Santa, da proposta não é amarrar os orçamentos estaduais, mas incentivar mesmo uma ampla negociação entre a União, os Entes Federados e os representantes das categorias e do Congresso Nacional. É uma espécie de pontapé inicial para recuperar os vencimentos e estabelecer uma política salarial dos policiais mais homogênea.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cabe ao Estado oferecer condições efetivas para a existência de uma sociedade segura. A Colômbia, por exemplo, investiu maciçamente em salários e equipamentos e obteve resultados que mudaram a imagem do País em pouquíssimos anos.

Quando ocupei o Ministério da Justiça, trabalhei para reaparelhar as polícias, construí novos presídios, construí sedes para a Polícia Federal, a fim de valorizar os seus profissionais. Reestruturamos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as carreiras da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e aumentamos seus efetivos.

Para se ter uma idéia, àquela época, e contrariava muito este fato, havia apenas cerca de 7 mil policiais federais no Brasil – o Senador Romeu Tuma, que foi diretor da Polícia Federal, sabe muito bem disso –, enquanto que, na Argentina, vizinho país, com competências e atribuições semelhantes às da Polícia Federal do Brasil, havia 40 mil policiais federais. Além disso, modernizamos os equipamentos de resgate da Polícia Rodoviária Federal, adquirimos novas viaturas, renovamos toda a frota das duas polícias, adquirimos helicópteros para as duas polícias e investimos verdadeiramente em qualificação de pessoal.

Aqui no Senado, Sr. Presidente, apresentei outra proposição, que prevê a criação de subsídio para aquisição de moradias por policiais. Falei sobre esse assunto com o Presidente da República, com a Ministra Dilma Rousseff e com o Ministro Tarso Genro, e o Governo Federal, diante dos argumentos de que, aqui no Brasil, e o mundo todo divulgou isto, os policiais, quando moram, quando residem nos lugares em que o crime organizado domina, são obrigados a ocultar suas identidades, porque ou

oculta a sua identidade ou tem que fazer um acordo com o crime. E isso acontece em desfavor dos números e em favor da impunidade que, lamentavelmente, aumenta no nosso País. Então, Sr. Presidente, há um precedente com relação à edição de medida provisória.

O Governo incorporou em uma medida provisória, na medida provisória que criou o Pronasci, exatamente essa idéia de subsídio para a construção de moradia para os policiais em todo o Brasil. A idéia, como disse e repito, foi aproveitada no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o que, mais uma vez, me deixa muito agradecido ao Ministro da Justiça, ao Presidente da República.

Sr. Presidente, como disse e repito, é preciso acelerar a implantação desse programa, porque menos de dezoito Estados da Federação aderiram até agora a esse subsídio para a aquisição de moradia do policial.

Em Alagoas, Sr. Presidente, por exemplo, que é o Estado que tenho a honra de representar aqui neste Senado Federal, acesso ao financiamento de moradia pelos policiais, infelizmente, ainda não é uma realidade. Os Governos têm a obrigação de estabelecer uma política salarial decente, compatível com a importância vital da atividade dos policiais que cotidianamente arriscam suas vidas na defesa da sociedade.

E cuidar, Sr. Presidente – estou encerrando –, da saúde psíquica e mental dos agentes de segurança, esses profissionais que perdem o sono e muitas vezes a própria vida para que possamos todos dormir um pouco mais em paz.

Era esse o assunto que eu gostaria de trazer a esta Casa para suscitar o debate aqui com as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, principalmente, para recolhermos posicionamentos abalizados, como o de vários Senadores ex-Governadores de Estado, principalmente do Senador Romeu Tuma, que é, dentre todos nós, a maior autoridade no assunto.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós o cumprimentamos e o parabenizamos, sentimo-nos orgulhosos, sendo do PMDB, em contar com a liderança de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero testemunhar que não foi só V. Ex<sup>a</sup> um extraordinário Ministro, irradiando as estruturas físicas, como dei o exemplo do Piauí – e agradecemos –, mas V. Ex<sup>a</sup>, quando era Ministro, ajudou-nos a combater o sindicato do crime organizado, que havia lá no Piauí e no Nordeste todo. No Acre, era mais intenso, em Coronel Correia Lima.

Então, V. Ex<sup>a</sup> tem grande experiência, e acho que é tempo de o Presidente Luís Inácio recorrer a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu queria também sugerir algo a V. Ex<sup>a</sup>. A Itália, onde começou tudo, o Renascimento, no parlamento italiano



existe a figura do Senador vitalício. Um deles foi Norberto Bobbio, que morreu recentemente. Norberto Bobbio disse que o mínimo que se tem que exigir de um Governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Então, V. Ex<sup>a</sup> tem muito a contribuir ainda com o Presidente da República neste momento difícil para todos nós.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Agradeço a gentileza e assino embaixo em quase tudo que V. Ex<sup>a</sup> diz.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Com a palavra, representando a Liderança da Minoria desta Casa, representando o grandioso Estado do Pará e liderando também o PSDB, na ausência do Líder Arthur Virgílio, o Senador Mário Couto. V. Ex<sup>a</sup> poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, ontem, a nossa preocupação principal também foi a segurança neste País e no meu Estado. Fiz também algumas referências, Senador Mozarildo – e espero contar com V. Ex<sup>a</sup> na próxima semana –, às providências que vamos tomar em relação a alertar o Governo Federal para a situação dos aposentados e pensionistas deste País.

Pretendemos, na próxima semana, fazer o primeiro grande alerta ao Governo Federal com relação à situação dos aposentados. Espero contar com V. Ex<sup>a</sup>, porque é nossa intenção, para chamar a atenção do Governo Federal, dizer a Sua Excelência que os projetos do Governo só serão votados aqui nesta Casa quando se tomar alguma providência em relação à situação dos projetos dos aposentados, de autoria do Senador Paulo Paim, do PT, que estão na Câmara dos Deputados.

Hoje, vejo vários Senadores preocupados também com a segurança deste País.

Falei, ontem, Senador Mozarildo, sobre o meu Estado, e mostrei um telegrama, passado pelos Correios, parabenizando uma amiga, Prefeita eleita neste último pleito. O telegrama, endereçado a ela, não chegou até a residência dela porque o caseiro não conseguiu entregar o telegrama e escreveu no rodapé mais ou menos assim: “Não pude entregar porque, se entro na rua, vou ser assaltado”.

Ontem mesmo, Presidente, depois de minha fala, recebi um e-mail de um vereador do Município de Dom Eliseu, dizendo que ele, o vereador e mais alguns colegas tiveram de fazer uma “vaquinha”, uma coleta para comprar peça para os veículos da Polícia, lá no Município do vereador, em nossa querida cidade Dom Eliseu.

São alguns exemplos, Senador Mão Santa, que mostram como a segurança neste País se mostra cada vez pior. É uma intranquilidade geral! Eu sei, tenho certeza absoluta de que nós não podemos mais continuar assim. Ou se toma alguma providência ou a própria sociedade vai tomar, porque a sociedade não aguenta mais! Se nós não tomarmos uma providência aqui no Senado, tenho certeza absoluta de que a sociedade irá tomar, porque a sociedade não aguenta mais!

Senador, nós temos mais de cem projetos em pauta para serem votados, mas não conseguimos votá-los por causa das medidas provisórias. A V. Ex<sup>a</sup>, que está hoje presidindo a Mesa, eu faço um apelo: fale com o Presidente. Eu vou falar, o Renan vai falar – ele acabou de sair da tribuna –, fale também V. Ex<sup>a</sup>: vamos fazer um esforço concentrado para votar esses projetos. Se esses projetos se transformarem em leis, tenho certeza de que a população terá um melhor amparo na questão de segurança, Presidente. Não tenho dúvida alguma disso. Podemos criar fundos para a segurança. Tudo bem. Mas que esses projetos sejam votados para beneficiar a nossa sociedade em termos de segurança.

Já estou cansado de aqui me colocar à disposição da Governadora do nosso Estado, o Pará. V. Ex<sup>a</sup> é testemunha. Estou cansado de dizer a ela que esqueça as questões partidárias, que esqueça as ideologias partidárias, que este é um momento de angústia, que o Pará pede S.O.S., que o Pará pede socorro, que os bandidos tomaram conta do meu Estado, que os bandidos venceram a guerra no meu Estado, que os bandidos estão mandando no meu Estado. São eles que ditam as normas.

A imprensa não tem mais liberdade. Os jornais não têm mais liberdade no meu Estado. É verdade, Brasil! É verdade, Brasil! Os jornais de maior circulação não têm como distribuir exemplares porque os bandidos não deixam: “Para entrar aqui nesta rua tem que pagar pedágio.” Os Correios não conseguem distribuir correspondência. Mostrei aqui, ontem, uma correspondência devolvida a mim porque o carteiro não teve coragem de entrar na rua para entregar a correspondência a uma prefeita eleita.

Esse é o Estado do Pará hoje. Um Estado ordeiro, um Estado maravilhoso, um Estado com um potencial turístico imensurável, um Estado com uma população que acredita nos políticos, que votou numa senhora filiada ao Partido dos Trabalhadores porque acreditou que ela tinha condição de vir ao Presidente da República pedir socorro ao Presidente da República. E nada acontece.

Na quinta-feira, Presidente, depois de amanhã, vou mostrar, daqui desta tribuna, o que está acontecendo com as crianças (cinco anos, oito anos, nove anos,

doze anos, treze anos), o que está acontecendo com essas crianças no meu Estado, a prática da violência contra essas crianças, as inúmeras mortes dessas crianças, denunciadas pelo bispo da cidade de Soure. Nenhuma providência, até hoje, foi tomada.

Estarei aqui na quinta-feira mostrando novamente ao meu Estado o que acontece com essas crianças. A violência maior é em cima dos idosos, dos negros e das crianças. Vou lhes mostrar na próxima quinta-feira dados reais do que está acontecendo no meu Estado e, tenho certeza, no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu vim aqui hoje, primeiro, Presidente, para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que quando questioneei aqui a situação da saúde do meu Estado, mostrei aqui desta tribuna um hospital de reabilitação infantil construído na cidade de Belém, na capital do Estado do Pará, que estava parado há quatro anos porque o Governo do Pará não tomava nenhuma iniciativa. Foi colocado a todos nós, inicialmente, que não era inaugurado o hospital porque o Ministério Público Estadual não permitia. Fomos ao Ministério Público Estadual: não tinha nada, absolutamente nada. Depois, Tribunal de Contas da União: não se inaugura o hospital, não se termina o hospital porque o Tribunal de Contas da União não deixa, tem problemas. Fomos pessoalmente ao Tribunal de Contas da União: nada, absolutamente nada. Era descaso, era falta de competência. Fomos até a diretora do Hospital Geral aqui em Brasília, do Hospital Sarah.

E aqui eu quero deixar os meus agradecimentos, mais uma vez; já agradei. Tomaram-se as providências, equipou-se e inaugurou-se o hospital, que está servindo agora como nunca à população do meu Estado, reabilitando as crianças, que não precisam mais vir a Brasília ou ir ao Rio de Janeiro para fazer o tratamento.

Disse aqui, Presidente, várias vezes, que a mim não interessava inaugurar. Sem demagogias políticas! Que eu não queria estar na inauguração, que eu abria mão de convite, eu não queria receber nenhum convite, eu apenas queria que o hospital fosse terminado e beneficiasse as crianças do meu Estado porque sei que o meu Estado é muito pobre.

Talvez poucos conheçam o Estado do Pará como eu. Já andei todo o meu Estado, conheço-o como a palma da minha mão, e posso falar de cátedra das dificuldades do Estado do Pará.

Não fui à inauguração, não recebi convite. Ao contrário, recebi críticas. Mas estou feliz, estou satisfeito, estou radiante de felicidade porque está lá o hospital servindo ao povo. Fiquei triste com a segunda notícia, Presidente, sobre a Transamazônica e a Santarém/Cuiabá, bandeiras minhas aqui neste Senado.

Quando cheguei aqui, firmei um compromisso com o povo do Pará de que eu lutaria pela Transamazônica, pelas eclusas de Tucuruí e pela Santarém/Cuiabá; obras fundamentais para o desenvolvimento do meu Estado. Fundamentais!

Abro os jornais e leio, Presidente, o que o Diretor-Geral do Dnit diz no jornal de Belém! É lamentável que as obras da Transamazônica estejam a passos de jabuti. Pelo menos começaram, mas a obra anda a conta-gotas. E a Santarém-Cuiabá ainda não saiu do papel.

População paraense, meus queridos irmãos paraenses, olhem o que diz o Diretor-Geral do Dnit, aquele que eu questioneei, o Pagot. Olha o que diz o jornal do dia 13 de setembro de 2008, recentemente:

Pagot disse a uma platéia formada por empresários e políticos que, pela primeira vez, na cidade de Santarém, em Belém do Pará, o Dnit tem recursos em caixa e projetos prontos para executar as obras, mas esbarra na dificuldade de obter licenciamento ambiental. 'Dinheiro não é problema (...)'.

Nossa mãe do céu! '*Dinheiro não é problema, disse o Diretor*'. É difícil ver isso. É muito difícil se ver isso.

Dinheiro não é problema, garantiu, informando que o departamento tem à disposição cerca de R\$15 bilhões para investir em infra-estrutura em todo o País. O asfaltamento das duas rodovias federais que cortam o Pará custariam cerca de R\$2 bilhões. Mesmo com as dificuldades, ele garante que em três anos as obras estarão concluídas e explicou aos presentes os procedimentos que estão sendo adotados para viabilizar o projeto.

Mais adiante:

Para Pagot, a responsabilidade ambiental é uma das premissas das obras planejadas pelo Dnit. 'Temos mais de 400 pessoas somente para cuidar da parte ambiental', explica, ressaltando, no entanto, que o Ibama vem postergando licenciamento de obras importantes, como é o caso da Santarém-Cuiabá. Ele exemplificou que o Dnit pediu o licenciamento de 14 cascalheiras, mas só obteve autorização para explorar quatro delas, aumentando a distância do transporte desse tipo de material, encarecendo a obra. 'Postergar por motivos ideológicos – vou repetir: postergar por motivos ideológicos diversos – o licenciamento ambiental dessas rodovias é causar um grande prejuízo ao Estado do Pará.'



Senador Geraldo Mesquita, dinheiro tem muito, diz o Dnit, e o Estado do Pará, por intermédio dos seus executivos, não providencia a licença ambiental, Senador, para que as obras da Transamazônica e da Santarém/Cuiabá possam sair rapidamente.

É triste, é triste ver a displicência dos nossos governantes. É triste ver o Governo dizer ao nosso Estado que tem dinheiro, que o dinheiro está aí, que o dinheiro está à disposição.

Ele quer fazer a obra, quer que a obra ande com rapidez, mas o Ibama não quer, e o Governo do Estado do Pará não toma providências.

Minha querida Governadora, faça isso pelo nosso povo, faça isso para o povo da Transamazônica, para o povo da Santarém/Cuiabá, para aquele povo sofrido. V. Ex<sup>a</sup> sabe, Governadora, o quanto sofre o povo do nosso Estado, como sofre o povo que vive naquela rodovia, principalmente no inverno – o inverno vai chegar novamente –, quando todos ficam isolados, desamparados. Vá ao Ibama, chame o Ibama. Parece-me que o diretor do Ibama é seu conhecido, é amigo da senhora. Chame-o, Governadora. Diga a ele que não atrapalhe a obra, que ele dê a licença ambiental, pois, afinal, a estrada está aberta, não tem mais nada que prejudicar. A estrada está aberta. É só asfalto. Que licença ambiental é essa?

Oh, meu Pará, tu tens a grande oportunidade de fazer as eclusas que estão andamento, mas também de terminar a Transamazônica e a Santarém/Cuiabá.

Mais uma vez, peço à nossa Governadora que resolva esse pequeno problema, que aceite as ponderações do diretor do Dnit, que foi ao meu Estado, que foi a Santarém dizer que tem dinheiro para fazer as obras, mas elas estão emperradas por causa de uma licença ambiental. Isso é triste, Presidente! Isso é triste!

Eu deixo desta tribuna, Presidente, mais uma vez me colocando à disposição da Governadora. Não interessa a que Partido eu pertença neste momento, Governadora! Não interessa a que Partido José Nery, Senador do Pará, pertença neste momento, Governadora! Não interessa a que Partido pertença o Senador Flexa Ribeiro. Nós somos do Pará, Governadora! Nós queremos resolver o problema do nosso Estado. Se a senhora precisar dos Senadores do Pará, eles estão aqui à sua disposição. Venha com humildade, Governadora, e vamos resolver os problemas do nosso Estado. O Governo está dizendo que tem dinheiro, Governadora! Meu Deus do céu!

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Convidamos para usar da palavra, como já tinha anunciado, o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, do Estado de Roraima.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero hoje, Sr. Presidente, fazer aqui uma homenagem muito justa ao jornal mais antigo do meu Estado, **Folha de Boa Vista**, que hoje completa 25 anos de existência.

Eu sei que para muitos Estados dizer que um jornal faz 25 anos parece pouquinho coisa, mas para um Estado que este ano completou 20 anos de existência ter um jornal que completou 25 anos significa dizer que esse jornal já existia quando nós éramos apenas um Território federal.

O jornal **Folha de Boa Vista**, que começou de maneira modesta, como um semanário, hoje é diário, possui uma impressão de primeira linha e, sobretudo, é um jornal que permite a publicação de notícias que agradam e desagradam a todas as correntes, porque aceita o pluralismo das idéias, o pluralismo partidário.

Eu quero aqui fazer uma homenagem especial ao proprietário, Dr. Getúlio Cruz, que também foi Governador do Território de Roraima; bem como à filha dele, a jornalista Paula Cruz, que hoje é a diretora do jornal, e a todo o corpo de profissionais que fazem a **Folha de Boa Vista**.

O Grupo Folha, que tem, além do jornal, uma rádio, é muito importante para o nosso Estado, que, repito, é um Estado novo, com apenas 20 anos, e tem nesse veículo um canal importante da democracia.

É verdade que não é fácil fazer jornalismo num Estado pequeno – V. Ex<sup>a</sup> sabe, Senador Geraldo Mesquita –, contrariando às vezes governantes; contrariando às vezes interesses maiores, até na esfera federal. É muito difícil. Por isso, aqui fica a minha homenagem ao Grupo Folha, especialmente ao jornal **Folha de Boa Vista**, que nesta data completa 25 anos de existência.

Peço, Senador Mão Santa, que seja transcrita na íntegra, como parte do meu pronunciamento, a matéria hoje publicada no mesmo jornal “**Folha de Boa Vista** – 25 anos escrevendo a história de Roraima”, de autoria da jornalista Cyneida Correa, que reflete muito bem toda a trajetória do jornal.

Que os meus parabéns sejam estendidos a toda a equipe que compõe o jornal, desde a diretora-geral, Paula Cruz, até os repórteres e fotógrafos, enfim.

Concluo, pedindo, portanto, a transcrição dessa matéria junto ao meu pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## **FOLHA DE BOA VISTA - 25 anos escrevendo a história de Roraima**

**Cynelda Correa**

O dia 21 de outubro de 2008 é a data em que o jornal mais antigo de Roraima, Folha de Boa Vista, comemora a sua primeira circulação nas bancas, há 25 anos. O nascimento foi em uma época difícil, quando o País ainda estava mergulhado na ditadura militar e Roraima era um Território Federal.

Apesar do peso da ditadura, a Folha já anunciava no seu editorial de estréia: "Nossa idéia é montar um jornal independente". O grupo que fundou a Folha era formado pelos jornalistas Fernando Estrela, o único que ainda vive no Estado de Roraima, Sandra Regina Tarcitano e Cosette Espíndola de Castro, além de um antigo funcionário da Telebrás da Paraíba, Cícero Cruz.

As primeiras edições da Folha, à época um semanário, eram montadas de forma artesanal e enviadas para serem impressas em Manaus, no Estado do Amazonas. Cansados da mão-de-obra penosa de enviar todo o material envelopado para o Amazonas, os diretores conseguiram um financiamento para comprar uma nova máquina rotativa.

Em 1987, foi comprado o atual prédio da Editora Boa Vista e, um ano depois, a empresa passou a ser do atual proprietário, o economista Getúlio Cruz, que modernizou o parque gráfico adquirindo uma rotativa, inaugurada em 19 de abril de 1999. A edição histórica da Folha foi na virada do milênio, em 31 de dezembro de 1999, quando, pela primeira vez, o jornal foi impresso em cores, um prenúncio de como seria o jornal em um futuro bem próximo.

Nesses 25 anos, a Folha foi tornando-se uma espécie de porta-voz da sociedade local, e o que era um idealismo de um grupo de pessoas em fazer jornalismo de verdade tornou-se realidade ao longo de duas décadas de edições ininterruptas.

"É um jornal de credibilidade e isso não se conquista da noite para o dia. A Folha é um produto de boa qualidade e hoje é fundamental para a sociedade roraimense. Me sinto orgulhoso de fazer parte de sua história. Na época de sua criação, teve muita gente que dizia que o jornal não passava da 2ª edição e hoje está aí, sólido, fazendo 25 anos", disse Fernando Estrela, um dos fundadores do jornal.

### **Jornalismo idealista e necessário**

O slogan "Um jornal Necessário", que até hoje é usado pela empresa, espelha bem essa tendência. Criado pelo jornalista Gustavo Abreu, um dos primeiros editores da Folha, o slogan teve inspiração no ideal divulgado por um professor, da importância do jornal ser necessário para noticiar a verdade dos fatos.

"Era aquela coisa nobre de servir, de que a informação de qualidade ajuda a fortalecer a democracia no país. Daí surgiu a idéia de sintetizar essas lições do professor na frase e marquetizar isso. Na época, em 1988 e 1989 e 1990, éramos profissionais amadores e fazíamos jornalismo por amor à profissão. Virávamos a noite trabalhando e diagramávamos o jornal com cola e tesoura. Era uma época romântica do jornalismo, era um Estado nascendo e uma imprensa jovem, que queria contribuir para o crescimento do estado. A Folha profissionalizou vários jornalistas que hoje são ícones no Estado e consagrados em suas profissões".

O slogan "Jornal Necessário" é perfeitamente adequado na opinião do primeiro assinante da Folha. Seu Nilo tem 79 anos, dificuldade de visão, mas não vive sem o jornal no seu café da manhã. "Quando atrasa, eu já ligo para reclamar com raiva", disse.

O servidor público aposentado assina a Folha há 10 anos e disse que não consegue ficar sem ler as notícias sobre a sociedade roraimense. "O jornal melhorou muito, tem mais notícias e mostra bem a nossa realidade", disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento.

Nós também queremos nos associar às homenagens à valorosa imprensa e ao sistema de comunicação do novo Estado de Roraima, que V. Ex<sup>a</sup> representa com bastante brilho.

O jornal vale pela verdade que diz, e V. Ex<sup>a</sup> só o homenagearia porque ele tem esse significado.

Convidamos para usar da palavra o Senador inscrito Valter Pereira e, em seguida, como Líder, o Senador Antonio Carlos Júnior, que tem um documento do seu Partido autorizando S. Ex<sup>a</sup> a falar pela Liderança.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estava previsto para amanhã, quarta-feira, o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, Ministro Henrique Meirelles e do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, na Comissão de Assuntos Econômicos. Surpreendentemente, foi adiada, **sine die**, a reunião na qual essas duas autoridades deveriam discutir com aquele órgão técnico a crise internacional que está fazendo oscilar a economia e gerando tanto impacto, tanta inquietação, em todos os cantos do planeta, incluindo o nosso País. Afinal, as turbulências do mercado financeiro e os focos que elas espalham na economia repercutem como verdadeira metástase em todo o organismo internacional, e o Brasil faz parte dessa comunidade, faz parte desse organismo internacional. Imaginar que a crise só afeta os outros e que para nós representa uma simples marolinha é um grave erro em que não podemos incorrer. Tanto é verdade que a meta de crescimento do País, que estava estimada para este ano em 4,5%, poderá ser reduzida para menos de 4%, havendo analistas que prevêem que não alcançam nem 3%.

Ela, portanto, é de grandes proporções e não só pode repercutir como já está repercutindo na economia brasileira. Daí a importância do debate com os condutores da política econômica, financeira e cambial deste País.

É bem verdade que a crise foi deflagrada nos Estados Unidos da América. Embora precedida de numerosos sinais que a imprensa cansou de noticiar, o governo Bush não teve competência para evitar. Aliás, para quem acompanha a política econômica americana, o que não tem faltado são informações sobre recentes desequilíbrios nas contas daquele país.

Do ponto de vista orçamentário, por exemplo, Sr. Presidente, consta uma defasagem da ordem de US\$500 bilhões por ano na balança comercial, um déficit crônico situado ao redor de US\$800 bilhões. Eis o sinal amarelo ou o pisca alerta que vem acen-

dendo na economia americana, não agora, mas há alguns anos.

Outro dado significativo: desse valor, US\$250 bilhões referem-se a saldo negativo nas relações comerciais com a China. O enfraquecimento da produção americana e a perda de mercado no comércio internacional são fatos já discutidos e inquestionáveis. Só a indústria automobilística registrou perdas superiores a US\$50 bilhões no ano passado.

Em qualquer lugar do mundo, tamanhos desequilíbrios comprometeriam a taxa de risco do respectivo país e justificariam exigências de austeridade de organismos internacionais, exigências que o Brasil acostumou a ouvir e, muitas vezes, até a seguir.

Apesar da presença de todos os ingredientes para aplicar essa mesma penalidade ao protagonista principal dessa crise, não vi nenhuma notícia, nenhuma nota de qualquer agência de risco levantando censura a esse respeito. No entanto, os desajustes não pararam na produção, no comércio e nas contas públicas.

Veio a furo também a contaminação do setor financeiro. A crise, com o chamado **subprime**, era um tumor que se desenvolvia no mundo da especulação financeira, dessa especulação desvairada. O sonho da casa própria de ponderável parcela da população de baixa renda despertou no sistema financeiro um apetite incontrolável do lucro fácil, o lucro do financiamento de moradias para esse importante segmento da sociedade americana.

O baixa renda, Sr. Presidente, é o **subprime**, um comprador que não tinha garantias reais para aliciar seus financiamentos. Nem mesmo o histórico de inadimplência era óbice para aprovação de créditos para esse segmento. O importante era financiar, era vender. A fim de compensar a falta de garantias exigíveis em tais operações, cobravam-se juros exorbitantes. Quanto mais altos os juros, maior a remuneração e o retorno do capital. Era o investimento no risco. Foi assim que a esperteza dos banqueiros sucumbiu ante a fraqueza dos compradores.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Concede-me um aparte, Senador?

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Honra-me, Senador Geraldo.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Prezado Senador Valter, quero me reportar ao início do seu pronunciamento, ocasião em que V. Ex<sup>a</sup> registrava – acredito até que com uma certa surpresa, diria que desagradável – o cancelamento da vinda ao Senado Federal de duas importantes autoridades deste País, o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda, que viriam aqui, supostamente a convite de parlamentares, discutir a crise internacional e até onde ela

estaria contaminando o nosso ambiente nacional. Diz V. Ex<sup>a</sup> que o adiamento é **sine die**, o que é mais surpreendente ainda. Considero, em primeiro lugar, que isso não se justifica, primeiro o adiamento, depois o **sine die**. Acho que isso configura, Senador Valter, uma falta de respeito, como poucas vezes vi ser cometida com o Senado Federal. Não tenho como comprovar a V. Ex<sup>a</sup>, mas posso supor que a ausência dessas duas autoridades se deve ao fato de que, certamente, elas devem estar muito ocupadas em lançar tapetes vermelhos para a banqueirada aí que estão querendo salvar, e puxando o tapete de muita gente neste País. Lançam um tapete vermelho, com salamaleque e tudo, para conversar com a banqueirada, para ver se seguram a rapaziada, não deixam quebrar e, ao mesmo tempo, com a outra mão, puxam o tapete de muita gente. Vou lhe dar um exemplo: puxa o tapete de servidores públicos deste País, que estão na expectativa de uma recomposição salarial há muitos anos, que conseguiram há pouco tempo, aos trancos e barrancos, com muita pressão. E ouço falar que essas duas autoridades, por exemplo, estão envolvidas na discussão sobre o cancelamento desses aumentos. É possível até que eles estejam ocupados demais para não poder vir ao Senado, tentando maquinar o corte de aumento dos militares no País, que também, aos trancos e barrancos, vêm tentando uma pequena recomposição da sua remuneração. E por aí vai, Senador Valter. É uma falta de respeito, como poucas vezes vi ser cometida com este Senado Federal, duas autoridades, um Presidente do Banco Central e o outro, Ministro da Fazenda, cancelarem a vinda ao Senado Federal para discutir com Senadores como V. Ex<sup>a</sup> a situação crítica por que o mundo passa atualmente e os reflexos dessa crise, dessa situação aqui na nossa taba. Eu fico impressionado! Eu fico impressionado! Eu fico impressionado! Eu dizia, hoje no início da tarde, no início da sessão, Senador Valter, que eu acabei por consolidar o entendimento de que as chamadas reservas cambiais do País – todo esse esforço que o País faz de constituir uma grande reserva como a que hoje temos – servem basicamente para, quando chega um momento desse, socorrermos banqueiro. Porque, para eles, não importa quantia. É de uma diligência incrível este Governo quando se trata de sacar do Tesouro Nacional US\$60 bilhões, ou mais – isso é o que sabemos – para socorrer o chamado sistema financeiro para evitar a quebra sistêmica, como os entendidos chamam nos jornais: “quebra sistêmica”. Para evitar a quebra sistêmica do mundo financeiro, Senador Valter, as autoridades monetárias deste País são absolutamente diligentes: sacam US\$60 bilhões assim, como se estivessem tirando da algebrinha, para salvar esse povo que, de qualquer for-

ma, estará bem, quebrando ou não, vai continuar bem. Agora, para resolver a questão da recomposição salarial de uma ampla massa de trabalhadores públicos deste País, para resolver a questão da recomposição salarial dos militares e de outras categorias, para isso não há diligência, não há socorro, não há mufunfa. Então, a constatação que tiramos desse imbróglio todo é que todo esse esforço que o povo brasileiro faz no sentido de constituir essas chamadas reservas monetárias é para, quando chegar uma hora dessas, a gente sacar essas reservas e entregar de mão beijada a quem participou da roleta financeira no mundo inteiro e agora corre para pedir socorro à mamãe Brasil e depois continua numa boa, Senador Valter. E os trabalhadores brasileiros vão continuar mal. O senhor lembra? V. Ex<sup>a</sup> participou do debate da prorrogação ou não da CPMF, o alarde que se fez: “Se não prorrogarem a CPMF, vamos deixar de investir na saúde quarenta e tantos bilhões de reais.” A realidade mostrou que não era nada disso. O Governo conseguiu arrecadar muito mais do que isso, normalmente, regularmente, sem a CPMF. E fico pensando, Senador Valter, em suma e ao final, nesse grande esforço que o Senhor faz, eu faço, o Senador Mão Santa faz, um simples operário faz neste País, todo brasileiro faz – porque essa reserva monetária que está aí nada mais é do que resultado do suor de todo povo brasileiro. E para que ela tem se prestado, Senador Valter? Para momentos de crise. Momentos de crise nós vivemos na saúde, na educação, no transporte público. Os trabalhadores públicos e privados deste País vivem em crise e para essas crises não tem socorro, não tem remédio. Entendeu, Senador Valter? É um negócio impressionante isso! Eu acho que o povo brasileiro deveria pensar nisso. Afinal, para que temos essas reservas monetárias? Eu parabeno V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Faço votos de que V. Ex<sup>a</sup>, um Líder nesta Casa, consiga convencer essas autoridades a, num gesto de respeito a esta Casa, comparecer aqui, primeiro para dizer absolutamente o que estão fazendo; e, segundo, para partilhar com o Senado Federal as preocupações, os propósitos e as ações que serão implementadas para sanarmos essa tão propalada crise.

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS)** – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Prefiro acreditar que esse adiamento decorreu de outros motivos que não aqueles apontados por V. Ex<sup>a</sup>. Acredito que a solenidade, marcada pelo Presidente Lula, para comemoração da Constituinte, amanhã, deva ser o móvel desse adiamento. Mas, de qualquer forma, o que eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> é que há uma deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido de que esses dois Ministros, essas duas autoridades compa-



reçam a esse órgão técnico do Senado para prestar todos os esclarecimentos.

Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que a minha maior inquietação diz respeito exatamente às reservas, de como essas reservas internacionais vão ser utilizadas nessa crise toda, para que elas também não sejam dilapidadas.

Pede-me um aparte o Senador Antonio Carlos Júnior.

**O Sr. Antonio Carlos Júnior** (DEM – BA) – Senador Valter Pereira, o pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz é da mais alta importância, referindo-se à situação que vivemos com a crise internacional avassaladora que atinge, sem dúvida alguma, o Brasil. Revoltante é a posição do Ministro Guido Mantega, solicitando o adiamento *sine die* da sua vinda amanhã à Comissão de Assuntos Econômicos juntamente com o Ministro Henrique Meirelles. Isso é revoltante, desrespeitoso para com o Senado e será objeto do meu pronunciamento logo mais.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Ouço o nobre Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Valter Pereira, da mesma maneira, eu quero também me manifestar, dizendo que nós todos estávamos programados para participar amanhã desse debate com o Ministro Mantega e com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. E por quê? Porque o assunto me parece que não pode ficar *sine die* não. É um assunto urgente. Entre as prerrogativas do Congresso e de nós, Senadores, além de propor leis, está fiscalizar o Poder Executivo. E essa função de fiscalizar pressupõe que nós chamemos ou convidemos para virem aqui os Ministros nos momentos necessários. O que realmente espanta é que o Presidente da República continua com o mesmo discurso. Ainda ontem ele fazia brincadeiras, outra vez, com esse assunto da crise internacional. As consequências estão aí. Lá no meu Estado de Minas Gerais, nós já temos a siderúrgica de ferro gusa fechando fornos, demitindo funcionários. Por quê? Porque o ferro gusa depende das compras internacionais, depende das compras das siderúrgicas brasileiras e começa a haver uma queda na expectativa de crescimento do mundo como um todo. Agora, o Presidente continua insistindo em achar que o Brasil não tem nada com isso e parece que os Ministros estão da mesma maneira, porque não vir ao Senado, adiar sem ter uma marcação, quando os números estão mostrando, o risco está aí, o Brasil começa a ter problema, sim... Nós todos torcemos para que não tenha. Nós, do PSDB, temos a vontade porque lutamos muito, no passado...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – ...pela estabilização econômica do País, quer dizer, se o Brasil está mais forte hoje é porque, exatamente, tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal, tivemos negociação de dívida dos Estados, tivemos, realmente, uma série de medidas que foram fazendo o País ser um novo País após o fim da inflação. Agora, essa postura, realmente, não só desaponta, mas traz mais preocupações, essa alienação em relação ao que acontece no mundo todo.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Agradeço o aparte do Senador ACMJ e do Senador Eduardo Azeredo e aditaria a fala de cada um a minha convicção de que esse adiamento, embora *sine die*, seja o mais breve possível, porque V. Ex<sup>a</sup> ponderou muito bem, Senador Eduardo Azeredo: mais do que um direito, esta Casa tem...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – ...o dever de fiscalizar. E, hoje, nós temos, diante de nós, US\$200 bilhões de nossas reservas que precisam efetivamente de uma vigilância muito criteriosa.

Mas eu estava analisando as causas dessa debacle e ponderava sobre toda essa crise imobiliária, que despertava tanto apetite do setor financeiro. Não resistindo a tanta especulação, os compradores, os adquirentes caíram na inadimplência e foram compelidos a adiar o sonho da casa própria.

No calote dessa perigosa aventura reside, portanto, Senador Geraldo, o estopim dessa quebradeira generalizada. Passam de 50 os bancos americanos que foram à falência desse 2007. Falei no estopim porque as causas dessa crise não se limitam à opção pelo **subprime**. Um outro problema mais de fundo vem desajustando, gradativamente, a economia americana: a prioridade especulativa que se vem impondo sobre a atividade produtiva.

O PIB daquele país, Sr. Presidente, mostra com clareza esse cenário. Cerca de 70% da riqueza nacional estão alicerçados no consumo, circunstância que empobrece a sua poupança interna. O caos imobiliário na economia americana está inserido em todo esse perverso modelo econômico.

Extensa matéria a respeito desse assunto, publicada no **Folha Online** de 15 de setembro último, lembra que o PIB americano é da ordem de US\$13,5 trilhões. Enquanto isso, sua carteira imobiliária acumula, ao longo dos anos, cerca de US\$12 trilhões de dólares. Vejam o tamanho do rombo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Quase metade do valor de tais empréstimos estaria na carteira



de apenas duas instituições: a Fanniema e a Freddie Mac. O prejuízo da primeira neste ano teria sido da ordem de US\$2,3 bilhões. A segunda teria amargado um prejuízo de US\$821 milhões.

Acontece que grande parte desse tipo de hipoteca acabou sendo negociada no exterior, contaminando o mercado financeiro internacional.

Os Ministros que adiaram a sua vinda a esta Casa precisam vir aqui, sim, para esclarecer todas as repercussões dessas transações no mercado brasileiro.

Até que ponto o sistema financeiro internacional vai aceitar o desregramento econômico de um país que está investido na condição de guardião das reservas internacionais? Esta é a situação dos Estados Unidos: é o guardião da moeda, é o guardião das reservas.

A verdade é que hoje há uma grande incerteza fora e uma grande insegurança dentro do Brasil, em razão desses desacertos. Insegurança, Sr. Presidente, porque estamos vendo investimentos privados sendo adiados, como aqui lembrou o Senador Eduardo Azeredo.

O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, por exemplo, um Estado emergente no cenário brasileiro, que hoje passa por um momento de grande transformação, já dá sinais de arrefecimento de sua economia, dado o adiamento de investimentos, como foi aqui anunciado pelo Senador Eduardo Azeredo.

Daí a importância desse grande debate, que, lamentavelmente, foi adiado, mas tenho a convicção de que será por poucos dias. Afinal de contas, a transparência é mais do que um compromisso...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS)** – ... desta Casa e do Governo comandado pelo Presidente Lula. É um dever de todos nós.

Ao encerrar esta minha intervenção, manifestando a convicção de que, na próxima semana, ou mesmo nesta semana, teremos a data segura para travar esse debate, Sr. Presidente, eu quero fazer uma saudação. O Senador Geraldo Mesquita, na sua intervenção, falou sobre pleitos dos servidores públicos, civis e militares, e hoje as nossas galerias estão estreladas com oficiais de pelo menos duas Armas, que eu consegui divisar: a Armada brasileira, se não me engano, e o Exército brasileiro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS)** – Parece-me que até militares estrangeiros estão nos brindando com a sua visita, e nós queremos, então, homenagear as Forças Armadas, que, seguramente, ao fazer essa visita à Casa, estabelecem um entrelaçamento cada vez maior entre autoridades civis e militares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – É com muita honra que anuncio os alunos do segundo ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e alunos de países de nações amigas.

Deus escreve certo por linhas tortas. Hoje, pela manhã, o Senado prestou uma homenagem à Aeronáutica. Nós revisamos a vida de um dos militares mais honrados, que lutou pela democracia e que, por duas vezes, candidatou-se a Presidente da República. O Militar da Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes, como ocorreu com o nosso patrono, Rui Barbosa, não foi eleito, mas nem um nem outro perdeu a dignidade e a honra. Eles ficaram como exemplos maiores da democracia. O Militar Eduardo Gomes, por duas vezes, foi Ministro da Aeronáutica.

Hoje, foram homenageados todos os que fazem a grandeza da Aeronáutica deste País, e ele nos deixou um grande ensinamento. Disse Eduardo Gomes que o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância. E este é o Senado da República, este é o eterno vigilante da democracia.

A nossa admiração por esses que fazem o Estado-Maior do Exército.

Um quadro vale por dez mil palavras. A força do Exército, sem dúvida nenhuma, é a hierarquia e a disciplina. E o País está perplexo quando, em nosso maior Estado, São Paulo, digladiam-se forças que deveriam garantir a segurança do povo, forças militares da polícia e forças da Polícia Civil, com armas, desobedecendo aquilo que V. Ex<sup>as</sup> têm de ensinar à Pátria: a unidade de comando e a unidade de direção.

A força, ou do Exército ou da Marinha ou da Aeronáutica, repousa na disciplina e na hierarquia. Se tivemos uma quebra do regime democrático, foi justamente porque foi quebrada essa hierarquia. Todos nós nos recordamos de quando sargentos não mais obedeciam seus comandantes. Foi aí a ruptura democrática, foi aí a queda do Presidente João Goulart.

É dever do Estado-Maior – como, naquele instante, o General Castello Branco se achou no dever de manter o lema da bandeira: Ordem e Progresso – servir de exemplo agora para as forças auxiliares do Exército: forças da Polícia Militar e forças da Polícia Civil. Lembrem que a paz resulta da obediência, da hierarquia e da disciplina.

Então, recebam as homenagens de nós todos, que vemos ali o símbolo da nossa História, traduzido pela mensagem positivista de Ordem e Progresso, que o Exército brasileiro sempre soube garantir.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – A satisfação é grande ainda quando anuncio aqui,

representando o nosso Estado do Piauí, um Prefeito eleito: José Arlindo da Silva Filho, o Zezinho, Prefeito eleito de Curimatá. Ele representa o Partido Republicano e o meu Partido, o PMDB. Então, nós nos sentimos honrados, e que ele não perca a esperança de aprimorarmos a democracia.

Com a palavra o representante de Minas Gerais Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me inscrever apenas como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito. Nós estamos alternando nesta sessão não-deliberativa.

Agora vai usar da palavra, como já tinha anunciado, Antonio Carlos Magalhães Júnior, ele que representa os democratas da Bahia.

Peço apenas a permissão para encaminhar estes projetos que chegam à Mesa.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

(Nº 7.343/2006, na Casa de origem)

**Altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 38. ....

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PROJETO DE LEI Nº 7.343, DE 2006**

**Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas que menciona.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta um parágrafo único ao art. 38, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

conhecida como Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Art. 2º O inciso I, do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. ....

Parágrafo único. As unidades residenciais reservadas para o atendimento aos idosos, na forma do inciso I, do **caput**, devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

#### **Justificação**

O Estatuto do Idoso dedica um capítulo à questão do atendimento das demandas habitacionais da população acima de 60 anos, o qual principia por afirmar o direito do idoso à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada. Na seqüência, o art. 38 daquela norma legal assim dispõe:

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Trata-se de uma medida da maior relevância, uma vez que permitirá o acesso da população idosa à casa própria, por meio da reserva de unidades e da adoção de critérios de financiamento adequados a essa clientela específica. Além disso, facilita-se a mobilidade dos idosos, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como escadas íngremes, por exemplo, e preceituam-se a implantação de equipamentos comunitários específicos, como centros de convivência e recreação.

Embora o texto do Estatuto do Idoso represente um grande avanço no que concerne à preocupação de garantir moradia digna a essa parcela da população brasileira, ele ainda pode ser aperfeiçoado. Isso porque não basta reservar um percentual das unidades

habitacionais para o atendimento aos idosos, mas é preciso garantir que tais unidades estarão situadas preferencialmente nos pavimentos térreos, de forma a tornar menos penoso o cotidiano dos moradores. Lembramos que, em edificações construídas por intermédio de programas habitacionais para baixa renda, nem sempre se pode contar com elevadores, o que dificulta o acesso dos idosos aos pavimentos superiores.

O objetivo da proposição que ora oferecemos à apreciação da Casa é preencher essa lacuna, pelo acréscimo de um parágrafo único ao art. 38 do Estatuto, de forma a prever que as unidades reservadas para atendimento aos idosos estejam situadas, preferencialmente, no pavimento térreo. Apesar de sua simplicidade, trata-se de uma medida de grande repercussão social, pelo que esperamos contar com o apoio de todos, para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2006. – Deputado **Tarcísio Zimmermann**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

**Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.**

.....  
Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

.....  
(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 2008**  
(Nº 7.356/2006, na Casa de origem)

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o aviso de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta o § 12 ao art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar os órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal a enviar aviso de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 2º O art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“Art. 159. ....

.....

§ 12. Ficam os órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal, obrigados a enviar, por remessa postal, com 30 (trinta) dias de antecedência, aviso de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação, a todos os condutores cadastrados no Renach, com endereço na respectiva Unidade da Federação.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.356-B, DE 2006**

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre o aviso de, vencimento da Carteira Nacional de Habilitação.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 12 ao art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a enviar aviso de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 2º O art. 159 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“Art. 159. ....

.....

§ 12. Ficam os órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal obrigados a enviar, por remessa postal, com trinta dias de antecedência, aviso de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação, a todos os condutores cadastrados no RENA-CH com endereço na respectiva Unidade da Federação. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

### Justificação

O Código de Trânsito Brasileiro – CTB – estabelece, no § 10 do art. 159, que a validade da Carteira Nacional de Habilitação – CNH – está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental. O art. 147, por sua vez, define em seu § 2º que esses exames vencem a cada cinco anos ou, no caso de condutores com mais de 65 anos, a cada três anos.

Acontece que em virtude desse longo prazo de validade, aliado ao ritmo acelerado da vida moderna, a maioria das pessoas não se lembra da data de vencimento da CNH, deixando de tomar as providências necessárias para a sua renovação em tempo hábil.

O problema é que se essa desatenção ultrapassar o prazo de trinta dias, a condução, de veículo poderá resultar em infração gravíssima, sujeita a multa, recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado, conforme determina o art. 162, V, do CTB.

Portanto, para sanar esse problema, estamos apresentando este projeto de lei que obriga os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a avisar aos condutores cadastrados no Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, com trinta dias de antecedência, sobre o vencimento da CNH.

Esperamos, dessa forma, evitar que um contingente expressivo de condutores venha a ser considerados infratores da lei do trânsito, em virtude de simples esquecimento de renovação da CNH.

Com relação ao impacto da medida proposta, acreditamos que não haverá sobrecarga de trabalho para os órgãos de trânsito, já que as rotinas poderão ser prontamente informatizadas. Os custos, por sua vez, serão absorvidos, ou, a critério de cada órgão estadual, repassados às taxas cobradas no processo de renovação.

Por fim, estamos dando o prazo de 90 (noventa) dias para a entrada em vigor da lei que se originar desta proposição, por considerarmos ser este prazo suficiente para que as entidades estaduais executivos de trânsito tenham condições de se adaptarem.

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos nobres Colegas Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 2006. – **Geraldo Resende**, Deputado Federal – PPS/MS.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

**Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

Art. 159. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do Contran, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterá fotografia, identificação e CPF do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional.

§ 1º É obrigatório o porte da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação quando o condutor estiver à direção do veículo.

§ 2º (VETADO)

§ 3º A emissão de nova via da Carteira Nacional de Habilitação será regulamentada pelo Contran.

§ 4º (VETADO)

§ 5º A Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir somente terão validade para a condução de veículo quando apresentada em original.

§ 6º A identificação da Carteira Nacional de Habilitação expedida e a da autoridade expedidora serão registradas no RENACH.

§ 7º A cada condutor corresponderá um único registro no RENACH, agregando-se neste todas as informações.

§ 8º A renovação da validade da Carteira Nacional de Habilitação ou a emissão de uma nova via somente será realizada após quitação de débitos constantes do prontuário do condutor.

§ 9º (VETADO)

§ 10. A validade da Carteira Nacional de Habilitação está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

§ 11. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida na vigência do Código anterior, será substituída por ocasião do vencimento do prazo para revalidação do exame de aptidão física e mental, ressalvados os casos especiais previstos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.602 de 1998)

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

(Nº 843/2007, na Casa de origem)

**Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui inciso X ao **caput** do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para



permitir a ausência ao serviço sem prejuízo do salário para realização de exame preventivo de câncer.

Art. 2º O **caput** do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 473. ....

X – nos dias em que estiver, comprovadamente, realizando exames preventivos de câncer. “(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 843, DE 2007**

**Altera o art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui inciso ao art. 473, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência ao serviço sem prejuízo do salário para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata.

Art. 2º O art. 473, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 473. ....

X – nos dias em que estiver comprovadamente realizando exames preventivos de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **Justificação**

A proposição que apresentamos para a apreciação desta Casa visa proporcionar aos trabalhadores de ambos os sexos a oportunidade de realizarem, sem preocupações quanto a perdas salariais, exames preventivos contra tipos de câncer de elevada frequência e mortalidade em nosso País.

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, apesar da existência de métodos preventivos simples, eficientes e de baixo

custo, apenas em 2004 foram registrados no Brasil: 9.876 óbitos por câncer da mama, 4.393 óbitos por câncer do colo do útero (além de 2.749 óbitos por câncer de outras partes do útero) e 9.590 óbitos por câncer da próstata.

No caso das mulheres, a medida também fortalece as ações que visam reduzir a discriminação contra elas.

Diante da relevância da matéria para a saúde dos trabalhadores brasileiros, solicito o apoio dos nobres parlamentares para aprovar a proposição nesta Casa.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007. – Deputado **Daniel Almeida**.

## *LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

## **Vide texto compilado**

## **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229 de 28-2-1967)

III – por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229 de 28-2-1967)

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). (Incluído pelo Decreto-Lei nº 757, de 12-8-1969)

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (Inciso incluído pela Lei nº 9.471 de 14-7-1997)

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo. (Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27-10-1999)

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. (Incluído pela Lei nº 11.304, de 2006)

.....  
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2008**

(Nº 1.881/2007, na Casa de origem)

##### **Declara Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países-membros do Mercosul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A cidade de Sant'Ana do Livramento, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, é declarada cidade símbolo da integração brasileira com os demais países-membros do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação desta Lei, inclusive no âmbito do Mercosul, da Organização dos Estados Americanos – OEA e de demais organizações intergovernamentais afetas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.881, DE 2007**

(Do Sr. Afonso Hamm)

##### **Declara Sant'Ana do Livramento – RS, cidade símbolo da integração brasileira com os países-membros do Mercosul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A cidade de Sant'Ana do Livramento, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, é declarada cidade símbolo da integração brasileira com os demais países-membros do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação da presente lei, inclusive no âmbito do Mercosul, da Organização dos Estados Americanos – OEA e de demais organizações intergovernamentais afetas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

Sabemos que a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade constitui princípio constitucional que rege as nossas relações internacionais, sendo que, para com a América Latina, a Carta Magna de 1988 foi além, prescrevendo, nos termos do disposto no Parágrafo único de seu art. 4º, que o nosso país buscará a integração econômica, política, social e cultural com os seus povos, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Nesse contexto adveio o Tratado de Assunção e a criação do Mercosul, que, hoje, mais de uma década depois, busca a consolidação de uma união aduaneira e já lança bases para o seu aprofundamento e sua expansão, tornando-o mais próximo do intentado no citado dispositivo constitucional.

Mas não são somente as ações governamentais brasileiras junto a essa organização intergovernamental que estão consonantes com esse preceito constitucional. A sociedade brasileira apresenta inúmeros exemplos de obediência a esse comando em seus diversos segmentos, em particular nas regiões vizinhas de nossos parceiros no Mercosul. Um exemplo vivo pode ser encontrado na fronteira oeste do nosso querido Estado do Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Sant'Ana do Livramento.

Localizada sobre a fronteira seca com a República Oriental do Uruguai, Sant'Ana do Livramento forma com a cidade de Rivera uma fronteira peculiar e diferente das existentes no continente. As duas cidades são separadas apenas por uma ampla avenida e uma majestosa praça, conhecida como Parque Internacional, enquanto que as demais vias públicas são contínuas e contíguas, integrando as duas coletividades num mesmo sistema viário.

O intercâmbio social, cultural e comercial com Rivera acarreta um convívio em permanente comunhão, praticando atos de comércio e de consumo usando indistintamente a moeda dos dois países, fazendo uso dos dois idiomas ou mesmo do resultante de sua fusão, o 'portunhol', constituindo-se em um modelo de cooperação e integração proposta pelos acordos e diretrizes do Mercosul.

O caráter binacional dessas cidades, dos barrios de uma mesma ciudad, decorre de uma conurbação real e efetiva que, a despeito da divisão estabelecida pelos marcos fronteiriços, apresenta uma unicidade econômico-social, cultural e territorial marcante, propiciada pela mobilidade e fluidez entre as duas áreas urbanas, dentre outras, de pessoas, veículos, compras, negócios e de eventos.

Com fundamento nesse exemplar modelo de convívio entre povos de diferentes países, lei munici-

pal declarou Sant'Ana do Livramento cidade-irmã de Rivera. Além disso, o nível de integração tem propiciado ações políticas e administrativas conjuntas, como a criação, em 1991, do Conselho Legislativo Internacional, corpo legislativo de caráter deliberativo e consultivo, composto de vereadores dos dois municípios, que tem a finalidade de discutir e apresentar soluções para os problemas comuns, bem como a criação da Câmara Binacional de Comércio que congrega os empresários das duas cidades na defesa de seus interesses.

No entanto, entendo que os reflexos políticos dessa exemplar integração não devem se limitar à região afeta. A matéria implica e demanda a atenção federal, razão pela qual tomo a iniciativa de apresentar esse projeto de lei observando a proposição original que me foi apresentada pela Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento, que contou com o entusiástico apoio do poder legislativo de Rivera, que já manifestou interesse de sugerir medida similar junto à Câmara dos Deputados do Uruguai.

No campo do direito comunitário, há ainda espaço para ações concertadas que visem a valorizar e promover símbolos sócio – culturais como esse, dentro do ambicioso projeto de integração almejado pelos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Oportunamente, ações governamentais brasileiras poderão propor junto aos órgãos constitutivos do Mercosul a concessão de títulos a bens de seu patrimônio que são compartilhados com demais Estados parte, como esse que intentamos legalizar internamente.

Quem sabe, essas ações possam ser legislativas, a serem praticadas no âmbito do almejado parlamento do Mercosul.

Por ora, cumprem propor a ampla divulgação pelo Poder Executivo, inclusive junto aos organismos internacionais afetos, especialmente o Mercosul e a Organização dos Estados Americanos – OEA, dessa pretensa norma, que se fundamenta em um inequívoco exemplo de convívio harmonioso entre os povos, consonante com os princípios constitucionais que regem as nossas relações internacionais.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2007. – Deputado **Afonso Hamm**, (PP/RS).

*(À Representação Brasileira do Mercosul e Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

V. Ex<sup>a</sup> poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na condição de vice-Líder dos Democratas, para protestar!

Pela segunda vez, a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa adiou a audiência pública que teríamos com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Pelo que fui informado, o adiamento se deu, uma vez mais, por pedido do Ministro da Fazenda.

Ora, Sr. Presidente, o que impede o Ministro de comparecer a esta Casa e prestar esclarecimentos que são solicitados pelos Srs. Senadores?

O que dá, Srs. Senadores, direito ao Ministro de desprestigiar esta Casa?

Quanto mais não fosse, S. Ex<sup>a</sup> certamente não poderia desconhecer a obrigação constitucional que tem de nos prestar esclarecimentos, sempre que entendermos necessário.

Na Câmara dos Deputados, a audiência não foi cancelada porque a oposição endureceu, e o Presidente Arlindo Chinaglia resolveu mantê-la. O Governo tentou derrubar a audiência também na Câmara dos Deputados. Só que lá a direção da Casa entrou e com o posicionamento da oposição ela manteve a audiência. Isso faltou aqui, infelizmente.

Essa audiência, Srs. Senadores, foi pedida, vejam só, pelo próprio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Aloizio Mercadante, que, ressalte-se, pertence ao Partido dos Trabalhadores, partido ao qual pertence também o Presidente da República. S. Ex<sup>a</sup> apresentou o requerimento, juntamente, com os Senadores Pedro Simon e João Tenório.

Para os brasileiros que nos assistem, esclareço que a audiência, por duas vezes adiada pelo Sr. Guido Mantega, objetiva debater a crise financeira internacional e, principalmente, visa permitir ao Senado Federal conhecer e discutir as ações que o Governo Federal vem tomando para preservar, na medida do possível, a estabilidade da economia brasileira.

Sr. Presidente, essa insistência do Governo em não vir ao Senado Federal debater este assunto me permite crer que ele não tem nada a dizer ou teme pelo que pode ser dito.

Confesso que gostaria de saber o que pensam o Presidente Garibaldi Alves e o Senador Mercadante sobre este segundo adiamento.

Com relação ao Senador Mercadante, digo isso sem nenhuma intenção de provocá-lo, S. Ex<sup>a</sup> me conhece, mas também porque conheço a sua história, sua independência e sei que S. Ex<sup>a</sup> deve estar se sen-

tindo, no mínimo, muito incomodado em, mais uma vez, assistir o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, ambos integrantes do Governo que ele defende, menosprezar a Comissão que ele preside nesta Casa.

Pelo que pude apurar junto à Comissão de Assuntos Econômicos, o adiamento será **sine die**, imaginem, o que nos poupará, talvez, de novas procrastinações.

Assim, caso não fique para as calendas, espero que quando – e se – o Ministro Mantega se dignar atender a decisão da Casa e, afinal, comparecer à CAE, já não seja tarde demais.

Presidente Garibaldi Alves, como primeiro mandatário da Casa, faça valer a sua autoridade, para que possamos discutir essa grave crise, o mais rápido possível, porque o Congresso tem amplas condições de auxiliar o Governo a encontrar soluções. E nós somos legisladores, cabe a nós aprovar as medidas que vierem a ser submetidas pelo Executivo ou propor medidas também. Então, precisamos estar participando **in loco** dos debates, e não o Governo tentar esconder alguma coisa de nós.

Eu, de fato, estou indignado e receoso dos desdobramentos que esse episódio poderá trazer.

Por isso, quero alertar o Governo: já não bastassem as medidas provisórias, essas demonstrações de desprezo ao Legislativo, que membros do Governo Federal insistem em dar, apenas acirram ânimos e dificultam, mais à frente, que esforços comuns, reunindo Oposição e Governo, possam viabilizar a tomada de decisões vitais para o momento que vive o País e para o seu futuro.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade e, mais uma vez, repudio a falta de respeito com que esta Casa vem sendo tratada por este Governo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Lamentamos apresentar o requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.256, DE 2008**

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Hélio de Carvalho Matos, apresentando condolências à família.

#### **Justificação**

O Doutor Hélio de Carvalho Matos, foi secretário de planejamento do Piauí no Governo de Hugo Napo-

leão na década de 80 e também secretário-executivo do Ministério das Comunicações.

O economista estava internado no hospital São Marcos, aonde veio a falecer na madrugada desta terça-feira 21.

Diante da tão expressiva carreira política e serviços prestados ao Estado do Piauí, apresento ao Senado o presente requerimento por perda tão significativa, solicitando o encaminhamento de votos de profundo pesar e tristeza aos familiares.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza Mão Santa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Convidamos para usar da palavra como orador inscrito o Senador do PMDB Casildo Maldaner, de Santa Catarina, ele que já foi governador daquele Estado, uma das maiores lideranças do PMDB do Brasil. PMDB, Partido que garante a governabilidade do Presidente da República, Luiz Inácio, em vários Estados. O povo do Brasil o reconheceu como o maior Partido, dando-lhe quase 20 milhões de votos nas últimas eleições. E V. Ex<sup>a</sup>, Casildo Maldaner, é um extraordinário líder desse Partido.

V. Ex<sup>a</sup> poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, com nossa solidariedade também ao extraordinário Governador do Estado, Luiz Henrique, que é do nosso Partido, ele que abonou a minha filiação para ganharmos o Governo do Estado do Piauí.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que novamente preside esta sessão. Todos, não só do Piauí, mas do Brasil, o acompanham com muita atenção.

Serei breve. Mas V. Ex<sup>a</sup> fala do nosso Partido, dos altos e baixos por que naturalmente passamos – quem não passa por isso? Sempre tenho dito isso, inclusive quando Governador, quando enfrentávamos mais greves. E quem não as tem enfrentado? Entre tapas e beijos – às vezes, mais tapas do que beijos –, a vida tem que ser levada. E assim nosso Partido e o Brasil também têm subido e descido. Eu nunca me esqueço das vitórias do nosso Partido, de Ulysses Guimarães, quando Deputado Federal, nos idos de 1983 a 1985. Tive a honra de ser Secretário da Executiva Nacional do Partido. Nessas caminhadas todas – e V. Ex<sup>a</sup> muito frisou que ficamos em primeiro lugar nestas eleições, na competição nacional –, entre altos e baixos, sempre vale a pena a luta. E a luta continua. É um dos **slogans** do nosso partido.



Mas, Sr. Presidente e nobres colegas, para a reflexão: hoje, nos últimos dias, nas últimas semanas, estamos analisando o assunto que predomina, que é o que vem ocorrendo nos Estados Unidos e que começou com quebraadeiras, por assim dizer, não apenas nos Estados Unidos, mas na Europa e no mundo. A situação vem abalando, vem preocupando e alertando as autoridades nacionais. No Brasil, também entrou essa preocupação. Estamos aqui com o País emergente, mas também entrou essa preocupação. E medidas estão sendo tomadas, umas no compulsório, para ir liberando... Outros têm afirmado que não haverá problemas no Brasil, mas eles estão chegando. Muitas empresas estão com um pé atrás e outro à frente. Inclusive várias empresas do meu Estado, Santa Catarina, que haviam programado alguns investimentos, estão parando, porque dizem que estamos viajando em um automóvel numa cerração muito densa, e não há como levantar a luz; temos que andar com luz baixa, pois não há uma visibilidade melhor. Não podemos ver além do horizonte. Essa é uma preocupação dos empreendedores.

E há uma preocupação não apenas de empreendedores, mas de homens públicos também, com os pés no chão, em relação a orçamentos que se elaboram, tanto na questão federal, como estadual ou municipal. E mesmo em orçamentos familiares. Todos pensam em como agir diante dessa expectativa que clareia, dessa cerração que se levanta e some, para termos uma visão maior do que ocorre. Mas, ao lado de tudo isso, para uns é prejuízo. Conheço várias empresas, até do meu Estado, que anteciparam a entrada de dólares, compraram acreditando que o câmbio com relação ao dólar permaneceria em torno de R\$1,60, R\$1,70, R\$1,65, nessa base, mais ou menos, e praticaram aquela espécie de ACC, quer dizer, muitas delas às vezes acreditando que, como havia crédito, receberam esse dinheiro e aplicaram em derivativos aqui no Brasil, internamente, e agora, com essa alteração que houve no mundo, com a apreciação do dólar, várias passam por dificuldades.

Por outro lado, Sr. Presidente, veja como são as coisas, até parece que existe ação e reação; para toda ação existe uma reação. Ainda ontem, em meu Estado, na cidade de Joinville, considerada a Manchester catarinense, em reunião ontem à tarde em que estavam presentes os três Senadores por Santa Catarina – a Senadora Ideli Salvatti, Coordenadora do Fórum Catarinense, e o Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal – e vários Deputados Federais que compõem o Fórum Catarinense no Congresso Nacional, uma reunião da Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ.

Lá compareceram empresários, prefeitos, não apenas de Joinville, como da região norte catarinense, para debatermos em conjunto perspectivas para o ano que vem. Debatermos as emendas, o Orçamento para o ano que vem. O que é que o Fórum Catarinense pode propor? O que é mais fundamental para a região? Assim, o Fórum está realizando reuniões na região de Blumenau, da Serra, em Lages, do oeste catarinense, na região sul, no litoral, enfim, em todas as regiões, debatendo perspectivas para o ano que vem.

Ontem à tarde, em Joinville, ouvindo os diversos setores, diversos empresários, de um certo modo, até me surpreendi. Em alguns casos, há um mal que vem para bem. Alguns empresários do setor têxtil, por exemplo, o setor de malharia, que é muito forte em Blumenau, em Joinville, Jaraguá, Guaramirim disseram: “Nós que não fizemos ou praticamos o ACC, que estávamos exportando na base de R\$1,50, R\$1,60, R\$1,70, vínhamos sofrendo problemas de concorrência no mundo”. Era difícil concorrer, por exemplo, com a importação de produtos da mesma área do Japão ou da China, principalmente; era difícil concorrermos internamente. Com a atual apreciação do dólar, que foi a R\$2,00, R\$2,10 nessa base, mais ou menos, a situação está melhorando. Estão respirando com alívio. E não só o setor têxtil, malharia. Tive a honra de ouvir também alguns empresários do setor de móveis.

O setor de móveis não depende muito de material importado, pois tem a matéria-prima produzida aqui no Brasil. E há muitas indústrias em São Bento, Rio Negrinho, a região do oeste e outras regiões de Santa Catarina. Com a atual apreciação do dólar, com a valorização do dólar em relação ao real, indo para R\$2,00, R\$2,10, mais ou menos, há melhores condições de competição. Estão respirando melhor. Quer dizer, elas mesmas têm nos informado a esse respeito.

O setor de calçados, que é a região de São João Batista, uma região que produz muito calçado, também vinha sofrendo muito. E poderia falar da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, aquela região toda, Igrejinha, Dois Irmãos. Uma grande área. Mas cito o exemplo catarinense de produção de calçados. E vale para o Brasil. Franca, e assim por diante. O setor exportador que não depende de matéria-prima importada começa a respirar.

Vejam como são as coisas. Setores como o do agronegócio, o de carnes, que exportam e que não haviam praticado o ACC, que não haviam fechado compromissos para o futuro também começam a respirar.

Eu apenas queria fazer a análise de que alguns setores. Como para toda ação existe uma reação, alguns setores respiram melhor. E até dizem que, se o dólar permanecer na faixa de R\$2,00, haverá condições

de competir melhor com o mundo. Mas, como estava, em torno de R\$1,50, R\$1,60, importava-se muito, o que eliminava empregos aqui dentro. Havia uma concorrência desleal.

E estávamos perdendo emprego porque as nossas fábricas não podiam competir. Aí, deixavam de produzir, porque o importado era mais barato e não havia condições de competir.

Por isso, diria que, hoje, se o Governo cuidar e se as empresas nacionais que têm matéria-prima produzida aqui exportarem, elas terão condições de competir. Ficou melhor. Agora, aquelas que precisam de matéria-prima – tem de entrar matéria-prima para cá – para terminar o produto, que têm de agregar isso ao valor dos produtos para depois exportar, essas sentem mais dificuldade. Depende do percentual de participação.

Em que o Governo poderia participar? Qual é a função do Governo? Na hora de entrar o equipamento – vamos supor um equipamento a fabricar que não tem similar no Brasil; não há condições, precisamos buscar o equipamento importado –, com a valorização do dólar, torna-se mais caro. O que o Governo poderia fazer? Tentar retirar os impostos de importação ou coisa que o valha, buscar fazer com que as empresas possam adquirir esses equipamentos para produzir e ter um produto que possa competir lá fora. Aí, é de acordo com o percentual na composição de alguns produtos, mesmo no caso de matérias-primas que muitas vezes precisamos.

No setor de agronegócios, há a questão dos adubos; para a elaboração de fertilizantes, importamos muita matéria-prima. É aí que o Governo, então, teria que entrar, para retirar impostos da importação. Com os fertilizantes fazendo parte da preparação dos solos, produziríamos melhor o nosso alimento. O agronegócio melhoraria, e teríamos condições, com o dólar abaixo de R\$2,00, de competir no mundo e elevar a produção do alimento, para gerar produção e o Brasil não sofrer recessão.

Acho que é esse tipo de equilíbrio que precisamos ter. É com os responsáveis pela máquina do Governo, pelos diversos setores do Governo, que tínhamos de estar sintonizados.

Então, o agronegócio é um dos setores – na importação de equipamentos ou de insumos – a fazer parte dessa composição. E assim também o setor industrial.

Usando a cabeça, ficando com os pés no chão, analisando isso no conjunto, o Brasil tem condições de produzir não só no sentido horizontal, mas também no vertical, e de competir no mundo.

Trago esta reflexão porque senti ontem de diversos setores empresariais do nosso Estado que, se usarmos a cabeça, a serenidade, e o Governo usar o compulsório – não para o banco pegar o compulsório e aplicar para ele mesmo. Aí, não. O compulsório não tem custo, já é dinheiro sem custo. Se ficar com o banco sem custo nenhum... O dinheiro não pode ficar para ele; o banco tem que aplicar esse compulsório nos setores que são fundamentais. Aí, tem de haver uma vigilância muito severa do Governo: dos Ministérios correspondentes às diversas áreas, como o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aí, tem que haver a participação de setores do Ministério da Fazenda, do Banco Central...

Jogando-se bem esse xadrez, usando-se a cabeça, há condições de atravessarmos sem recessão e de continuarmos com esse desenvolvimento, melhorando até, e não nos preocupando com a possibilidade de haver desemprego e queda de produção. Se começar a haver desemprego, teremos problemas sociais; e, se cair a produção, teremos queda de arrecadação, e assim por diante.

Então, se jogarmos bem esse jogo, esse xadrez, em todos os sentidos, Sr. Presidente e nobres colegas, será possível enfrentar essas vicissitudes, com terremotos não tão violentos.

Esses são os comentários que gostaria de fazer e que senti ontem, lá em Joinville, por intermédio de representantes de diversos setores que expuseram suas impressões, suas razões, suas análises. Não pude deixar de trazê-los a esta tribuna, no dia de hoje, para pensarmos em conjunto.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente e nobres colegas, que não poderia deixar de fazer, por tê-las ouvido ontem.

Portanto, para finalizar, digo para continuarmos meditando, pensando, refletindo nesse sentido, mas temos de estar todos a postos, de atalaia. E quem detém isso?

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC) – ...o Banco Central, o Ministério da Fazenda e os diversos Ministérios que compõem essa área, em sintonia, para podermos atravessar essas vicissitudes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência aos **Requerimentos nºs 1.248, 1.249 e 1.250** lidos anteriormente, a Presidência, tendo em vista que a próxima sessão deliberativa do Senado está prevista para o dia 28 do corrente, defere os re-

feridos requerimentos, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 121/08-GLPSDB

Brasília, 21 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **Sergio Guerra**, para integrar como suplente a Comissão de Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em substituição ao Senador Papaleo Paes.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Líder do PSDB, em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Será feita a substituição solicitada.

Senador Casildo Maldaner, convido V. Ex<sup>a</sup> para presidir a sessão, enquanto chamo, para usar da palavra, representando a Liderança do PSDB, o Senador Eduardo Azeredo, de Minas.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Casildo Maldaner, que assume a Presidência neste momento, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, inicialmente, saudar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Casildo, que acabou de usar da palavra e que assumiu o mandato de Senador de uma forma muito atuante nesse período. Podemos ter uma convivência mais próxima. V. Ex<sup>a</sup> já tinha uma experiência anterior e quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe o período que temos tido de convívio.

Mas, Senador Mão Santa, Senador Casildo, Senador Antonio Carlos, quero trazer aqui, mais uma vez, o assunto da violência. O PSDB sempre procurou tratar essa questão de forma muito racional, objetiva, sem explorações fáceis no momento das dificuldades.

Assim é que a violência novamente mostra uma face muito difícil para todos os brasileiros. São alguns eventos que nos fazem pensar, que nos fazem meditar e que precisam de uma visão que eu diria temperada, serena. Começa com a questão, que foi abordada aqui pelo Senador Romeu Tuma, em relação ao Rio de Janeiro, onde o empresário Arthur Sendas foi brutalmente assassinado dentro da sua casa.

Eu também tive a honra e o prazer de conhecer Arthur Sendas, um empresário dedicado, religioso, preocupado com os seus funcionários. Na época em que eu era Prefeito de Belo Horizonte, ele lá instalou

um novo *shopping*, o Shopping Delrey, com as suas lojas. Nessa época, pude conhecê-lo mais de perto e ver, nas conversas, como ele sempre colocou a sua visão de que os funcionários precisavam ter uma integração com as empresas.

Por ironia, acaba que, pelos fatos já divulgados, ele morre por um tiro dado por um funcionário. Isso mostra a banalização do crime, como está acontecendo. E se soma a isso a questão de São Paulo, que ocupa o noticiário já há uma semana: o brutal assassinato de uma jovem, ainda menor de idade, que tinha todo o futuro pela frente. Nesse caso, mais uma vez, também a banalização, com pessoas que estavam dando o melhor para evitar o pior, mas houve um fim trágico, que agora ocupa as preocupações de toda a população brasileira.

Soma-se a esses dois eventos, um no Rio e outro em São Paulo, o conflito das polícias em São Paulo, e aí nós vemos: será que não é hora de meditarmos um pouco sobre essa questão das greves nas polícias?

O direito de greve é um direito universal, mas, na escolha da carreira militar, define-se com clareza o respeito à hierarquia e o respeito à disciplina em primeiro lugar. E o que se viu em São Paulo foi exatamente o fim da disciplina; vimos a exploração política, exatamente no período eleitoral, como disse o Governador José Serra – e quem quiser dizer que não, que não tem situação política, está fora da realidade, porque o movimento foi deflagrado exatamente no período eleitoral, para pressionar dentro do período eleitoral, sabendo que as questões políticas ficam mais afloradas nesse momento.

Deixo aqui a indagação, porque este é o momento de se indagar, se as polícias militares, as polícias civis, os organismos militares, policiais, se eles não devem repensar um pouco essa questão da liberdade de infringir normas que hoje acontece.

Pessoalmente, vivi um clima muito difícil em Minas Gerais, exatamente por força, na época em que era Governador, de uma revolta da polícia e que acabou realmente por levar ao momento mais difícil que tive no meu governo. E, ainda que erros possam ter sido cometidos, o fato é que não se justifica que policiais fiquem na rua fazendo passeata, que tomem atitudes contra as quais eles são treinados para agir.

Sr. Presidente, alguns amigos dirão assim: “Você gosta de mexer em casa de marimbondão”, mas não está na hora de a nossa imprensa também fazer uma auto-regulamentação em relação à violência? A imprensa fez isso, com muito sucesso, em relação aos suicídios. Não se noticia suicídio no Brasil, e não é por lei, não. É porque a imprensa chegou à conclusão de que o noticiário de suicídios gera novos suicídios.

Será que não é o momento de se fazer o mesmo em relação à violência como um todo? Será que o noticiário da violência exacerbada não faz com que novos crimes aconteçam? Será que essa divulgação, a todo o momento, a todo minuto, até mesmo com cenas de helicóptero, não vai fazer com que novos reféns possam surgir?

É uma indagação que coloco. Não estou, evidentemente, defendendo nenhuma legislação de “pode”, “não pode”. A imprensa é livre, e é bom que seja, mas estou comentando que a auto-regulamentação em relação ao suicídio deve ser uma auto-regulamentação perseguida também em relação a outros tipos de violência que acontecem no País.

É importante que o noticiário seja feito, que as notícias sejam trazidas, mas é evidente que, quando há uma divulgação maciça, isso acaba influenciando, sim, aquela parte da população que, em momentos de descontrole, acaba seguindo esse mesmo caminho.

Exemplos temos, e muitos! Muitos exemplos mostram que essas questões acontecem, sim. Pessoas que vêem o noticiário aprendem e fazem igual ao que viram noticiado. Assim nós temos visto também na área da Internet o que tem acontecido. Há exemplos, ainda agora na campanha eleitoral, em que a violência aumenta – de palavreado, mas também forte. Nós precisamos de normas nesse setor. Agora mesmo, na minha capital, em Belo Horizonte, há três dias, o *site* de nosso candidato, Márcio Lacerda, foi invadido por **hackers** que colocaram o *site* fora do ar, mostrando que essa violência tem vários contornos.

Resta, entretanto, um ponto muito positivo, com o qual eu gostaria de terminar meu discurso: a doação de órgãos. Assim como eu estou aqui colocando uma indagação em relação à divulgação excessiva da violência e dos crimes, eu quero cumprimentar a divulgação muito positiva, que faz com que aumente a doação de órgãos. A imprensa tem um papel fundamental nessa divulgação. Vidas serão salvas com os órgãos da moça Eloá, que foi assassinada em São Paulo. E nós sabemos das filas que existem em todo o Brasil para recepção de órgãos doados.

Não há ainda a conscientização necessária, não há ainda o preparo em todos os Estados para a retirada de órgãos – o Senador Mão Santa, que é médico, sabe disso. Não é simples, também, fazer um transplante; isso exige um preparo dos hospitais, dos médicos e dos profissionais ligados aos hospitais. Mas é muito bom nós vermos que, nesse caso de São Paulo, tivemos este lado humano, em que, junto à tragédia, houve o aumento da utilização de órgãos transplantados.

Que esse exemplo sirva para outros casos.

Da mesma maneira que estou colocando aqui a minha preocupação de que a divulgação sirva de exemplo para que outros crimes sejam cometidos, temos a certeza de que a divulgação da doação fará com que outras doações de órgãos aconteçam e que nós tenhamos vidas salvas em todo o País.

Portanto, Presidente, estas são as palavras que eu queria trazer aqui hoje, em nome do PSDB: a preocupação com o recrudescimento da violência; a preocupação com a divulgação, que acaba influenciando para que outros crimes sejam cometidos; e, finalmente, a satisfação em ver o aumento do número de doações de órgãos, que são fundamentais em todo o País.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner.*

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Casildo Maldaner, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra ao Senador Mão Santa, quero dizer que recebi, com surpresa, o que há pouco foi comunicado a este Plenário pelo Senador Antonio Carlos Júnior, a respeito da ausência, amanhã, dos Ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles, o primeiro da Fazenda, e o segundo, Presidente do Banco Central. S. Ex<sup>as</sup> estavam agendados para amanhã, porque assim comunicara o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Aloizio Mercadante.

E, segundo o Senador Antonio Carlos Júnior, não houve, por parte do Ministro Guido Mantega, nenhuma justificativa a este Senado a respeito da sua ausência. E mais: não tivemos da parte do Ministro da Fazenda a delicadeza de marcar a próxima data em que poderíamos ouvi-lo, ao lado do Presidente do Banco Central.

Estou procurando manter contato com o Senador Aloizio Mercadante, para que possamos levar ao Ministro Guido Mantega e ao Presidente Henrique Meirelles a nossa inconformação com relação a essa atitude adotada, no sentido de não comparecer a esta audiência pública.

Estamos diante de uma crise de proporções gigantescas, que não é uma crise só do nosso sistema financeiro; é uma crise do sistema financeiro mundial. E todas as autoridades estão tomando essas providências de acordo com o Congresso, ouvindo o Congresso. Inclusive, no que toca aos Estados Unidos, foram



tomadas providências que necessitaram de uma deliberação legislativa.

Eu não posso avaliar se o Ministro Guido Mantega está a necessitar de tomar medidas que venham significar o envio dessas medidas para a aprovação do Legislativo. Mesmo assim, eu quero dizer que não cabe aos Ministros simplesmente recusar o convite do Legislativo. Aliás, eles não foram convocados; eles foram convidados. Mas eu creio que, se insistirem nessa negativa, sem justificativa, eles deverão ser convocados. Eles são Ministros de Estado, ambos, e, nessa qualidade, devem ser convocados! Quem os está convocando somos nós, que representamos a Nação brasileira. Somos nós que queremos explicações da parte do Governo sobre como agirá diante dessa crise que vem fazendo com que as Bolsas fiquem causando essa insegurança e, por outro lado, no nosso caso principalmente, tem provocado a alta do dólar, que pode comprometer o esforço que tem sido feito pelo desenvolvimento do País.

Então, é importante – eu quero dizer isso aos Senhores Ministros – que não se possa, num momento como este, relevar, deixar de lado o Poder Legislativo. Em momento nenhum o Poder Legislativo pode ser ignorado, pode ser esquecido, pode ser menosprezado. Em momento nenhum, mas, principalmente num momento como este, não cabe uma atitude dessa natureza por parte do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central. Por isso faço este registro.

Infelizmente não obtive do Senador Aloizio Mercadante, até agora, as informações necessárias, mas quero fazer coro, fazer repercutir as palavras do Senador Antonio Carlos Júnior e dizer que, nesta hora, se a crise é grave, ela precisa ser abordada, discutida, debatida no nosso Poder Legislativo.

O Senador Eduardo Azeredo quer se pronunciar?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sim, Presidente.

Quero apenas cumprimentá-lo por assumir essa importante postura, postura de que realmente precisamos. Fazemos um convite a um Ministro exatamente para não fazer a sua convocação, que evidentemente é legal, mas que tem um caráter de mais força, um caráter coercitivo; nós preferimos fazer sempre o convite. Mas é claro que, se o convite não é aceito, devemos passar à forma mais rigorosa, que é a convocação para que eles aqui venham.

Então, Presidente Garibaldi, quero dizer que estamos de pleno acordo – falo aqui em nome do PSDB – quanto ao fato de que é preciso que essa nova audiência seja marcada rapidamente. Reiteramos o protesto pela forma como o adiamento foi feito.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não esperava diferente atitude de V. Ex<sup>a</sup>, não esperava outro posicionamento de V. Ex<sup>a</sup>. No meu pronunciamento, eu pedi a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> nesse sentido porque estamos diante de um desrespeito à Casa, e nós, como parlamentares, temos o dever de estar atentos e de participar ativamente das discussões em relação às medidas econômicas que tiverem de ser tomadas, que já foram tomadas e que vão ser tomadas para que possamos enfrentar a crise. É um desrespeito, e espero que, rapidamente, os Ministros venham para que não sejam convocados pela Casa.

Agradeço a manifestação pronta de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero dizer aos Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Antonio Carlos Júnior que fui informado agora de que o Senador Aloizio Mercadante não pôde me atender ao telefone porque está concedendo uma entrevista coletiva. Eu acredito que seja até sobre isso, mas ele está concedendo a entrevista coletiva em São Paulo.

Eu quero reiterar que, se S. Ex<sup>as</sup> entenderem, eu estou pronto para assinar o requerimento de convocação dos dois Ministros – a não ser que S. Ex<sup>as</sup> venham a se pronunciar no sentido de que vão comparecer espontaneamente, mas brevemente, muito brevemente, porque a crise não pode esperar.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, quero expressar inteiro apoio à tomada de decisão de V. Ex<sup>a</sup>, às palavras do Senador Antonio Carlos Júnior e do Senador Azeredo, que sei que são do Senador Mão Santa e do Senador Maldaner, porque não é admissível uma desconsideração numa responsabilidade tão clara, num ato de obediência à Constituição Federal e ao Regimento do Senado Federal, que estabelece a relação entre uma Comissão da Casa e a atividade de esclarecimento e diálogo por parte do Poder Executivo. Qualquer Ministro de Estado tem de saber exatamente as suas obrigações, as suas responsabilidades, e uma delas diz respeito exatamente à boa convivência e à boa troca de informações e reflexões com o Poder Legislativo, que é tão importante quanto o Poder Executivo e quanto o Poder Judiciário.

Portanto, meu mais irrestrito apoio a V. Ex<sup>a</sup> pela maneira firme e necessária como está agindo. Acho que o caminho deve ser este: ou os Ministros se propõem imediatamente a vir ou devem ser convocados.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

Quero anunciar também que adotei, na tarde de hoje, uma decisão que levou à dispensa do Dr. Cascais de suas funções de Advogado-Geral do Senado, por entender que S. S<sup>a</sup> não se mostrou à altura do desafio posto à Mesa relativamente ao chamado nepotismo.

O Dr. Alberto Cascais fez uma interpretação da Súmula nº 13 do Supremo que foi fulminada pelo Procurador-Geral da República, o que me levou a substituí-lo – lamento ter feito isso – pelo Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, que é Consultor Legislativo do Senado Federal.

A segunda medida foi, diante da reclamação que o Dr. Antonio Fernando de Souza fez ao Supremo Tribunal Federal a respeito da decisão da Mesa, nomear uma comissão composta pelo Dr. Sérgio Penna, Consultor Legislativo e hoje Chefe de Gabinete da Presidência, pelo Dr. Agaciel Maia, Diretor-Geral, e pelo Dr. Bruno Dantas, Consultor Legislativo, para que reveja todos os atos praticados pela Presidência e pela Diretoria-Geral do Senado, de acordo com a reclamação do Dr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral da República. A essa comissão foram dados poderes para que, no cumprimento da Súmula do Supremo, possa acrescentar novos casos de nepotismo, o que significa dizer que dentro de 72 horas essa Comissão vai proceder a todos os atos necessários ao cumprimento da reclamação do Procurador-Geral da República contra o Ato da Mesa do Senado.

A matéria foi distribuída ao Ministro Cezar Peluso, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Assim agi – e espero contar com a compreensão dos colegas Senadores – em defesa do Senado Federal, que não pode, de maneira nenhuma, ser acusado de não cumprir a lei.

Esta Casa é a Casa da Lei. Então, não pode sofrer esse tipo de acusação de maneira nenhuma. Daí as providências que foram tomadas e que estão sendo anunciadas por mim neste momento.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder dos Democratas.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar o Senador ACM Júnior pela iniciativa que teve de apresentar o protesto, o veemente protesto pelo cancelamento, sem justificativa, da vinda dos Ministros Meirelles e Mantega até esta Casa não prestar esclarecimentos, mas para debater a crise, as

suas conseqüências e as providências a tomar. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo endosso à posição tomada pelo meu companheiro de Partido, o Senador Antonio Carlos Júnior.

Presidente Garibaldi Alves Filho, hoje, está na Câmara dos Deputados, neste momento, prestando esclarecimentos e debatendo com os Deputados, o Ministro Meirelles e o Ministro Mantega. Pasmem V. Ex<sup>a</sup> que fui informado, agora há pouco, que os dois Ministros estiveram a pique de cancelarem a vinda à Câmara. O Presidente da Câmara, ao que estou informado, teria até manifestado de acordo, diferente da posição de V. Ex<sup>a</sup>, com o cancelamento da vinda das autoridades, que terminaram vindo e chegando com duas horas de atraso – duas horas de atraso! –, devido à manifestação de Líderes partidários que, inconformados, expuseram a opinião no sentido de que eles deveriam vir, tinham a obrigação de vir. E vieram. Estão na Câmara.

O que se deseja nesta hora? É fazer aquilo que a França faz, a Inglaterra faz, a Islândia faz, os Estados Unidos fazem, o Japão faz: debater a crise com quem tem responsabilidade sobre o país. E quem é que tem responsabilidade? É o Poder Executivo, é o Presidente da República? Claro que sim. É o Ministro Mantega, é o Ministro Meirelles? Claro que sim. Mas será que a Câmara e o Senado, os representantes do povo, eleitos pelo voto direto para falarem em nome do povo brasileiro, não têm o direito de saber o que o País está pensando e o que o País vai fazer? A economia do País, hoje, está inundada de boatos. A economia brasileira já perdeu trilhões de reais na Bolsa de Valores por saques, por movimentos especulativos, por um mundo de ações que se movimentam em função de boatos.

O que os Ministros podem e devem fazer nesta Casa e na Câmara dos Deputados? Esclarecer a visão do Brasil: se é a do Presidente da República, que diz que a crise não vai nos afetar, e já está nos afetando, ou se é a da tomada de providências que se impõem, a começar por uma que eu acho que é a mais importante, qual seja, o corte de despesas. Não adianta pegar partes das reservas cambiais do Brasil e colocar em leilão para possibilitar contratos de exportação ou para aliviar *hedges* não feitos para operações de câmbio futuro. O que é preciso, na verdade, é corte de despesas para fazer face, inclusive, a disponibilidades que se impõem em função de uma taxa de juros elevada e que se vai elevar ainda mais.

O que eu quero, portanto, dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, o que eu desejo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, é que esta Casa exige a presença dos Ministros, não por exigência de oposição, mas por necessidade de oxigenar um debate. Há necessidade de oxigenar

um debate que interessa à sociedade brasileira, que, por intermédio do debate aberto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, vai compreender o que está acontecendo e o que se pensa fazer, como está se fazendo nos Estados Unidos, como está se fazendo nos países modernos do mundo, onde a sociedade, como um todo, mobiliza-se e participa do debate para encontrar soluções para um fato que está ameaçando a perda de postos de trabalho para milhares de pessoas mundo afora.

Não se admite, por hipótese alguma, ou uma mera comunicação que está adiada *sine die*, está cancelada a vinda do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda para debater com quem tem o direito de chamar e, mais do que isso, tem a obrigação de convocar. Se eles não vierem, serão convocados. E quero me associar à posição que V. Ex<sup>a</sup> manifestou e dizer que, se em curto prazo, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, não trouxer uma palavra a esta Casa, tomarei a iniciativa – claro que secundando a posição de V. Ex<sup>a</sup> de tomar a assinatura de Líderes partidários – de convocar os Ministros Mantega e Meirelles a esta Casa para participar do debate que o momento exige e impõe.

Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino. Todos sabemos que, de acordo com o artigo 50, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

Quero dizer ao Senador José Agripino que tivemos a solidariedade do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Tião Viana. Então, se os Ministros, espontaneamente, Senador Mão Santa, não se pronunciarem até o final da semana, acho que deveríamos fazer a convocação para que eles compareçam. Isso se até o final da semana não houver uma manifestação espontânea deles ou até amanhã, como está sugerindo o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Posição com a qual concordo inteiramente, Sr. Presidente. Acho que até amanhã. Estava prevista a vinda deles hoje a esta Casa. Eu estava em São Paulo, onde está ocorrendo a eleição de segundo turno, voltei ontem à noite só para participar da audiência pública programada para às 10 da manhã de hoje.

Já fui frustrado com o adiamento para amanhã e, agora, na tarde de hoje, anuncia-se que eles não vêm

mais. Que forças ocultas estão movendo os Ministros a descumprirem compromisso e a cancelarem encontros previamente marcados? Não é aceitável.

Quero renovar aqui os cumprimentos à posição de V. Ex<sup>a</sup>, e os Líderes partidários têm a obrigação de exigir até amanhã uma manifestação do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Se não vier até amanhã a hora e o dia da vinda dos Ministros, tomaremos a iniciativa – e sei que conto com V. Ex<sup>a</sup> – de fazermos uma convocação, para que eles venham por convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino, Líder do DEM, que certamente se articulará com as demais Lideranças, enquanto me articulo com o Presidente Aloizio Mercadante, com quem tentei um contato há poucos instantes, mas se encontra concedendo uma entrevista coletiva. Disse-me que vai retornar o telefonema logo após a entrevista, quando direi a ele da nossa decisão tomada aqui em plenário.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Garibaldi, nós queremos cumprimentá-lo. V. Ex<sup>a</sup> – como diz o poeta, “navegar é preciso” – tem navegado desde o início na Presidência desta Casa. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem tido sensibilidade política e firmeza na administração. A democracia é esse complexo difícil, complicado, mas entendo que tem sido a melhor criação da humanidade, representada pelo povo.

O homem, animal político, como Aristóteles disse, buscou sempre a melhor forma de governo. Predominaram, na nossa história, os reis. Mas era bom para quem estava no palácio do rei e ligado ao rei. O povo insatisfeito foi à rua e gritou “liberdade, igualdade e fraternidade”.

E a inteligência humana, por meio do homem do Direito, Montesquieu, a primeira coisa foi dividir esse poder, que era simbolizado na história da humanidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, vou interrompê-lo.

Senador José Agripino, Senador Antonio Carlos Júnior, Senador Eduardo Azeredo, eu peço a atenção de V. Ex<sup>as</sup>, por gentileza, pois acabo de falar com o Senador Aloizio Mercadante, que também se manifestou solidário a nossa atitude. Ele informa que tinha marcado a audiência para a semana passada, mas

não foi possível. Como hoje, terça-feira, também não foi possível, ele marcou para quarta-feira, mas aí eles disseram que novamente não poderiam vir. Ele, então, está absolutamente solidário. Se, até amanhã, eles não anunciarem quando virão, marcando dia e hora, nós faremos o requerimento de convocação.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Garibaldi, e ao Senador Mercadante, pois, veja bem, a contribuição que nós queremos dar, pela via do debate que queremos estabelecer, é acalmar o mercado, produzir o apontamento de saídas, conhecer as providências que o Brasil está pensando tomar, o que as autoridades da área econômica do País estão pensando da crise e o que estão pensando fazer, para que a economia não seja movida, como está ocorrendo hoje, por boatos.

O fato de eles virem aqui e debaterem maduramente, sem conflitos – não há diálogo entre Governo e Oposição, vai-se estabelecer o diálogo patriótico em torno de um problema que é mundial e que nos afeta seriamente –, não há o que temer, mas também não há o que adiar. Não há nenhuma razão que justifique o adiamento, principalmente sem justificativa.

De modo que quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela providência tomada, assim como o Senador ACM Júnior. Aguardamos do Senador Aloizio Mercadante, que é um patriota, um homem de espírito público, as providências, para que sejam marcados dia e hora, com a brevidade que a crise impõe.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino.

Peço a compreensão do Senador Mão Santa, para ouvir o Senador Antonio Carlos Júnior e o Senador Eduardo Azeredo. Senador Mão Santa, acredito que V. Ex<sup>a</sup> vai permitir isso que está a ser feito aqui.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pode continuar.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Mão Santa, são apenas alguns segundos mesmo.

Nas outras vezes em que o Ministro Mantega e o Presidente Meirelles vieram aqui houve sempre um diálogo, um debate normal e democrático, de maneira que não há por que temer agora, em um momento em que é necessária a vinda deles.

Essa informação que V. Ex<sup>a</sup> nos traz nos tranquiliza, mas que essa vinda aqui seja marcada para

breve, que não marquem uma data depois que a crise acabar, se é que vai acabar.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Amanhã, eu estarei aqui para receber a manifestação. Se ela não acontecer, vamos convocar os Ministros.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Rapidamente, Sr. Presidente, só para parabenizar a ação imediata de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive ao se propor a convocar os Ministros. Precisamos debater isso o mais urgente possível. Se, até amanhã, eles não se manifestarem, teremos uma convocação, porque precisamos debater urgentemente esse assunto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Continua com a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Continuando, queria dizer que isso era complicado e, para acabar o "*l'état c'est moi*", Montesquieu dividiu esses poderes. E Montesquieu foi refletir, passou vinte anos refletindo, escreveu **L'Esprit des Lois, O Espírito das Leis**.

Senador Garibaldi, V. Ex<sup>a</sup> tem feito um esforço tremendo pela harmonia, os poderes têm que ser harmônicos, equipotentes. Mas, na realidade, eles não têm compreendido, ô Garibaldi. V. Ex<sup>a</sup>, agora mesmo – estamos aqui com o documento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, quer dizer, o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza. V. Ex<sup>a</sup> tem feito um esforço por essa harmonia, mas os poderes têm que ser equipotentes, Garibaldi, iguais; e eles não entendem isso.

O Poder Executivo é espelhado pelo comportamento dos dois donos do dinheiro, que acham isto: que eles são poderosos, que estamos vivendo numa sociedade modernista, e o que vale mesmo é o poder do dinheiro. E o poder do dinheiro é o Executivo.

Ele tem o BNH, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o dinheiro do mundo todo.

O Poder Judiciário acha-se também mais forte, porque ele prende, ele cassa, às vezes injustamente. Ele se alvoroça em ser uma inspiração divina – e foi –, porque foi Deus que chamou Moisés e deu-lhe as leis. Foi o Filho de Deus que disse: Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.

E nós ficamos aqui acachapados, ô, Garibaldi, humilhados. Essa é a verdade. Nós já vimos sair daqui, humilhado, o maior dos brasileiros, alguém que dá inveja a todos eles – Juscelino Kubitschek. Ele saiu daqui cassado, humilhado, exilado e hoje nós refletimos que a grandeza estava aqui.



Garibaldi, Deus me permitiu e eu queria falar sobre esse privilégio que tive, quando um dos maiores homens deste País, do meu Piauí, Petrônio Portella, dirigia esta Casa. Eu estava do lado dele, quando veio uma ordem do Poder Executivo, naquele tempo militar, para fechar o Congresso, porque tinha permitido votar uma reforma do Judiciário. Eu estava do lado de Petrônio Portella. Eu aprendi muito. Aí a imprensa toda correu e pediu que ele dissesse qualquer coisa. Ele só disse uma frase: Este é o dia mais triste da minha vida.

Eu aprendi que esse Poder é moral. Esse Poder é moral. Os canhões foram refletir, voltaram e pediram a Petrônio Portella para reabrir o Congresso. Não funciona sem o Congresso, porque aqui somos o povo, Garibaldi.

Garibaldi, sei que o Luiz Inácio tem um montão de votos, todo mundo sabe. Talvez à custa de Bolsas, mas teve os votos. Mas, se somarmos os votos daqui, temos muitos mais. Houve um Senador que fez um pronunciamento em que somou o número de votos dos Senadores aqui: são muito mais votos do que os 60 milhões. Então, nós é que somos o povo. Nós somos filhos da democracia e do voto. Por isso somos fortes.

Então, V. Ex<sup>a</sup> tem feito e tem tido uma tolerância enorme – tem tido, eu tenho reconhecido. O confronto com o Poder Judiciário, e vai navegando. E a recíproca não é verdadeira, os homens acham que o dinheiro é que é o Deus, que são os poderosos e fazem pior do que fizeram, cassando Juscelino, humilhando Juscelino, tirado daqui pela ditadura. Eles fazem é desmoralizar mesmo.

Está ali o Rui Barbosa, magrinho. Ele não foi Presidente desta Casa nem Presidente da República, mas se eu perguntar a todos os brasileiros o nome... Já tivemos 29, e eu não sei o nome de todos esses Presidentes, mas pode perguntar a qualquer criança que ela sabe de Rui Barbosa. Sabe, o Rui Barbosa! E sabe o que ele ensinou, Garibaldi? O homem que não luta pelos seus direitos não merece viver.

Esse é um direito que V. Ex<sup>a</sup> tem. V. Ex<sup>a</sup>. O povo lhe deu, o povo insatisfeito, o povo procurando um modelo nas ruas gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade!” Esses Poderes são iguais! Acabou-se! O rei era Deus na Terra; Deus era um rei! Dividiu-se o poder. Acabou o **‘l’état c’est moi’**.

Nós somos para fazer leis boas e justas, iguais às que Deus entregou para Moisés. Eu sei que a Justiça, a inspiração divina... O filho de Deus disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça [...]”. Mas não são divinos os homens que fazem as leis. Não, eles são homens, eles erram muito. Paira a corrupção.

Então, estamos aqui, Garibaldi. Ouvi um pronunciamento de um bravo homem do meu partido, Jarbas

Vasconcellos. Eu estava presidindo a sessão na ausência de V. Ex<sup>a</sup> e fiquei atento, meditando e refletindo como Montesquieu. E ele falava desse confronto irracional da Polícia Civil com a Polícia Militar. Nós governamos Estados, nós tivemos isso. Eu tive esse problema.

Olha! O Presidente da República ataca é o Governador do Estado para pedir desculpas. O Senador Garibaldi Alves, Padre Antonio Vieira disse que o exemplo arrasta.

Essa quebradura de disciplina... Porque o Comandante-em-Chefe da Polícia Militar e da Polícia Civil é o Governador de Estado, é a unidade de comando. Eu sou oficial da reserva. A hierarquia e a disciplina que dão força a essa instituição. Quebram-se de uma vez a hierarquia e a disciplina. Sabe por quê? Aqui não rolaram cabeças, como na França. Nós fomos até mais inteligentes, porque lá rolaram cabeças, foi difícil. Mas aqui, nós tivemos dois períodos: um ditador civil, bom, estadista – graças a Deus por Getúlio Vargas – e um militar, é muito recente. E por que o militar surgiu? Foi a quebradura da hierarquia. Todos nós sabemos.

João Goulart era um líder mais forte do que Luiz Inácio. Foi o Ministro do Trabalho que inspirou Getúlio a fazer toda a Previdência Social, todos os direitos trabalhistas, todas as lutas, o salário mínimo. Era fortíssimo. Não sei onde estava o Garibaldi, mas eu era menino quando Custódio Amorim, um vereador do PTB, saiu de lá, da Parnaíba – e, naquele tempo, para chegar ao Rio de Janeiro era complicado e era difícil –, e todo o Brasil foi assistir ao comício de João Goulart. Cabo Anselmo – depois disseram que foi tramado pela CIA – foi-se abraçar com o Presidente. E a gota d’água foi no Automóvel Clube, quando os sargentos e cabos se reuniram para desmoralizar os comandantes. Ali era 30 de março, 31 já era, e, em 1º de abril, já rodava o Estado-Maior.

Então é o que estamos vendo aqui, no País, em São Paulo! Não se respeita mais. Quebra-se a hierarquia, quebra-se a disciplina. É muito diferente uma greve de estudante – eu fiz -, ou uma greve de professores! Mas uma greve de pessoas armadas, invadindo um palácio do maior Estado do País, num momento do banquete da democracia, que nós temos que zelar e aprimorar, que são as eleições?! E aquilo ali... Então é este País que está uma “zorra”! É aqui trombando com o Judiciário, numa questão de interpretação do nepotismo, é o Executivo desmoralizando o Legislativo. E o Legislativo é o povo, Luiz Inácio. Nós somos o povo. O Senado são os pais da pátria.

Casildo Maldaner, também eles precisam saber que isto aqui é fruto de uma inspiração divina. Como se formou o Senado? Foi justamente quando o líder maior de Deus, Moisés, que via que o povo estava desobe-

diente às leis, quebrou as tábuas. Seu povo ia adorar os bezerras de ouro, e ele quis desistir. Ouviu a voz de Deus, que disse: “Buscai os mais velhos e os mais sábios. Eles vos ajudarão a carregar o fardo do povo”. Aí é que nasceu a idéia. Ó gente do Judiciário, aprenda! Ó gente do Executivo, aprenda! Aí é que apareceu a idéia do Senado: os mais velhos, os mais experientes o ajudarão a carregar o fardo do povo.

Na Grécia, foi melhorando; na Itália, Cícero dizia e falava: “o Senado e o povo de Roma”. Eu falo! Ó Poder Judiciário! Ó Poder Executivo, do dinheiro! Eu falo: “o Senado e o povo do Brasil”. Nós representamos o povo do Brasil! E V. Ex<sup>a</sup> é isso. Mande somar os votos daqui: dá muito mais do que os do Luiz Inácio. Nós somos povo. É isso! Aqui, se desmoralizar, acaba tudo.

Mas V. Ex<sup>a</sup> vê, Deus não ia abandonar o Brasil. Nunca. Nas dificuldades, Ele botou Davi para vencer Golias; Ele botou Moisés para libertar, ele botou V. Ex<sup>a</sup> aí, que tem atravessado muitos mares vermelhos. No dia da entrada, não sei como não se afogou. Tem, em cada dia e em cada instante. V. Ex<sup>a</sup> não é duro nem mole. V. Ex<sup>a</sup> é firme. Eu o conheço, talvez eu o conheça mais. No Nordeste, fomos Governadores juntos. E assim, a tranquilidade, a consciência e a satisfação do cumprimento da missão.

**O Sr. Casildo Maldaner** (PMDB – SC) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Permito. V. Ex<sup>a</sup> enriquece. V. Ex<sup>a</sup> governou tão bem o seu Estado, V. Ex<sup>a</sup> é um Senador extraordinário e V. Ex<sup>a</sup> lidera o PMDB, esse nosso partido grandioso – por isso é grande, estamos aqui. E vai eleger o Prefeito da capital, com a sua liderança.

**O Sr. Casildo Maldaner** (PMDB – SC) – Senador Mão Santa, nosso Estado o admira muito, suas pregações, seu bom humor constante. V. Ex<sup>a</sup> procura harmonizar, procura intermediar. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador do seu Estado e tem enfrentado problemas sérios – quem não os tem enfrentado? –, problemas dos mais diversos. Montesquieu já dizia que deve haver harmonia entre os Poderes. As coisas têm que ser bem tratadas. V. Ex<sup>a</sup> o diz muito bem.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Equipotente.

**O Sr. Casildo Maldaner** (PMDB – SC) – Hoje, vi aqui nosso Presidente, o Senador Garibaldi. Ele é muito sensato, muito moderado, muito harmonioso. Vejam o que ocorreu na Comissão de Assuntos Econômicos: foi marcada reunião para ontem, e aí veio uma comunicação, e não haverá mais reunião. De certo modo, percebi que o próprio Senador Eduardo Suplicy sentiu-se menosprezado, porque sei que, na última semana, ele esteve ao lado do Presidente, até a mesa, insistindo para que se comunicasse esse encontro que haveria

ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Ministro da Fazenda e com o Presidente do Banco Central. Depois, veio um comunicado, dizendo que seria amanhã – aliás, era para ser hoje; agora, é para amanhã. Até o Presidente foi surpreendido com a notícia de que não será mais amanhã. Claro que, por mais harmonioso, por mais Moisés que seja nosso Presidente Garibaldi, chega um momento em que se tem que tomar uma atitude em defesa deste Poder, embora deva haver harmonia entre os Poderes. E é por isso que o Presidente Garibaldi está sendo cumprimentado, com certeza, não só pelos colegas do Senado, pela Oposição e pela Situação, mas até pelo próprio Governo, porque S. Ex<sup>a</sup> tomou uma atitude

Há momento em que se tem que tomar! Ele tem que dizer: “Se não for assim, será assado.” E é isso que engrandece. Os brasileiros que assistem e que acompanham esse processo o respeitam, porque o Senador Garibaldi, Senador Mão Santa, é homem que costura. Parece que ele tem a linha e a agulha na sua mão e faz esse trabalho sensacional entre todos aqui, na Casa; entre este Poder e os demais Poderes. Ele tem essa habilidade, mas há um momento em que se pensa: “Espere aí, agora chega!” Temos que ir até onde a elasticidade permite, mas não se pode arrebentar a corda. Temos limites. Acho que todos passamos por isso. Quando fui Governador, enfrentei algumas greves, mas há momento em que não se pode também deixar virar bagunça. Há momentos em que é preciso limite. Muitas vezes, tenho brincado, dizendo “entre tapas e beijos” – às vezes, mais tapas do que beijos. A vida da gente é isto: há altos e baixos, trovoadas e bonanças. Passamos por isso, mas há que se enfrentar a situação. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador, o Presidente da Casa foi Governador e é Presidente de um Poder. Acho que, harmonicamente, segundo Montesquieu, temos que tratar disso. Por isso, quero que V. Ex<sup>a</sup> trate dessa matéria e faça também uma reflexão sobre ela. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Incorporamos todas as palavras do Senador Casildo Maldaner.

Senador Garibaldi, a importância de V. Ex<sup>a</sup> é tão grande!

V. Ex<sup>a</sup> se lembra quando Juscelino antevia aqui a esperança? Foi Prefeitinho de Minas, Governador de Minas, o sorriso! V. Ex<sup>a</sup> se lembra e retrata a história que quem manteve a paz e a posse de Juscelino foi o Presidente do Senado, de Santa Catarina, Nereu Ramos.

Então, V. Ex<sup>a</sup> é isto: V. Ex<sup>a</sup> é um Poder igual na democracia, na imaginação do Montesquieu e na criação do povo. Foi o povo que criou assim. Mas eu diria

para nosso Luiz Inácio e para o Judiciário também entender, Casildo Maldaner: Mitterrand. Na França foi criada a democracia. Foi lá que o povo gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Mitterrand, assim como nosso Presidente, com luta, como homem trabalhador, apanhou várias vezes para chegar à Presidência. E, durante seu segundo mandato, de sete anos, com câncer, moribundo, ele resolveu escrever um livro e publicou *Mensagem aos Governantes* – atentai bem – para todos nós. Para todos nós! V. Ex<sup>a</sup> pode chegar à Presidência da República. O nosso não é o maior Partido? É assim que funciona! Agorinha, não foi quantitativamente o maior Partido eleito pelo povo do Brasil? Qualitativamente também somos bons; muito bons.

Mitterrand, moribundo, com câncer, deixou escrito – não tinha mais nem força para escrever, Garibaldi; pediu a um auxiliar que o fizesse: **Mensagem aos Governantes: fortalecer os contrapoderes.**

Não é assim, Luiz Inácio! Não é assim, mandando seus Ministros desmoralizarem, avacalharem, humilharem o Senado da República!

Vim cedo também. Sou da CAE e sei muito Economia.

Está tudo errado. Só há malandragem, só há traquinagem. Sei disso porque sou um fato raro, raro, raro! E vou dizer por que, Garibaldi: desde que entrei aqui, estou nessa CAE. Seis anos. Isso não existe, não. São dois anos. Com dois anos, tentaram me tirar de lá, porque obstruí muitos empréstimos imorais, injustos, que o Governo dava para a Marta, Prefeita, e não dava para outros Prefeitos, e não dava para outros Governadores.

Eu havia sido governadorzinho, assim como V. Ex<sup>a</sup>. Só pode haver empréstimo duas vezes maior do que a receita. Ela tirava oito. Devia. O Divaldo Suruagy naufragou e nunca conseguiu um.

Aí quiseram me tirar, mas houve tanta confusão! O Pedro Simon, leal, disse que não admitia, e fui ficando. O Mercadante, mais sabido do que outros, quando foi eleito Presidente, o primeiro que ele convidou fui eu.

Então, estou há seis anos nessa CAE, e hoje, esperando ... Nunca vi isso na história.

Garibaldi, nossa solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> e nossa solidariedade a esse extraordinário homem da democracia. Nunca votei nele, não; no José Serra. Em 1994, votei no Luiz Inácio. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, mas, para a democracia, hoje, ele é o ponto de equilíbrio.

Meu Nordeste está pior do que a Venezuela. Vocês sabem como são os votos lá. Fica todo mundo à toa: ninguém está estudando e nem trabalhando.

Está aí São Paulo, e sou solidário a esse extraordinário homem que o País conhece. Foi um Ministro da Educação extraordinário, do Planejamento, Prefeito,

Governador. Foi ferido fundamentalmente: quebraram a hierarquia e a disciplina em São Paulo. Aí acaba, fica todo mundo nessa zorra.

Garibaldi, nossas palavras são: solidariedade ao Governador de São Paulo, porque democracia é isso. Não é só um lado, não. Tem que ter o outro lado, e São Paulo está mostrando altivez e grandeza.

Eu queria dirigir estas palavras para todo o Brasil: os intelectuais existem. Estudo existe, e acredito nele; acredito no estudo, que leva à sabedoria. Acredito no trabalho. Rui Barbosa disse: “O trabalho vem antes do trabalhador. Ele é que faz a riqueza.” Essa gente não acredita nessas coisas. Acredita em corrupção, acredita em mensalão.

Arnaldo Jabor é um intelectual. Leiam em **O Globo**: *Dois ‘Obamas’: Gabeira e Kassab*. Ele faz uma análise. Graças a Deus, o bravo povo paulista está mostrando discernimento. Mas não é paulista porque nasceu lá, não; é paulista porque há nordestinos e vergonha! E eles vão para lá para trabalhar, para engrandecer São Paulo e o Brasil. Eles estão apoiando isto: os caminhos do trabalho e do estudo, e não o caminho de ficar à toa.

Há dois piauienses ali: um é o José Arlindo da Silva Filho, o Zezinho, Prefeito eleito de Curimatã, povo inteligente. Tem a Estelita, o Delito Macedo. É uma raça muito inteligente, a da sua cidade, como foi a cidade Diamantina, de Juscelino. Juscelino, nas suas memórias, deixou escrito que, quando começou a crescer, ele só ouvia falar em ouro. Não tinha mais ouro, não tinha mais diamante, mas ele disse que tinha um povo, que o povo era a riqueza, o povo mineiro de Diamantina. Não tinha ninguém à-toa. Ninguém ficava à-toa nas Minas Gerais de Diamantina. Todo mundo trabalhava. Até aqueles homens e mulheres folclóricos, como há em todas as cidades, trabalhavam, tinham um ofício, uma profissão. As crianças, todo mundo estava a estudar ou a trabalhar. Aí, eles estão aí.

Os nordestinos de São Paulo, que estão lá, grandiosos, que estudam e trabalham, que impulsionam aquela cidade, estão vendo que esse Governo não está oferecendo ao Nordeste a riqueza do estudo e do trabalho, está-nos desviando.

Então, São Paulo vai escrever a página mais bela desta democracia. Tem de ter esse equilíbrio.

Quero dar minha solidariedade ao Governador de São Paulo, o qual, nas vésperas da eleição, quiseram destronar, quebrar a hierarquia, porque ele é o comandante-em-chefe da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Então, são essas as minhas palavras.

Sem dúvida nenhuma, nós, deste Senado que há 183 anos oferece a liberdade democrática, não vamos trair o Brasil.

O Senado, hoje, homenageou o aviador, a Aeronáutica. Nós nos orgulhamos do aviador brasileiro, da Aeronáutica, da Embraer.

Para encerrar, Garibaldi, espero que, no Dia do Aviador, Santos Dumont e Eduardo Gomes, nosso líder que perdeu eleições para Presidente, como Rui Barbosa, sirvam de exemplo para este Senado. Disse o Brigadeiro Eduardo Gomes que o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância.

Ô Garibaldi, nós vamos ser vigilantes pela democracia da equipotência do poder. Na imaginação de Montesquieu e na Constituição do povo, que fez a bela obra da democracia, V. Ex<sup>a</sup> é igual ao Luiz Inácio e ao Gilmar Mendes.

Então, nós estamos confiando, pois, sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> é um ungido de Deus e tem vencido grandes obstáculos.

Seja forte, bravo e feliz na democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia de hoje, esteve presente à Capital federal o DD. Sr. Governador do Estado do Mato Grosso, acompanhado de inúmeras entidades de classe do setor agrícola, de Secretários de Estado, do Deputado Estadual Otaviano Pivetta, juntamente com os Deputados Federais do Estado de Mato Grosso e eu, em audiência, inicialmente com o Ministro Minc, quando o Governador mostrou um plano inédito, exclusivo, editado pelo Estado de Mato Grosso, que é o Mato Grosso Legal, visando à regularização fundiária de todos os imóveis rurais daquele Estado. Posteriormente, à tarde, o Sr. Governador e toda essa comitiva estiveram com o Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, apresentando toda a preocupação do Estado quanto à subsistência da economia, calcada que está na atividade primária, na agricultura.

Diga-se de passagem, essa agricultura traz à Nação muitos benefícios, tanto pela segurança alimentar que toda a cadeia do agronegócio proporciona ao País, quanto pelos excedentes exportáveis, que tanto têm contribuído para a balança comercial.

Hoje, o Brasil se orgulha de ter US\$200 bilhões de reservas. Isso é fruto da contribuição essencial e preponderante da agricultura brasileira, que proporcionou esse superávit da balança comercial.

Eu gostaria de passar à Nação e a este Plenário, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quais as medidas que, da minha parte, também foram levadas ao Sr. Ministro para minimizar os efeitos da crise internacional financeira sobre a agricultura brasileira.

Sou um otimista. Já falei desta tribuna, na semana anterior, que o Brasil poderá galgar, a partir dessa crise, uma nova posição mundial pela continuidade da produção, viabilizando-a e dando uma demonstração de que a crise poderá ser superada e de que o Brasil estaria preparado para tanto.

Eu diria que pouco se necessita além disso, comparando-se com o que já proporcionou a agricultura brasileira nesses últimos anos, pela equidade da inflação e pela contribuição, fazendo com que o País se tornasse auto-sustentável com relação à maioria dos produtos agrícolas e possuísse excedentes exportáveis substanciais de produtos básicos, inclusive de frutas. Essa atividade, hoje, também se ressentiu. Com poucos recursos e, principalmente, com uma estratégia de preparação de renda futura para o ano de 2009, poderíamos superar essa crise, dando uma verdadeira contribuição à Nação brasileira.

Os produtores sempre foram heróis, sempre enfrentaram crises, desde 1990. Então, há 18 anos ocorrem crises sucessivas, cíclicas, que sempre acompanharam e se efetivaram nas situações econômicas. Foram crises econômicas que o País sofreu e que a agricultura também sofreu, mas, mesmo assim, esta deu a sua contribuição.

Eu colocaria dois aspectos básicos para enfrentarmos e minimizarmos esta crise no País. O primeiro seria irrigar com crédito o custeio dessa safra, com recursos para bancos oficiais. O Brasil se orgulha de ter bancos oficiais, bancos públicos, bancos semi-oficiais, como o Banco do Brasil, que, com um aumento de dotação, conseguiriam fazer com que esses recursos chegassem ao produtor brasileiro, reduzindo a exigibilidade, o que já foi feito; aumentando os percentuais da aplicação de recursos de poupança, que no Brasil passou de 65%, pois, no dia de ontem, o Ministério da Fazenda elevou para 75%; e aumentando as dotações de recursos do Tesouro Nacional e, também, do BNDES.

O Brasil possui condições ímpares de, por intermédio de bancos oficiais, repassar recursos privilegiados para a agricultura.

Por outro lado, recursos também em bancos privados e **tradings**, aumentando a dotação na exigibilidade dos percentuais de aplicação dos recursos de poupança, da mesma forma como os bancos oficiais, e liberando, pelo Banco Central, reservas cambiais aos bancos privados, para que esses financiem as **tradings**, para viabilizar novas operações e programações de operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio futuro para os exportadores de produtos agrícolas brasileiros.

Atuando também, por intermédio do Banco Central, para assegurar a aplicação de recursos no finan-



ciamento das operações de crédito rural diretamente por bancos privados, e liberando – aí é um aspecto interno, burocrático – parte das garantias que hoje o produtor mantém renegociadas em operações de “securitização” e “Pesa”, que são garantias, hoje, maiores do que as necessárias nessas operações.

Mas a principal que eu vejo – e precisamos ter os olhos voltados para frente, para a safra 2009 – é fazer a revisão dos preços mínimos. Isso é extremamente necessário. A revisão, repito, dos preços mínimos dos produtos agrícolas, tendo por base os custos atuais de produção, que se estenderam, em alguns produtos, em mais de 100%, sendo que os preços mínimos estão com uma referência de mais cinco anos.

E também algo que compete ao Senado e à Câmara, à Comissão de Orçamento, é fazer com que o Orçamento Geral da União para 2009 preveja prêmios de equalização pagos ao produtor rural, programas como o Pepro e outras operações de AGF e EGF, proporcionando que esteja prevista em fonte 100, em fonte do Tesouro, com recursos reais, programados, aumentando os atuais R\$383 milhões, quando se estima que o Brasil terá uma necessidade superior a R\$10 bilhões para prover a equalização e a garantia de sustentação de preços durante a comercialização desses produtos no ano de 2009.

Esses recursos serão extremamente necessários para que o produtor saia da sua safra com resultados econômicos favoráveis que paguem o custo de produção, que sustentem o custo que ele teve para produzir e remunerar, em relação aos preços de mercado, uma sustentação desses preços mínimos, que hoje, inclusive são acompanhados pelo Governo, por parte da Conab.

E que se dê condições também para a equalização nos AGF, que são os produtos que o Governo adquire, e também nos empréstimos do Governo Federal desses mesmos produtos agrícolas, colocando recursos para que o Governo possa interferir no mercado, adquirindo esses produtos dentro de parâmetros equivalentes aos custos de produção, que, já aumentados, como nos referimos, mas que precisam ser sustentados, suplementando o custo de produção.

Então, seria isso que eu gostaria de trazer no dia de hoje, dizendo que o Ministro da Agricultura foi extremamente receptivo às reivindicações do Governo e da classe produtora do Estado de Mato Grosso. Juntamente com o Ministério da Fazenda, por certo, o Governo encontrará o caminho para tomar as medidas necessárias. De outra parte, também o Relator do Orçamento, Senador Delcídio Amaral, conversando com todas as Lideranças e com a classe política que compõem a Comissão de Orçamento, por certo, ouvirá

muitas demandas que não são exclusivas do Estado do Mato Grosso, mas de todo o Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiro que são as regiões onde a logística impede melhores remunerações das atividades e do transporte desses produtos agrícolas.

Sr. Presidente, agradeço o tempo que me foi dado.

Então, fica aqui o nosso apelo ao Ministério da Fazenda, ao Presidente Lula e ao Ministério da Agricultura para que, socorrendo a agricultura, tenhamos, sim, minimizados os riscos futuros de desabastecimento e que possamos dar continuidade às exportações dos superávits agrícolas brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, a não ser que V. Ex<sup>a</sup> queira ceder lugar ao Senador Valdir Raupp.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Tenho audiência com o Embaixador da Itália às 18h30.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra, Senador Eduardo Suplicy. Depois teremos a palavra dos Senadores Valdir Raupp e Flexa Ribeiro.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a atenção do Líder Valdir Raupp, do PMDB. Eu tenho uma audiência daqui a instantes com o Embaixador da Itália.

Em primeiro lugar, quero dizer aqui o quão importante será, diante do adiamento da presença e do depoimento dos Ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, aqui no Senado – uma vez que eles estão prestando depoimento na Câmara dos Deputados –, até por uma questão de respeito ao Senado, ao Presidente Garibaldi Alves, que possam ambos, ainda no dia de hoje, marcar a audiência aqui do Senado, uma vez que todos os Senadores consideram importantíssimo. Inclusive eu próprio, tendo em conta a sessão não-deliberativa de hoje e de amanhã, vim a Brasília com o propósito de aqui argüi-los, de ouvi-los.

Na cerimônia da revista **Carta Capital**, na noite de segunda-feira, portanto, ontem à noite, eu transmiti ao Ministro Guido Mantega que eu estaria aqui amanhã de manhã para ouvi-lo. Então, como é o desejo dos Senadores de todos os partidos e por uma questão de respeito ao Senado, espero que eles possam marcar a audiência ainda hoje e informar ao Presidente Garibaldi Alves e ao Presidente Aloizio Mercadante. É o desejo de todos os Senadores ouvi-lo sobre a crise internacional e as suas repercussões sobre a economia

brasileira, que, felizmente, está tendo um desempenho positivo. Mas precisamos aprofundar os detalhes sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo Presidente Lula e por eles próprios.

Mas eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para, sobretudo, prestar a minha solidariedade à jovem Eloá Cristina, que, infelizmente, foi assassinada pelo ex-namorado Lindenberg Fernandes Alves. Eloá Cristina, de apenas 15 anos, foi seqüestrada por 100 horas em Santo André, juntamente com sua amiga Nayara Rodrigues. Ela sofreu pelo fato de esse jovem, dizendo-se apaixonado por ela, tê-la seqüestrado e causado a sua morte de maneira violenta. Eloá Cristina Pimentel foi baleada na cabeça após ficar 100 horas rendida pelo ex-namorado em Santo André, na Grande São Paulo. Este assunto comoveu toda a população brasileira e, inclusive, a de Santo André, que, aos milhares, compareceu, num gesto de bonita solidariedade, ao seu enterro.

Sr. Presidente, quero também elogiar os pais de Eloá Cristina Pimentel e ressaltar a maneira bonita como a Sr<sup>a</sup> Ana Cristina Pimentel, mãe de Eloá, disse hoje, ou ontem: *“Minha filha está feliz. Cumpru sua missão aqui na Terra: deu vida a outras pessoas”*. Foi um fato muito bonito e importante os pais de Eloá Cristina Pimentel terem decidido doar seus órgãos – coração, pulmão, fígado, rins, pâncreas, baço e córneas –, de maneira a prover vida a tantas pessoas. Sete pessoas poderão, portanto, ter uma vida normal em função desse gesto tão bonito.

*“Quem ama não mata”*, disseram, por meio de cartazes, os amigos que estiveram no enterro. E é importante que estejamos sempre a conclamar as pessoas a jamais usarem de violência contra quem quer que seja, sobretudo aquelas pessoas que, em algum momento da vida, amamos, continuamos a amar e por quem temos respeito. Se o jovem Lindenberg tinha, de fato, muito amor por Eloá Cristina Pimentel, era de bom senso que ele, que quis beijá-la e abraçá-la, jamais tivesse cometido esse crime tão trágico.

Até ontem à noite, 14 mil pessoas já haviam passado pelo velório no Cemitério de Santo André, e hoje, certamente, mais de 10 mil pessoas. Tendo em conta que a população acompanhou, com muita comoção, todos os passos e que todos estão debatendo o que se passou e em que medida a Polícia Militar agiu com correção, tenho a convicção – e aqui a transmito ao Comandante da PM, inclusive o daquela operação, porque imagino a dificuldade na decisão de como salvar a vida de Eloá Cristina, bem como de sua amiga Nayara, que ali se encontrava – de que certamente foi muito difícil a decisão do que fazer.

Portanto, presto aqui a minha solidariedade e cumprimento a mãe e o pai de Eloá Cristina Pimentel. Quando D. Ana Cristina Pimentel, mãe da vítima desse seqüestro, fez seu primeiro pronunciamento público, ontem, à frente do caixão, ao lado dos filhos Douglas, de 14 anos, e Ronikson, de 22, ela nos surpreendeu, pois disse: *“Eu perdôo Lindenberg, mas espero que a justiça seja feita”*. Ela avaliou que a Polícia agiu certo, e disse que só não falou antes porque vivia um momento muito doloroso. E disse mais:

*Obrigado a todos que vieram ao velório. Não tenho como agradecer. Vai ver que Deus quis assim, porque ela ajudou a salvar vidas. Não sei se é possível, mas eu gostaria de encontrar todas as pessoas que receberam órgãos de Eloá, se elas assim quiserem.*

Ainda ontem, pela Rede Globo, um dos responsáveis pelo organismo de doação de órgãos no Brasil informou que há 70 mil pessoas no Brasil, Sr. Presidente, que estão na fila aguardando órgãos. Rins é o mais solicitado, como também o coração, o pâncreas, os pulmões e os demais órgãos. É muito importante que familiares de pessoas falecidas tenham esse gesto tão bonito, a fim de que pessoas possam viver, como, por exemplo, a Sr<sup>a</sup> Maria Augusta Silva dos Anjos, de 39 anos, que precisou muito receber um desses órgãos, no caso, o coração, o que certamente servirá para que viva com tranquilidade uma vida normal.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, com muita honra.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna um assunto que chocou toda a sociedade brasileira. Também faço minhas as palavras de pêsames, de solidariedade à família da jovem Eloá, tão barbaramente assassinada. Como V. Ex<sup>a</sup> bem frisou, mesmo no momento de dor, sua mãe teve o discernimento de, com a perda da filha, poder salvar outras seis vidas que corriam risco, doando seus órgãos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sete órgãos.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Sete órgãos. É evidente que esse é um exemplo que deve ser seguido, pois, como V. Ex<sup>a</sup> bem salientou, a fila de espera para transplantes de órgãos é imensa no País e em todo o mundo. No caso que V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna, da jovem Eloá, brutalmente assassinada, o coração dela, como disse a televisão e os órgãos de imprensa, foi o primeiro órgão a ser retirado. Ele foi transplantado para a Sr<sup>a</sup> Maria Augusta Silva dos Anjos, que nasceu com

um problema congênito no coração. Ela é paraense, mora em Ananindeua, Município que se situa ao lado de Belém, na cidade de Nova Três. Portanto, quero, ao “sentimentar” [sic.] a família da jovem Eloá, também desejar a todos os transplantados, em nome de Maria Augusta, que os transplantes sejam exitosos, que Eloá continue vivendo agora não em um único corpo, mas em sete corpos, que continuarão vivendo em função da ação generosa de sua mãe ao doar os órgãos da jovem Eloá. Era o aparte que eu queria fazer a V. Ex<sup>a</sup>, “sentimentando” [sic.] a família e desejando que continue vivendo, como continuará, nessas sete pessoas que terão – é o que desejo – êxito nos transplantes dos órgãos que receberam.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sr. Presidente, não sei se é possível fazer aqui o requerimento de pesar, homenagem e solidariedade à família de Eloá Cristina Pimentel. Não tinha escrito, mas entregarei por escrito e assinado até amanhã. Quem sabe o Senador Flexa Ribeiro e outros poderão assinar comigo, assim como V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Valdir Raupp e os que estão presentes.

Acabo de ter a informação de que hoje, durante o enterro, nada menos do que 30 mil pessoas – estimam as autoridades – foram despedir-se de Eloá Cristina, o que significa uma verdadeira comoção, um gesto de solidariedade tão bonito.

Sr. Presidente, vou deixar assinado o requerimento. Se eu não puder estar aqui amanhã, será em função de eu ter recebido a notícia triste, infelizmente, de que minha irmã Maria Tereza Lara Campos, que é minha madrinha e está com leucemia, está em suas horas finais de vida. Talvez eu tenha de me deslocar para São Paulo. É uma irmã que, inclusive, é minha madrinha e que tanto deu de si para as pessoas que ama.

Então, quero desejar à Eloá Cristina Pimentel, assim como a minha irmã Maria Tereza votos como o da senhora mãe de Eloá: “Vá em paz e que esteja com Deus”.

Obrigado.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Suplicy, quero que V. Ex<sup>a</sup> também receba os meus sentimentos e que a sua irmã Maria Tereza possa, se Deus assim o permitir, ainda ter oportunidade de recuperação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – PA) – Antes de anunciar a palavra do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, quero associar-me à manifestação do Senador Eduardo Suplicy, quando disse aqui do seu sentimento de pesar, que é o sentimento de pesar de todo o povo brasileiro, pelo que aconteceu em Santo André, São Paulo, com a jovem de apenas 15 anos,

Eloá Cristina Pimentel, que foi assassinada pelo seu namorado de 22 anos, que terminou se transformando num criminoso que certamente vai cumprir uma pena dilatada e que vai realmente ser alvo de todo o repúdio do povo brasileiro. Ele que foi capaz de assassinar uma jovem em pleno apogeu da sua juventude e ainda de atirar na sua colega, que estava com ela por ocasião do seqüestro e que voltou ao local. Assistiu-se a isso tudo pela televisão.

Hoje, houve o sepultamento da jovem, cuja família, aliás, fez a doação dos órgãos dela, que foram imediatamente transplantados para pessoas que deles necessitavam. O irmão da vítima fez um desabafo, dizendo que a sua irmã iria reviver porque doara aqueles órgãos, se não me engano, a sete pessoas.

Senador Eduardo Suplicy, tudo isso nos comoveu muito. E, agora, V. Ex<sup>a</sup> ainda nos traz a notícia de que a sua irmã está muito doente, vitimada por uma leucemia. Eu também quero apresentar a minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a existência de Estados e Municípios dotados de autonomia é um dos fundamentos do federalismo, sistema que o legislador constituinte julgou ser o melhor para o País a ponto de incluí-lo entre as cláusulas pétreas da Carta Magna. Nesse quadro institucional, o Município é a unidade administrativa e legislativa mais próxima ao cidadão, aquela, portanto, que melhor pode conhecê-lo e a suas necessidades.

A história do Brasil, de fato, como já apontaram muitos estudiosos, é uma sucessão pendular de períodos de centralização, nos quais a própria democracia é reduzida, e de períodos de descentralização e de fortalecimento democrático. A Constituição de 1988, por marcar um momento histórico de redemocratização e de reconhecimento das diferenças entre as regiões do País, não poderia deixar de apontar para o federalismo e para a descentralização. Assim é que, no Título III, há um bom número de artigos dedicados à formatação da estrutura federativa do Estado, fato que dá a medida da importância do tema em nosso presente arranjo institucional.

A redação original do §4º do art. 18 da Constituição, que trata da criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, porém, mostrou ser liberal demais. A facilidade de emancipação de novas unidades municipais resultou no que muitos analistas denominam “farra de criação de Municípios”. Por todo o País, essas unidades foram sendo instituídas a partir de interesses nada louváveis, muitas vezes sem

qualquer viabilidade econômico-financeira, político-administrativa, socioambiental ou urbana. São Municípios cuja população carece de qualquer capacidade de contribuição tributária e que passaram a depender das transferências da União, por meio do Fundo de Participação dos Municípios e, mais recentemente, das transferências sociais para os cidadãos idosos ou pobres.

A Emenda Constitucional nº 15, de setembro de 1996, foi elaborada e aprovada com vistas a corrigir o problema. No entanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pecou pelo exagero oposto: tornou quase impossível a criação de novos Municípios, tantas eram as exigências que impôs. Decorreram daí ações de inconstitucionalidade por omissão, a serem julgadas pelo STF, Supremo Tribunal Federal, que declarou a nulidade de muitas leis estaduais de alteração de Municípios, ressaltando aquelas unidades que já se haviam instalado completamente na data do acórdão, e constituíam fato consumado.

Restava evidente, assim, a necessidade de uma nova regulamentação, tanto que foram apresentados, desde 2002 e somente nesta Casa, nada menos que quatro projetos de lei que dispõem sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios. O primeiro deles teve os outros a ele pensados.

Trata-se do PLS nº 98, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que teve um substitutivo aprovado em plenário e recebeu emendas que foram objeto de relatório do Senador Tasso Jereissati na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto de lei complementar, que inaugura uma era de mais responsabilidade na estruturação de nossos Municípios, foi finalmente aprovado pelo Senado no último dia 15 de outubro.

Um ponto do texto aprovado que merece destaque é a obrigatoriedade, a ser verificada antes da realização de plebiscito entre os eleitores da área envolvida, de elaboração de um Estudo de Viabilidade Municipal que julgue itens como capacidade arrecadadora, número mínimo de habitantes e eleitores, existência de núcleo urbano com infra-estrutura compatível, entre outros quesitos.

Sr. Presidente, esse é um ponto que me preocupa muito. Eu vou até repetir aqui, em outras palavras: o plebiscito deve ouvir a população de todos os Municípios interessados na questão e não só os habitantes do distrito a ser emancipado. Aí, vem o número mínimo de habitantes para a criação de Municípios: 5.000 nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 7.000, na Região Nordeste; 10.000, nas Regiões Sul e Sudeste.

Sr. Presidente, não vejo que esse último seja o problema; o problema me parece estar no fato de toda a população, todos os eleitores do Município envolvido terem de ser ouvidos. Vai ser quase impossível criar-se um Município. Tenho em meu Estado de sete a oito comunidades, distritos, que precisarão ser emancipados para poderem se desenvolver, assim como ocorreu com a grande maioria dos Municípios do meu Estado. Quando fui Governador, eu assinei a lei de emancipação de onze novas cidades, de onze novos Municípios. E já existem distritos desses Municípios que foram criados com mais de 50 mil habitantes! Vejam só: se não tivessem sido emancipados há 12, 13 anos, quando fui Governador, de 1995 a 1999, o que seria dessas vilas e distritos sem a emancipação?

Em Rondônia, uma comunidade na divisa do Estado do Acre, a mais de 300 quilômetros da sede do Município, Porto Velho, nossa capital, é do tamanho do Estado de Sergipe – o Município de Porto Velho é mais ou menos do tamanho do Estado de Sergipe – e, lá, três ou quatro vilas e distritos precisam se emancipar. Tem Nova Califórnia, na divisa com o Acre; tem Extrema – e todas com a população acima de 5 ou 10 mil habitantes, como manda a lei; Vista Alegre do Abunã; Jaci-Paraná. Depois, mais abaixo, no Município de Jaru, o distrito de Tarilândia, que já tentou uma vez – parece que faltaram quatro votos para a sua emancipação –, antes do endurecimento da legislação. Temos ainda Novo Bandeirantes, que é um distrito novo, mas com mais 10 mil habitantes; e ainda Nova Londrina, na região de Ji-Paraná.

Mas vejo, Sr. Presidente, que, se tivermos de ouvir a população de Porto Velho para emancipar Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã e Jaci-Paraná, dificilmente...

Se, em uma eleição, já acontece uma abstenção, em média, de 25% a 30% em alguns casos, principalmente se for dia de chuva, imagine agora para votar e emancipar um pequeno distrito, distante 300 quilômetros da sede da cidade! Será que a população dessa cidade vai às ruas, vai às urnas para votar nesse plebiscito? Eu duvido. Eu duvido.

Então, acho que a lei aprovada aqui no dia 15, Senador Flexa Ribeiro, não vai contribuir em nada. Os nossos distritos vão ficar abandonados, com o mesmo problema que estavam antes.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – Senador Valdir Raupp, V. Ex<sup>a</sup> trata do projeto que foi aprovado na semana passada, aqui, no plenário do Senado, e que foi encaminhado à Câmara...



**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Exatamente.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) –...e que regulamenta a Emenda nº 15 da Constituição; ou seja, vai permitir a criação e instalação de novos Municípios, o que não é feito no nosso País há onze anos. Por quê? Porque, anteriormente à Emenda nº 15, criavam-se Municípios sem nenhuma pré-condição de sustentabilidade; criavam-se Municípios com dois mil habitantes para criar cargo de prefeito, de vice-prefeito, câmara municipal na comarca e assim por diante. Veio o Governo Federal, tirou dos Estados esse poder de criação de Municípios, trouxe-o para a esfera federal, e nunca foi regulamentado pelo Congresso, o que está sendo feito agora. V. Ex<sup>a</sup> coloca como preocupação – e, de fato, o é – que, ao ter que ser ouvido o Município por inteiro para se destacar uma parte dele, pode não haver uma...

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Uma adesão a essa emancipação do distrito.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) –...uma adesão ao plebiscito, mas é constitucional.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Antes não era assim.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – A Constituição diz que, para que seja apartada, separada, qualquer parte, você tem que ouvir toda a parte interessada.

Para dividir um Estado em dois, tem que se ouvir o Estado inteiro. Não se pode, evidentemente, ouvir só a parte que quer se separar, porque, se for ouvir só a parte que quer se separar, evidentemente não se terá um plebiscito; ter-se-á uma unanimidade, porque há a vontade de separação daquela parte.

Então, a Constituição já prevê que se tem de ouvir o todo. E, no caso também de desmembramento de distrito para a criação de novos Municípios, também há que se ouvir no plebiscito o Município por inteiro.

Agora, eu tenho certeza absoluta de que, no caso do seu Estado, o querido Estado de Rondônia, como no Estado do Pará, vamos poder, sim, com a lei que tramita agora na Câmara e que terá de ser aprovada até o final desta legislatura... Existem processos em andamento no Supremo e, se não legislarmos aqui, os Ministros do Supremo irão decidir, porque há 11 anos esses Municípios precisam ser criados e ainda não o foram.

Então, eu tenho absoluta certeza de que haverá um sentimento da população de que esses distritos... V. Ex<sup>a</sup> citou um distrito a 300 quilômetros do Município de Porto Velho. No Pará, temos o distrito de Castelo dos Sonhos que fica a 1.100 quilômetros da sede do Município de Altamira.

Há outros distritos, como os de Mojuí dos Campos e Moraes de Almeida, que tenho absoluta certeza de que serão emancipados. No plebiscito que for feito em Santarém, para Mojuí; em Altamira, para Castelo dos Sonhos; em Itaituba, para Moraes de Almeida; e para outros distritos em vários outros Municípios, tenho certeza de que haverá emancipação.

V. Ex<sup>a</sup> disse que esse Município tem mais de cinco mil habitantes. Esses a que eu estou me referindo têm 20 mil habitantes. Então, há muito tempo, eles já poderiam ter se transformado em Municípios, com capacidade de auto-sustentação.

Acho que a lei que teve o Senador Tasso como Relator buscou inclusive uma idéia nova de regionalizar as condições para que sejam criados Municípios nas diferentes regiões do Brasil, porque temos condições diferenciadas, econômica e socialmente. E um detalhe importante que está no substitutivo do Senador Tasso Jereissati é que, ao se criar um novo Município, a parte que sobrou do Município-mãe tem que atender às condições exigidas pela lei. Ou seja, não se pode desmembrar um distrito de um Município e deixar a parte que sobrou sem condições de atender às exigências da nova regulamentação. Então, eu acho que temos de trabalhar no sentido de mobilizar a sociedade para que ela venha e vote no plebiscito para emancipação desses novos Municípios, principalmente no seu Estado, no meu Estado, na nossa região amazônica, que tem dimensões continentais e ainda número pequeno de Municípios.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, eu acho que ficou muito boa a parte que fala do número de habitantes como exigência para emancipação de um distrito: cinco mil nas regiões Norte e Centro-Oeste, sete mil na região Nordeste, dez mil nas regiões Sul e Sudeste. Até aí, tudo bem.

Quando fui Governador, de 1995 a 1999, ocorreu a emancipação de onze distritos, mas essa legislação não estava em vigor: ouvia-se apenas a população da área do distrito e não a população da sede da qual pretendia desmembrar-se.

Acho que vai haver muitas dificuldades, mas vamos esperar para ver. Se for mudado, melhorado esse texto da lei na Câmara, de forma a voltar ao Senado ou coisa parecida, vamos ver como ficará a emancipação e o plebiscito no distrito de Porto Velho. Eu falo aqui da capital do meu Estado, que tem aproximadamente quatrocentos mil habitantes. Todos esses eleitores terão de votar no plebiscito para emancipar um distrito a trezentos quilômetros de distância. Quando se ouvia apenas a população do distrito a ser emancipado, vi acontecer de faltarem poucos votos para que se alcançasse os 50% de votantes – é preciso que seja

alcançado o mínimo de 50% mais um dos votantes para ser válido o plebiscito.

Agora, quando se trata da votação de toda a população do município afetado, envolvido, que pode ser, inclusive, a sede, no caso de uma capital, eu não sei. Eu acho que o eleitor não vai às urnas para votar num plebiscito se votação não for obrigatória.

De toda a forma, acho que foi um avanço a abertura, porque, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo falou, faz onze anos que não se cria um município neste País. E eu não posso concordar em que, em um Estado como Rondônia, o meu Estado, ou em outros Estados do Norte do Brasil existam tão poucos municípios. O meu Estado tem 238 mil quilômetros quadrados – é quase do tamanho do Estado do Paraná ou de São Paulo –, mas só tem 52 municípios, enquanto outros Estados têm quinhentos, seiscentos municípios.

É claro que não vai ficar a vida toda com essa quantidade pequena de municípios, com apenas 52 municípios. Criar mais sete ou oito municípios no Estado de Rondônia ainda é pouco quando se leva em consideração o tamanho da área geográfica do meu Estado. Por isso é que defendo a aprovação, o mais rapidamente possível, dessa lei, para que nos vejamos livres dessas amarras e possamos abrir, novamente, a possibilidade de se criarem algumas novas cidades, alguns novos municípios.

Importa ressaltar ainda, Sr. Presidente, que será necessário comprovar, a partir dos mesmos critérios, que a perda de parte de seu território não tornará inviável a unidade da qual um distrito se emancipe para se tornar um novo município. Aí é o que o Senador Flexa falou: quando se emancipa parte de um município antigo, não se pode tornar inviável a economia daquele município de onde o distrito está sendo desmembrado.

Estou convencido de que, a partir da nova lei, a questão da divisão municipal do País estará bem regulamentada, sem os excessos permissivos do texto original da Constituição nem o engessamento resultante da Emenda Constitucional nº 16, de 1996. A democracia ficará fortalecida, sem entraves autoritários, é certo, mas também sem as facilidades que devemos chamar demagógicas.

É claro que não vamos admitir o que, segundo me falaram, ocorria no Estado de Minas Gerais no passado: com mil e quinhentos ou dois mil habitantes criavam-se municípios. Isso não pode mais ocorrer.

Acho que este texto aqui, que estabelece a população mínima de cinco mil habitantes, está ótimo, principalmente para a região Norte do País, onde as áreas territoriais são mais extensas, mais amplas. Já

em outras regiões, aumenta-se um pouco mais essa população, como no caso das regiões Sul e Sudeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela benevolência quanto ao tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

Prorrogo a sessão por mais 20 minutos, que é o tempo que será concedido ao Senador Flexa Ribeiro para usar da palavra.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, quero, primeiro, agradecer a generosidade de V. Ex<sup>a</sup> ao conceder a este orador o tempo de vinte minutos, que é o tempo regimental. V. Ex<sup>a</sup>, sempre econômico, costuma reduzir esse tempo, mas hoje teremos oportunidade de usar o tempo regimental.

Venho hoje à tribuna, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comentar três assuntos – dois referentes à questão eleitoral e um terceiro referente à questão ambiental – que dizem respeito a importantes regiões do meu Estado do Pará.

Nesta eleição – não só no Pará, mas em todo o País –, houve uma enorme demanda judicial, o que certamente abarrotou as zonas eleitorais, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior Eleitoral.

Quero, em especial, elogiar os Ministros integrantes do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que têm despendido todo o seu esforço para colocar em dia a pauta de julgamento daquela egrégia Corte, encontrando impasse no grande volume processual distribuído a cada membro do Tribunal, sem esquecer, evidentemente, de fazer também os meus elogios aos membros do Tribunal Regional Eleitoral do meu Estado do Pará.

Podemos verificar que o TSE tem realizado sessões ordinárias às terças e quintas e diversas sessões extraordinárias às segundas, quartas, sextas e até aos sábados, julgando, nessas sessões, uma média de cento e cinquenta processos e decidindo, monocraticamente, uma média de cem processos. Mesmo assim, devido ao excesso de processos e recursos que chegam àquela Corte, não tem sido suficiente esse esforço.

Um caso curioso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – e aí já faço referência ao meu Estado – é o que acontece no Pará, mais precisamente no Município de Santarém.

Senador Garibaldi Alves, a atual Prefeita do Município de Santarém não se afastou definitivamente do Ministério Público Estadual conforme determina a

Constituição. Foi, então, considerada inelegível conforme preceito constitucional que veda a participação em atividade política e eleitoral aos membros do Ministério Público, do Judiciário e dos Tribunais de Contas.

Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e como conhecedor profundo da Constituição e da jurisprudência, sabe que, no caso de membro do Ministério Público, o Tribunal Superior Eleitoral já mostrou a sua posição em várias consultas e julgados, e a questão está pacificada quanto à inelegibilidade de membro do Ministério Público que não se afaste definitivamente do cargo dentro do período estipulado pela legislação eleitoral. Isso é claro na Constituição.

A Constituição de 1988 fez uma divisão de águas. Até 1988, um membro do Ministério Público Eleitoral poderia ser candidato a um cargo eleitoral sem se afastar de sua função, sem abrir mão de seu cargo. Após 1988, isso foi proibido. Qualquer membro do Ministério Público, do Judiciário ou dos Tribunais de Contas, para assumir uma função executiva, tem de se afastar definitivamente do Ministério Público, do Judiciário ou dos Tribunais de Contas. Isso, como eu já disse – e V. Ex<sup>a</sup>, conhecedor do assunto, reforçou agora –, como se diz na linguagem jurídica, já transitou em julgado, já está pacificado no Tribunal Superior Eleitoral. Então, é uma questão pacífica.

Não entendemos por que, no caso de Santarém, ainda não tenha sido cumprida a Constituição. Como disse, sendo uma questão pacificada já no Tribunal Superior Eleitoral, lamentavelmente a atual Prefeita, inclusive reeleita, não deveria ter exercido nem o primeiro mandato, quanto mais insistir em um segundo mandato sem ter se afastado da função que exerce no Ministério Público. Ela apenas se licenciou e ainda fez a opção pelos proventos do Ministério Público e não da Prefeitura do Município de Santarém.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, precisamos modificar a legislação eleitoral – é a famosa reforma política e eleitoral, Senador Marco Maciel –, para resolvermos definitivamente essas questões e, assim, dar ainda mais transparência ao processo eleitoral brasileiro e maior celeridade à Justiça Eleitoral, que, mesmo com a competente atuação dos juízes eleitorais, dos membros dos tribunais regionais eleitorais, principalmente, dos membros do Tribunal Superior Eleitoral, que, sob a Presidência do Ministro Carlos Ayres Brito, tem mostrado transparência e imparcialidade nas decisões ali proferidas, tornando o processo eleitoral mais confiante e justo.

Cabe também ressaltar, Senador Garibaldi Alves Filho, que não só a Prefeita de Santarém, mas é uma prática lamentável dos Prefeitos do Partido dos

Trabalhadores fazerem uso da máquina administrativa na campanha. Isso ocorreu em quase todos os Municípios em que havia disputa com um candidato do Partido dos Trabalhadores, porque, quando não usavam a máquina municipal, porque não tinham a governança do Município, foi usada a máquina do Estado.

Então, em todos os Municípios onde havia um candidato do Partido dos Trabalhadores, a Governadora colocou a máquina estadual, a máquina administrativa a serviço daquele candidato, o que é lamentável, porque distorce a vontade popular e enfraquece o processo democrático. E justo o Partido dos Trabalhadores que tanto lutou para que a democracia retornasse, como todos nós lutamos, mas que agora, no poder, parece ter esquecido aqueles tempos de lutas e, hoje, quer se perpetuar no poder de qualquer forma.

Sobre o mesmo assunto, abordo agora uma outra situação. Uma outra decisão sábia, Senador Garibaldi Alves Filho, do Tribunal Superior Eleitoral, que anulou um processo contra o candidato Valdemar, da Pavinorte, que concorria às eleições de Canaã dos Carajás, pelo PSDB.

O relatório do Ministro Arnaldo Vesiane inclusive reconhece o erro da Justiça Eleitoral do Pará. Foi a vitória da verdade contra a mentira. Da honestidade e trabalho sério contra a mentira e simples difamação.

Valdemar, da Pavinorte, foi perseguido por seus adversários políticos, principalmente os que são ligados ao atual Prefeito, Joseilton Nascimento, o “Ribita”, articulador das manobras para tentar derrubar o então candidato Valdemar da Pavinorte. Na esfera estadual, ele conseguiu que a Justiça aceitasse o pedido de impugnação da candidatura de Valdemar, sob o argumento de que a certidão negativa que ele apresentou deveria ser emitida pela Comarca de Canaã dos Carajás e não pela de Parauapebas. A Comarca de Canaã dos Carajás foi instalada em dezembro de 2007. O TSE – Tribunal Superior Eleitoral – corrigiu o equívoco, como eu disse.

Mas, apenas na última instância, com a persistência dos que sabem estar ao lado da verdade, Valdemar comprovou que estava certo desde o início e que possui compromisso com a ética e com a honestidade, como é a ideologia do nosso Partido.

Assim, Valdemar não possui nenhum processo criminal. Mas a máscara dos adversários da verdade caiu. Apenas lamento – e o lamento não é só meu, Senador Marco Maciel, é de toda a população de Canaã dos Carajás – que ele somente tenha tido reconhecido o seu direito de ser candidato dez dias após as eleições, ou seja, quando o pleito já tinha decorrido.

Durante toda a campanha, em todos os meses de campanha, desde a convenção, vinha sendo anuncia-

do pelos seus adversários, principalmente pelo atual Prefeito, que não se reelegeu, o Prefeito Ribita, que ele não seria candidato porque estava impugnado pela Justiça Eleitoral, quando, na realidade, o processo ainda estava em julgamento aqui no Tribunal Superior Eleitoral. Como eu disse, durante a campanha, os adversários de Valdemar usaram da estratégia de dizer que a candidatura estava impugnada, que ele não seria candidato; assim, a eleição foi manipulada, Presidente Garibaldi Alves Filho, e a vontade do povo não foi plenamente realizada. Valdemar foi injustiçado!

Para se ter uma idéia do jogo sujo do adversário, ele foi cassado em sessão da Câmara Municipal na última semana. O atual Prefeito que fez o recurso contra o Valdemar da Pavinorte foi cassado nesta última semana por acusação de desvio de verbas do Fundeb e irregularidade nas contas da prefeitura.

Em abril de 2008, Ribita foi denunciado pelo Sintepp – Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará – por desvios de quase R\$500 mil do Fundeb, em obras fantasmas nas escolas do Município. Cabe recurso na decisão da Câmara, mas já mostra o perfil de quem o nosso companheiro Valdemar teve que enfrentar.

Por último, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho ao terceiro assunto, como disse, que não é mais eleitoral, mas uma questão que aflige o Brasil, o mundo e, em especial, a Amazônia: a questão ambiental. Já disse aqui diversas vezes, Senador Garibaldi Alves Filho, e repito, nós, amazônidas que lá vivemos, somos aqueles que têm o maior interesse de preservar a floresta, porque é da floresta que se tiram as riquezas para sustentar grande parte dos 20 milhões de brasileiros que lá estão guardando aquela imensa região, aquele imenso território do nosso País, cobiçado internacionalmente.

Nós, evidentemente, defendemos o desenvolvimento ecologicamente correto, aquele dito desenvolvimento sustentável.

Mas quero fazer um novo apelo em nome das comunidades que vivem no Município de Novo Progresso. Ainda hoje recebi uma carta da Associação dos Produtores Rurais das Glebas Imbaúba e Goro-tire que pede providências em favor das famílias que sobrevivem como podem naquela região.

Segundo o documento que recebi, o Ibama, nos últimos dias, não faz outra coisa senão autuar produtores e comerciantes, mesmo sabendo que a sobrevivência do Município, na sua maioria, depende da produção florestal e da pecuária, em grande escala desenvolvida por agricultores familiares, pequenos agricultores. Esses se encontram desolados, com imensas multas a pagar.

Senador Garibaldi Alves Filho, a multa aplicada pelo Ibama, na maioria das vezes, vale 100, 200, 300 vezes o valor do pequeno lote do agricultor. Quer dizer, o agricultor que tem 10 ou 25 hectares recebe uma multa impagável.

Em vez de o Ibama ter um trabalho preventivo e focado no desenvolvimento sustentável, o que observamos é exatamente o contrário. Até a presente data, inexistente qualquer ação, por parte dos órgãos ambientais, para permitir o almejado desenvolvimento sustentável, bem como de se comprometer nesse sentido com a sociedade civil organizada do Município de Novo Progresso.

Aliás, é fato difundido que o desenvolvimento sustentável daquela região apenas se consolidará com uma regularização fundiária ambientalmente correta.

É importante mencionar que, em grande parte, os moradores e os produtores existentes no Município de Novo Progresso são migrados de diversos Estados deste imenso País, quando, na década de 70, era primordial a integração da Amazônia com os demais Estados-membros, de forma a engendrar uma ocupação humana em larga escala, haja vista tratar-se de uma região até então quase inocuada e já cobiçada pelos países desenvolvidos.

Assim, durante aproximadamente 30 anos, houve uma imensa ocupação sobre o entorno da BR – 163, hoje constituída de distritos e Municípios, nos quais se desenvolvem diversas outras atividades produtivas.

Eu quero aqui fazer dois registros, diria até de reconhecimento.

Senador Garibaldi Alves, na semana passada, estivemos em uma reunião da Comissão da Amazônia com o Presidente do Instituto Chico Mendes, Dr. Rômulo Mello, entre outros convidados. Nessa audiência, tive a oportunidade, a convite do Deputado Zequinha Marinho, de me pronunciar. Solicitei, então, ao Dr. Rômulo que nos concedesse uma audiência no Instituto, para que pudéssemos, de forma objetiva, caminhar no sentido de firmarmos um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, àquela altura não para as glebas a que me referi há pouco, mas para a Flona do Jamanxim, também ao longo da BR – 163, englobando parte dos Municípios de Altamira e de Novo Progresso.

O Presidente do Instituto Chico Mendes de pronto atendeu ao meu pedido e marcou a reunião para o dia seguinte, quarta-feira, às 9 horas. A reunião foi muito proveitosa – quero aqui fazer esse reconhecimento. E lá se ajustou que, em quinze dias, o Instituto Chico Mendes vai encaminhar aos Parlamentares que estiveram na reunião e aos agricultores atingidos pela Flona do Jamanxim um Termo de Ajuste de Conduta, para que seja analisado pelas partes e, depois de dis-



cutido novamente com o Instituto Chico Mendes, com o Ibama e com o Incra, fosse elaborada uma redação final e assinado o Termo de Ajustamento de Conduta, no qual haveria deveres e direitos tanto da parte dos órgãos governamentais quanto da parte das famílias que lá produzem.

Em seguida, por solicitação nossa, fomos recebidos pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Quero aqui também fazer um agradecimento, em nome daquelas milhares de famílias que estão sendo prejudicadas pela demarcação da Flona do Jamanxim e que ainda não foram atendidas. Não foi respeitado o zoneamento econômico e ecológico já aprovado, há vários anos, no Governo passado, do Governador Simon Jatene, por unanimidade, pela assembléia legislativa...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – ... e não foram respeitadas as audiências públicas feitas em várias localidades ao longo dos Municípios atingidos pela Flona. Em todas essas audiências a população se mostrou contrária à demarcação da Flona, mesmo assim o Governo Federal, lamentavelmente, decretou a demarcação da Flona do Jamanxim.

Mas, agora, o entendimento foi aberto pelo Presidente do Instituto Chico Mendes e pelo Senador Romero Jucá – repito: quero agradecer ao Líder do Governo que atendeu os Parlamentares do Pará, a meu pedido, e os produtores daquela região que estão dentro da Flona do Jamanxim –, que assumiu um compromisso com essas milhares de famílias, representadas por mais ou menos quarenta delas, que se deslocaram da BR – 163 até Brasília para terem essas audiências.

Ele se comprometeu a intermediar uma solução que, mantida a Flona do Jamanxim, possa também atender a essas milhares de famílias, como eu disse, que lá estão produzindo, há mais de trinta anos, e sustentando com dignidade as suas famílias.

Quero também dizer que hoje tive o prazer de participar de uma audiência com o Ministro Carlos Minc e tratar de vários assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, em especial do meu Estado do Pará.

Quero agradecer ao Ministro, que foi bastante democrático na reunião da qual nós participamos com vários outros convidados. E nós vamos dessa forma, sem preconceitos, sem predefinições, mostrando realmente que a vontade de ambas as partes é, na realidade, a manutenção da floresta, sem a necessidade de agredi-la, sem a necessidade de derrubar uma única árvore. Podemos mostrar que é possível, sim, utilizando de forma inteligente as áreas já antropizadas,

fazer com que a Amazônia possa ser desenvolvida de forma sustentável, possa ser incorporada ao território brasileiro de forma produtiva e possa dar aos vinte milhões de brasileiros que lá vivem uma condição digna de vida, econômica e socialmente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a generosidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### **PARECER Nº 1.067, DE 2008**

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 43, de 2008 (nº 170/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, anexado ao Aviso nº 84, de 2007, encaminhando ao Senado cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC – 006.106/2006-0, referente a tomada de contas especial sobre os convênios celebrados entre órgãos da administração pública federal e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola.** Relator: Senador Flexa Ribeiro

#### **I – Relatório**

A Presidência do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou a esta Casa cópia do Acórdão 2.688/2008–TCU – 2ª Câmara, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentaram, para análise e apreciação do Congresso Nacional.

Despacho da segunda vice-presidência do Senado Federal promoveu a juntada da documentação acima referida ao Aviso nº 84/2007.

A Tomada de Contas Especial, concluída com o Acórdão nº 2.688/2008, foi motivada pelo requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 13/2003–CN, conhecida como “CPMI da Terra”.

Por outro lado, a instauração dos autos da Tomada de Contas Especial, decorreu também da determinação constante do subitem 9.3.6 do Acórdão nº 2.261/2005–TCU–Plenário, em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio MMA–24/1999 SIAFI 376712 – celebrado entre a Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA e o Ministério do Meio Ambiente em 28-10-1999, no valor de R\$137.110,50, com o objetivo de apoiar o “início do projeto de formação em educação ambiental para os

coordenadores nacionais e regionais de assentamentos para sensibilizar e capacitar, por meio de cursos modulares, educadores que trabalham com a questão ambiental no âmbito dos trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”, haja vista a não-comprovação de execução do objeto conveniado.

Foram apuradas irregularidades no sentido de ausência de documentos hábeis para a correta prestação de contas dos recursos repassados. Os recursos do Convênio MMA–24/1999, captado pela Anca, foram repassados totalmente ao Iterra, que contratou outras ONG para executar o objeto do instrumento. No processo não há documentos que possam atestar a realização do objeto do convênio. O valor total do convênio, de R\$137.110,50, foi transferido ao Iterra, com dois cheques, um em 6-12-1999, de R\$45.094,00, e outro em 22-12-1999, de R\$92.016,50. Em relação aos dois cursos objeto do convênio há apenas uma lista com o nome de 87 pessoas, mas não há data de realização, carga-horária, lista de presença. Em relação à pesquisa, há cópia de um relatório sobre o assunto, mas sem identificação de autoria e data de elaboração.

O TCU, no Acórdão 2.688/2008–TCU – 2ª Câmara, AVS nº 43, de 2008, que é o objeto de análise desta Comissão, decidiu:

– Com fundamento no disposto nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. José Mário Schons, dirigente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, ao pagamento das quantias de R\$45.094,00 e R\$92.016,50, fixando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetue, e comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, acrescida dos consectários legais a partir de 16-11-1999 e 9-12-1999, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

– Aplicar ao Sr. José Mário Schons a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

– Autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas de que tratam os subitens 9.1 e 9.2 retro, caso não atendida a notificação;

– Remeter cópia da documentação pertinente ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 6º, do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis;

– Encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Senado Federal

É o Relatório.

II – Voto

Iniciamente, é importante consignar que este processo apreciado pelo Tribunal de Contas da União, no qual concluiu-se pela reparação de danos ao Erário, foi decorrente da ação fiscalizadora iniciada pelo Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Parlamentar Mista de inquérito.

Ressaltamos que o Iterra, junto com a ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola e a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária foram considerados como os principais braços do MST – Movimento dos sem Terra, já que este não tem personalidade jurídica e que ficou amplamente caracterizado que estas instituições foram e são utilizadas para captar recursos públicos e com aplicação bastante duvidosa.

É importante, também, deixar registrado que este não é o único processo motivado por aquela CPMI, que está chegando ao término e produzindo importantes efeitos de recuperação de recursos públicos mal empregados. O TCU, recentemente, condenou, também, o Iterra no Acórdão nº 214/2007 – Plenário, 1.968/2007 e 2.021/2007, ambos da 2ª Câmara, por razões semelhantes e identificadas em outros convênios, estando em tramitação quase uma dezena de outros processos sobre o mesmo assunto.

Esse acórdão demonstra, mais uma vez, o acerto na análise e condução da CPMI da Terra, que revelou graves problemas na relação de ONG e OSCIPS com a condução de recursos públicos, tal fato também ficou caracterizado nas CPI das Ambulâncias e das ONG na Amazônia.

Destacamos que, no nosso entendimento, a ação do TCU e do Congresso Nacional no exercício do controle externo, no caso ora em análise, está sendo exercida; porém, para que a plenitude da atuação do controle externo, previsto nos arts 70 e 71 da Constituição Federal, e a preservação do Erário, como prin-

cípio republicano, sejam integralmente atingidos cabe ao Congresso Nacional instar o Poder Executivo a estabelecer mecanismos preventivos.

Nesse sentido, propomos o seguinte encaminhamento:

a) conhecimento da matéria por esta Comissão;

b) remessa de cópia do inteiro teor deste acórdão ao Presidente e ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito conhecida como "CPI das ONG"; e

c) arquivamento do presente processo.

Sala da Comissão, 14 de outubro 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**, Relator.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 13 DE 2008  
*anexado ao parecer do AVS 6412007*

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>R. Quintanilha</i> (Sen. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR : <i>Flexa Ribeiro</i> (Sen. FLEXA RIBEIRO)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
MARINA SILVA-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
<b>Maioria (PMDB)</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
<b>PTB</b>	
GIM ARGELLO	
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PRAIA	VAGO

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Seção IX

**Da Fiscalização Contábil, Financeira  
e Orçamentária**

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

~~Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que desta, assuma obrigação de natureza pecuniária.~~

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de contas da União, ao qual compete:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as funda-

ções instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, por iniciativa própria, da câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V – fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII – prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medi-



das previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo,

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

**Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas Mensagem de veto da União e dá outras providências.**

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta lei:

I – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

Art. 16. As contas serão julgadas:

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico;

§ 3º Verificada a ocorrência prevista no parágrafo anterior deste artigo, o Tribunal providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, para ajuízo das ações civis e penais cabíveis.

Art. 19. Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 desta lei, sendo o instrumento da decisão considerado ti-

tulo executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

Parágrafo único. Não havendo débito, mas comprovada qualquer das ocorrências previstas nas alíneas **a**, **b** e **c** do inciso III, do art. 16, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso I do art. 58, desta lei.

Art. 23. A decisão definitiva será formalizada nos termos estabelecidos no regimento interno, por acórdão, cuja publicação no Diário Oficial da União constituirá:

III – no caso de contas irregulares:

a) obrigação de o responsável, no prazo estabelecido no regimento interno, comprovar perante o Tribunal que recolheu aos cofres públicos a quantia correspondente ao débito que lhe tiver sido imputado ou da multa cominada, na forma prevista nos arts. 19 e 57 desta lei;

b) título executivo bastante para cobrança judicial da dívida decorrente do débito ou da multa, se não recolhida no prazo pelo responsável;

c) fundamento para que a autoridade competente proceda à efetivação das sanções previstas nos arts. 60 e 61 desta lei.

Art. 28. Expirado o prazo a que se refere o **caput** do ad. 25 desta lei, sem manifestação do responsável, o Tribunal poderá:

II – autorizar a cobrança judicial da dívida por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal, na forma prevista no inciso III do art. 81 desta lei.

**Multas**

Art. 57. Quando o responsável for julgado em débito, poderá ainda o Tribunal aplicar-lhe multa de até cem por cento do valor atualizado do dano causado ao erário.

**PARECER Nº 1.068, DE 2008**

**Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008, (nº**

**1.022/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.**

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

### **I – Relatório**

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (SE) nº 120, de 2008, que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 397, de 19 de agosto de 2003, solicitando a apreciação do aludido Acordo.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 20 de novembro de 2003, na forma do Projeto de Decreto Legislativo de formulado e apreciado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O tratado em apreço, exemplo de uma das modalidades de colaboração mais tradicionais que se prestam Estados soberanos, representa importante avanço na cooperação judiciária entre o Brasil e o Líbano, ao tomar mais efetiva atuação dos dois países na prevenção e na repressão do crime.

O tratado estabelece ademais as regras e formalidades que devem ser observadas em um processo de extradicação, os procedimentos de prisão preventiva e de trânsito e entrega do extraditando.

### **II – Análise**

Trata-se de ato internacional padrão da relação bilateral extradicional entre estados soberanos, contemplando tecnicamente todos os requisitos necessários para que o tratado atenda aos fins a que se propoe. Vale salientar que a cooperação judiciária internacional é um dos modernos meios de persecução criminal internacional, atuando contra formas insidiosas de crimes, como o terrorismo, a criminalidade financeira, o narcotráfico, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro.

Versado em 17 artigos, o tratado em apreço possui caráter simples, porém abrangente, não deixando de contemplar sequer a questão da entrega de bens provenientes de crimes objeto de pedido extradicional, conforme previsto no art. 14.

Resta aduzir que o tratado possui ainda o condão de aproximar os países signatários, o que é importante no plano bilateral, pois se tratam de países com sólida e histórica amizade. O Brasil recebeu inúmero contingente de imigrantes libaneses, que contribuíram para o crescimento do país, atuando principalmente no setor de comércio e no setor financeiro. O Líbano vai aos poucos consolidando sua recuperação, após décadas de conflitos bélicos e guerras civis, devendo tomar-se importante parceiro para o Brasil em suas relações com o Oriente Médio.

Por último, cumpre lembrar ser o presente ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, colaborando para a maior segurança jurídica nas relações bilaterais. Também consolida o bom relacionamento do Brasil com a República do Líbano, país que poderá ser aliado constante em vindouras demandas em fóruns internacionais, como é o caso da Organização Mundial do Comércio e das Nações Unidas, a par de seus múltiplos organismos especializados.


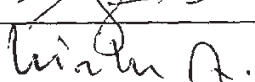

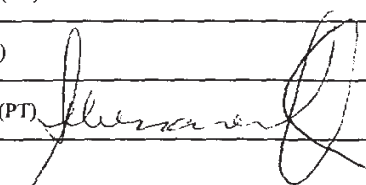
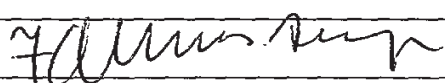
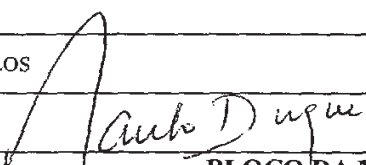
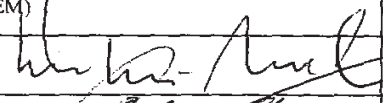
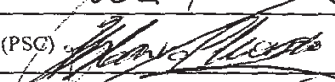
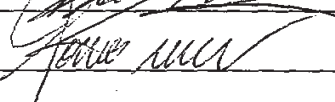
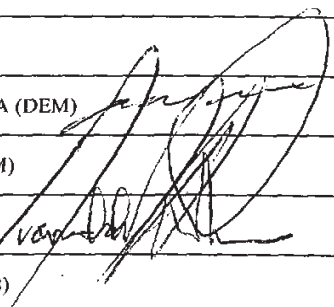
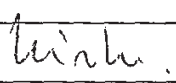
### **III – Voto**

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2008.

Sala da Comissão,

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 120 DE 2008  
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/10/2008, AS SENHORAS SENADORAS E  
 SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b> 	
<b>RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE</b> 	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)</b>	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SHESSARENKO (PT) 
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - MARINA SILVA (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAM BORGES
PAULO DUQUE 	5 - VALDIR RAUPP
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM) 	2 - CÉSAR BORGES (PR)
VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC) 	3 - MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM)
ROMEU TUMA (PTB) 	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Presidente</i>	6 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
<b>PTB</b>	
ADA MELLO	
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Relator</i> 	1 - JEFFERSON PRAIA

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional:  
.....

**PARECER Nº 1.069, DE 2008**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 40, de 2008 (nº 250 2008, na origem), do Ministério da Fazenda, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.**

Relator: Senador **Jayme Campos**

Relator **ad hoc**: Senador **Expedito Júnior**

**I – Relatório**

Em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 20, de 16 novembro de 2004, do Senado Federal, o Ministro da Fazenda, mediante o Aviso 4º de 2008, encaminha a esta Casa o Relatório sobre as emissões de títulos República realizadas pela União no período de 10 de abril a 30 de junho de 2008, âmbito do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

O Ministro informa que, nesse segundo trimestre, o Governo procedeu a 2º reabertura do bônus Global 2017, título denominado em dólares, ocorrida em 7 de maio do corrente ano.

Conforme informações contidas no Relatório, a referida reabertura significou a captação de recursos no montante total de US\$525 milhões (equivalentes a R\$889,4 milhões), sendo US\$500 milhões nos mercados europeu e norte-americano e o restante US\$25 milhões no mercado asiático.

Atualmente, já considerada essa nova emissão, o passivo externo sob essa modalidade de título alcança US\$2,55 bilhões.

Destaque-se que o bônus Global 2017, como as demais emissões desse título, foi vendido com previsão do pagamento do principal, em parcela única, no vencimento, em 17 de janeiro de 2017, e juros de

6% a.a., pagos semestralmente em janeiro e julho de cada ano.

A reabertura foi efetivada em valores acima de seu valor de face, ao preço de 104,816%, resultando em rendimentos ao investidor de 5,299% a.a.. Com efeito, o **spread** da operação foi de 140 pontos-base acima do **Treasury** (título do Tesouro americano), quando referenciado a aqueles com vencimento em fevereiro de 2018.

Nesse trimestre, o Tesouro Nacional realizou, ainda, uma operação de **hedge** (proteção), associada à reabertura mencionada, de forma a proteger a operação da volatilidade do mercado de títulos do Tesouro Americano. Para tanto, foi utilizada a denominada **Treasury Lock**, instrumento financeiro que consiste em fixar um nível para a taxa do título do Tesouro americano com prazo de 10 anos, portanto, com vencimento em 2018. O **lzedge** contratado alcançou o volume de US\$410 milhões.

O Relatório veio acompanhado de anexos detalhando as operações realizadas no período e os títulos da dívida pública resgatados com os recursos oriundos da referida operação.

**II – Análise**

Mediante a Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, o Senado Federal autorizou a União a executar o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Esse programa compreende operações de emissões de títulos, com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e a administração de passivos, contemplando operações de compra, de permuta e outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros.

Dentre as características das operações de emissão de títulos e de administração de passivos estipuladas no art. 2º da citada Resolução, destacam-se a fixação de um limite para o montante de emissões, de até US\$75 bilhões ou seu equivalente em outras moedas, colocados de uma só vez ou parceladamente, a natureza dos títulos, nominativos ou ao portador, e sua forma de colocação, mediante oferta internacional, com juros e prazos a serem definidos por ocasião das negociações.

A autorização estabeleceu, cf.(?), o art. 3º da aludida norma, que a execução de cada operação de administração de passivos será comunicada ao Senado Federal, no prazo de trinta dias após a sua realização. Como se depreende do Relatório, no trimestre sob exame, não houve a realização de operações de administração de passivos.



Por seu turno, consoante o art. 4º da referida resolução, o Ministro da Fazenda apresentará, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada trimestre, relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com as informações que prescreve.

Assim procede o Ministro da Fazenda, cumprindo com as determinações do Senado Federal, ao submeter à sua apreciação o presente relatório. Todavia, cumpre registrar que a Resolução nº 20, de 2004, conforme citado acima, e salvo melhor interpretação, refere-se à apresentação do relatório pelo Ministro da Fazenda, em reunião desta comissão.

De qualquer modo, quanto ao mérito do relatório, cumpre-nos ressaltar que a operação realizada no referido trimestre dá continuidade ao processo de gestão integrada da dívida pública federal, considerando ativos e passivos, tanto internos quanto externos, no âmbito do Tesouro Nacional, e que vem proporcionando ganhos, em vista das reduções de custos e riscos obtidos nesse processo.

Assim sendo, a emissão segue as diretrizes do Plano Anual de Financiamento – PAF, onde consta que a gestão da dívida pública federal externa buscará o aperfeiçoamento do perfil do passivo externo, com vistas a consolidar a curva de juros externa em dólares, por meio da manutenção de pontos de referência (**benchmarks**), nos principais mercados de títulos.

Com mais essa colocação, o Tesouro Nacional reforça o bônus Global 2017, como ponto de referência (**benchmark**), para os títulos de 10 anos, na curva de juros externa denominada em dólar, servindo também de referência para as eventuais captações do setor privado.

Com efeito, em virtude de o País ter recebido o grau de investimento de várias agências internacionais, de classificação de risco, significando que foi atingida a categoria de país com baixo risco de inadimplência, a emissão em exame incorporou o menor custo de captação em dólares já obtido por um título da República, em emissões externas.

De fato, a obtenção dessa nova classificação de risco, permite ao País obter melhores condições de financiamento, em particular por meio da redução dos custos de captação. Isso, tanto para o setor público, pois gera nova demanda por títulos públicos, vinda dos grandes investidores institucionais, que possuem restrições para investimentos em países que não são grau de investimento, quanto privado, porque empresas ganham espaço para ter sua clas-

sificação de risco elevada, em função do aumento do **rating** soberano.

Essa classificação, dada em um momento de incerteza internacional, ratifica a posição brasileira como um dos importantes destinos de recursos daqueles que buscam segurança em seus investimentos de longo prazo, refletindo boas oportunidades de negócios e um arcabouço institucional estável.

Não é demais lembrar que o bônus Global 2017 incorpora condições, até então consideradas inovadoras, que permitem ao Tesouro Nacional resgatá-lo, antecipadamente, sem a necessidade de se realizar oferta pública e sem que essa prerrogativa incorra em custos adicionais.

Ademais, em conformidade com a destinação legal de tais recursos para o pagamento da dívida pública federal, é informado no Relatório, que essas emissões permitiram o resgate de títulos da data interna, no montante de R\$889,4 milhões. Dessa forma, houve, no período, continuidade da execução de uma política de substituição de dívida pública federal interna por externa, mediante captações nos mercados internacionais, a taxas de juros e prazos de vencimento mais favoráveis, relativamente às prevalentes no mercado interno. Abstraindo-se do risco cambial embutido em tais operações, a administração integrada da dívida, pelo Tesouro Nacional, sinaliza para reduções dos custos financeiros do passivo financeiro da União.

Relativamente à operação de **hedge**, contratada, como enfatizado no relatório, ela não implica perdas ou ganhos para o Tesouro Nacional. Isso porque seu resultado financeiro, ou seja, o valor pago ou recebido em decorrência da variação no preço do título do Tesouro americano, será equivalente ao ganho ou à redução proveniente da emissão do Global 2017.

Por fim, o relatório informa sobre a utilização do limite de emissões autorizadas pelo Senado Federal, disponibilizando quadro com todas as emissões realizadas pelo País, ao amparo da Resolução nº 20, de 2004.

Ademais, cumpre ressaltar que o presente relatório sobre as operações de emissão e colocação de títulos do Tesouro Nacional no exterior, constitui, nos termos dispostos na referida Resolução nº 20, de 2004, procedimento que visa, formalmente, levar ao conhecimento do Senado Federal, as ações levadas a efeito com a execução do referido programa de gestão da dívida pública externa. Nesse sentido, aos membros desta comissão, cabe, tão-somente, tomar conhecimento de seu teor.

Em síntese, consideramos que o presente parecer constitui procedimento regulamentar, indispensável para que seja dado conhecimento aos membros desta comissão, do teor dos relatórios sobre a execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

### III – Voto

Diante do exposto, recomendo que os membros dessa comissão tomem ciência do Aviso nº 40, de 2008, do Ministro da Fazenda, após o qual deve se proceder ao seu arquivamento.

Sala da Comissão.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
AVISO Nº 40, DE 2008 (Nº 250/08, NA ORIGEM)  
NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/10/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:** 

**RELATOR(A):**  **SEN. EXPEDITO JÚNIOR, RELATOR AD HOC**

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)**

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
RANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
ELCÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
LOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
ENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
XPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
ERYS SLHESARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

**Maioria (PMDB)**

OMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
ALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
EDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
ÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
LVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
UTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
ERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)**

ELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
RÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
SEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
ME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
RCO ANTÔNIO COSTA (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
MUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
ERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
XA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
GIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
SO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

**PTB**

DO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
ARGELLO	2-

**PDT**

AR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
---------	-------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Com relação ao **Parecer nº 1.067, de 2008**, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o **Aviso nº 43, de 2008** (apenso ao Aviso nº 84/2007), a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender às recomendações contidas em sua conclusão.

Com relação ao **Parecer nº 1.069, de 2008**, referente ao **Aviso nº 40, de 2008**, da Comissão de Assuntos Econômicos, a Presidência, em observância à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.257, DE 2008**

**Requerimento de Voto de Congratulações pela realização da “53ª. Festa do Peão de Boiadeiro”, de Barretos, SP, promovida pelo Clube “Os Independentes” com apoio incondicional da prefeitura municipal local.**

Requeiro, com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulação ao Clube Os Independentes e a Prefeitura Municipal de Barretos, pela realização da 53ª. Festa do Peão de Boiadeiro, realizada em agosto desse ano, organizada e promovida tradicionalmente pelo Clube “Os Independentes”, de Barretos, com apoio incondicional da Prefeitura Municipal, podendo ser considerada como um dos maiores e mais animados rodeios do País.

Assim, requeiro que este Voto de Congratulação seja levado ao conhecimento do Dr. Emanuel Mariano Carvalho, Prefeito Municipal de Barretos, SP, Rua 30, nº. 564 – CENTRO – CEP: 14.780-900, BARRETOS, SP, FONE: (17) 3321-1100 e, também, ao Senhor Jerônimo Muzetti Presidente do Clube “Os Independentes”, localizado na Rodovia Brigadeiro Faria Lima, Km 428, Parque dos Peões, CEP: 14.780-050, BARRETOS, SP, FONE: (17) 3328-1000 e (17) 3328-1155.

#### **Justificação**

Barretos é município brasileiro do Estado de São Paulo, cujos habitantes se orgulham de denominá-lo: “A Capital do Interior Paulista”. A cidade foi fundada em

25-8-1854, tendo, portando, 154 (cento e cinquenta e quatro) anos.

Localiza-se a uma latitude 20° 33' 26" Sul e a uma longitude 48° 34' 04" Oeste, estando a uma altitude de aproximadamente 530m (quinhentos e trinta metros), com população estimada, no ano de 2006, em 110.195 (cento e dez mil, cento e noventa e cinco) habitantes, distribuídos em uma área de 1.563,6 km².

Até meados de 1800, o Brasil tinha como habitantes portugueses, negros e escravos, sendo que as festividades da região de Barretos eram, basicamente, de cunho religioso. Entretanto, com a chegada da imigração européia naquela região, os costumes passaram por grande transformação.

1831, Francisco Barreto e Antonio Barreto, juntamente com suas famílias, chegaram à região, apossando-se de grandes extensões de terras, onde organizaram suas fazendas (Fazendas Fortaleza, Monte Alegre e Posse Seca), que deu origem ao local.

O transporte de gado pelas estradas de terra desde as pastagens de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso com destino aos frigoríficos da cidade de Barretos aliado à prática dos peões que conduziam as boiadas, de se reunirem, ao entardecer, para brincar de montar cavalos bravios, deu origem ao costume dos rodeios.

Assim, no ano de 1955, um grupo de rapazes solteiros, moradores da cidade de Barretos, SP, tiveram a idéia de realizara a primeira “Festa do Peão de Boiadeiro” que se tem notícia.

Desde então, esta grande festa ficou conhecida internacionalmente pela sua gigantesca estrutura e alta qualidade dos peões, cavalos e touros que ali se apresentam, sendo realizada sempre no mês de agosto, coincidindo com o aniversário da cidade de Barretos, que acontece no dia 25 do mesmo mês.

A Festa do Peão de Boiadeiro organizada e promovida tradicionalmente pelo Clube “Os Independentes”, de Barretos, tem apoio incondicional da Prefeitura Municipal, podendo ser considerada um dos maiores e mais animados rodeios do País. No último mês de agosto do corrente ano, a cidade de Barretos realizou a “53ª. Festa do Peão de Boiadeiro” obtendo sucesso absoluto.

Ante o explicitado, submeto à aprovação dos meus ilustres e eminentes Pares do Senado Federal, o presente requerimento, como reconhecimento da importância e da tradição da “Festa do Peão de Boiadeiro”.

deiro de Barretos”, como evento cultural importantíssimo não apenas para o Estado de São Paulo, mas para todo o Brasil.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2008.  
Senador **Romeu Tuma** – PTB-SP.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.258, DE 2008**

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos desta Casa no período de 22 a 24 de outubro de 2008, ocasião em que estarei participando do Seminário Nacional, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, nas cidades de Fortaleza-CE e Recife-PE, ocasião em que presidierei os debates regionalizados das matérias orçamentárias relativas à Proposta Orçamentária para 2009, nessas duas cidades.

Sala das Sessões, 21 outubro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB-GO.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.259, DE 2008**

Senhor Presidente,

Na qualidade de Relator-Geral da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, requeiro, nos termos regimentais, dispensa dos trabalhos desta Casa nos dias 22, 23, 28, 30 e 31 de outubro, 3 e 4 de novembro, datas em que serão realizados seminários regionais para discussão da Proposta Orçamentária para 2009, conforme cronograma anexo.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Delcídio Amaral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos lidos serão publicados e apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.260, DE 2008**

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 424 e 661 de 2003; 318, 372, 390 e

682, de 2004; 21 a 23, 124, 149, 190, 192, 211, 263 e 568, de 2005; 232 e 408, de 2006.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.261, DE 2008**

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 73, de 2003; 10, de 2006 e 47, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nos 468, de 1999, 189, de 2002; 125 e 537, de 2003; 129 de 2004; 24, 230, 232 e 387, de 2005; 243, de 2006; 328, de 2007, e 170, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.262, DE 2008**

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 67, 85 e 92, de 2004; 46 e 84, de 2005; 26, 29, 53, 70 a 72, de 2006; 2, 4, 95, 109, 129 e 130, de 2007; 10 e 70, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 446 e 387, de 2003; 132, 133, 135 a 140, 206 e 268, de 2004; 11, 116 e 144, de 2005; 20, 39, 220 e 324, de 2006; 87, 95, 169, 231, 250, 309 e 559, de 2007, e 182, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.263, DE 2008**

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nos 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007, e 74, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nos 167 e 208, de 2004; 265, de 2005; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 645, de 2007; 202, 253 e 280, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.264, DE 2008**

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nos 6 e 97, de 2003, 48, 80 e 94, de 2007, 15, 24 e 29, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maíel**.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos lidos serão publicados e encaminhados à Mesa, para decisão.



Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

# **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2008**

## **Institui o Dia Nacional do Criador de Cavalos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional do Criador de Cavalos”, a ser celebrado, anualmente, em 24 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### **Justificação**

O segmento de criação de cavalos vem se tornando cada vez mais representativo para a economia do País. Estima-se que o setor movimenta cerca de R\$2,8 bilhões por ano, o que envolve realização de pesquisas, aperfeiçoamento genético, desenvolvimento de produtos e serviços e a realização de feiras e exposições.

Atualmente o setor congrega em torno de associações, o que demonstra a organização dos criadores, praticamente todos os Estados da Federação.

O dia 24 de novembro marca a data da fundação da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos do Passo Fino (ABCCPF), sediada em Brasília-DF. A entidade representa os interesses das demais associações, congregando as ações de forma a fortalecer o setor em nível nacional.

Entre os objetivos da ABCCPF está a instituição do Dia Nacional do Criador de Cavalos, no sentido de valorizar o segmento e de homenagear os seus trabalhadores, como já ocorre com diversas outras categorias profissionais.

Por essa razão, buscando atender aos anseios da categoria, proponho a instituição do dia 24 de novembro como o Dia Nacional do Criador de Cavalos.

Espero, assim, contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para essa iniciativa, que ora apresento, em reconhecimento a esse importante setor da nossa economia.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2008. – Senador **Gilberto Goellner**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Senadores Gerson Camata, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Valdir Raupp enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é fato indiscutível que crises geram perdas. Ninguém melhor para atestá-lo que os países e instituições financeiras atingidos pela crise financeira global, ainda em pleno desenvolvimento, e que ninguém se arrisca a prever como e quando terminará. Nas semanas recentes, a confusão tomou conta dos mercados, fazendo com que bolsas de valores ao redor do mundo literalmente derretessem e a cotação do dólar atingisse as alturas. Mas dizem também, igualmente com razão, que toda crise esconde oportunidades.

É hora de adotar medidas preventivas, de conter gastos, mas também é hora de lançar um olhar para o futuro, para como será o mundo depois de terminado o vendaval, e planejar para que as oportunidades, quando chegarem, não sejam desperdiçadas.

No Espírito Santo, o Governo anunciou cortes de gastos logo no início da crise, mas tomou o cuidado de preservar e até mesmo ampliar os orçamentos de educação, saúde e segurança pública. São cortes preventivos, parte de uma estratégia que permite ao Estado fortalecer-se durante a crise para que suas consequências sejam reduzidas ao mínimo possível, e para que as oportunidades não passem ao largo de seu território quando a tormenta acabar.

Pode parecer inusitado, mas a verdade é que o ciclo de expansão econômica que o Espírito Santo vive nos últimos anos não deu sinais de enfraquecimento, mesmo em plena crise. Na semana passada, a Baosteel CSV, Companhia Siderúrgica de Vitória, uma parceria entre o grupo chinês Baosteel e a Vale, confirmou o investimento de R\$10 bilhões na construção de uma usina siderúrgica em Anchieta, no Sul do Estado.

A usina, com uma capacidade de produção prevista de 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano, deve começar a ser construída no ano que vem, e entrará em operação em 2012. Ficará situada na mesma região em que a Samarco erguerá sua quarta usina

de pelotização de minério, e onde a Petrobras constrói a UTG Sul, uma unidade de tratamento de gás.

A construção da usina siderúrgica está integrada a dois outros projetos. Um deles é o de um porto de águas profundas em Ubu, para atender à produção siderúrgica, exportação de minério, importação de carvão e movimentação de outros granéis sólidos.

O outro é a construção da variante ferroviária Litorânea Sul, que interligará a estrada de ferro Vitória-Minas a Cachoeiro de Itapemirim, passando pela Grande Vitória e pelo porto de Ubu. A Vale, responsável pela obra, já recebeu licença do Ibama para dar início aos trabalhos, que devem começar nos próximos meses. Com 165 quilômetros de extensão, a Litorânea Sul terá uma capacidade de transporte de 13 milhões de toneladas de carga por ano.

Uma missão oficial do Governo do Estado, chefiada pelo vice-Governador Ricardo Ferraço, com a participação de empresários e diretores da Federação das Indústrias do Espírito Santo, está agora em Xangai, na China, para conhecer a usina siderúrgica do grupo Baosteel. A siderúrgica que será erguida em Anchieta deve gerar cerca de 33 mil empregos, dos quais 15 mil diretos, durante a construção, e 3 mil diretos e 15 mil indiretos quando estiver em funcionamento. Milhares de pessoas serão capacitadas gratuitamente pelo SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, nos municípios da região.

No setor de petróleo e gás, há muitas boas notícias. Com a conclusão do gasoduto Vitória – Cabiúnas, no primeiro semestre deste ano, o Espírito Santo passou a exportar gás natural. Para o futuro, as perspectivas são ainda melhores. A área denominada Parque das Baleias, na costa capixaba, onde está o campo de Jubarte, já está sendo chamada de “o novo pólo do pré-sal no Brasil”.

Embora não existam cálculos definitivos sobre as reservas, os resultados das perfurações feitas até agora têm surpreendido até mesmo os técnicos da Petrobras. Só em Jubarte podem existir cerca de 4 bilhões de barris equivalentes de gás natural, mas o Parque das Baleias tem ainda outros quatro campos por entrar em produção, os de Cachalote, Baleia Azul, Baleia Franca e Baleia Anã. E há outra vantagem, o fato de as reservas estarem a profundidades que chegam

a ser de apenas 200 metros, enquanto na Bacia de Santos os reservatórios ficam a 6 mil ou 7 mil metros, e em outros locais a 4 mil metros.

Enfim, há quem diga que, no idioma chinês, crise e oportunidade se complementam na mesma palavra, formada por dois ideogramas. Não sei se isto é verdade, mas existe algo incontestável: o Espírito Santo está sabendo tirar proveito da crise, abrindo espaço para oportunidades. É o que todos nós, brasileiros, devemos fazer.

Os acontecimentos conspiram a favor do Brasil, por seus recursos naturais e pelas possibilidades que oferece, como comprova o exemplo capixaba. Se agirmos com a combinação adequada de realismo e ousadia, agilidade e planejamento, bom senso e criatividade, poderemos tirar vantagem de uma situação adversa. Ou, como diz o velho ditado, fazer desse limão uma limonada...

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PF teve ajuda do Exército na Satiagraha, diz revista”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de setembro do corrente.

A matéria destaca que serviços secretos das Forças Armadas ajudaram a Polícia Federal na investigação que resultou na Operação Satiagraha. Além da ABIN, Agência Brasileira de Inteligência, os Serviços de Inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica reforçaram a investigação da operação comandada pelo delegado da Polícia Federal, Protógenes Queiroz.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# PF teve ajuda do Exército na Satiagraha, diz revista

Operação que levou Dantas à prisão também teve participação da Abin

**Denise Madueño  
Felipe Recondo**

BRASÍLIA

Serviços secretos das Forças Armadas ajudaram a Polícia Federal na investigação que resultou na Operação Satiagraha, segundo revelou reportagem publicada na revista *Época* neste fim de semana. Além da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), os serviços de inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, segundo a revista, reforçaram a investigação da operação comandada pelo delegado da Polícia Federal, Protógenes Queiroz.

De acordo com a reportagem, o comandante do Exército, Enzo Peri, determinou o levantamento de informações internas para confirmar se um oficial da instituição fora aliciado para trabalhar no grupo Opportunity, de Daniel Dantas, preso na operação e solto posteriormente. Os serviços secretos da Marinha e da Aeronáutica foram acionados para localizar veleiros de propriedade de Dantas e de aviões de uso exclusivo do banqueiro, segundo conta a revista.

A assessoria de imprensa do Ministério da Defesa, ao qual as Forças Armadas estão subordi-

nadas, em nota divulgada ontem, afirma ser "falsa a afirmação" de que o Exército participou da Operação Satiagraha. Ainda de acordo com a nota, foi infundada a denúncia de Protógenes de suposta atividade externa de um oficial. "A apuração mostrou que o investigado não pertencia aos quadros do Exército, pois havia desistido da carreira militar após formar-se aluno no Instituto Militar de Engenharia."

De acordo com a revista, o major da Aeronáutica Paulo Ribeiro Branco Júnior e o sargento Idalberto Matias Araújo se reuniram com Protógenes e com o ex-agente do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) Francisco Ambrósio do Nascimento. O ex-agente do SNI foi apontado pela revista *Is-toÉ*, na semana passada, como um dos suspeitos pelo grampo telefônico que gravou conversa entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Em entrevista ao *Estado*, Ambrósio negou que tenha feito escuta telefônica.

O ex-agente do SNI confirmou na entrevista conhecer Idalberto. "Ele é um amigo particular de 25 anos, trabalhei com ele na área de inteligência

até 1998, quando me aposentei", disse Ambrósio ao *Estado*. "Agora, ele é um militar humilde, que veio de soldado, cabo até chegar a sargento. E francamente falando, eu desconheço e duvido muito que ele tenha a capacidade técnica para fazer um grampo", completou.

Ainda na entrevista, Ambrósio negou que Idalberto estivesse na operação. "Que fique bem claro que em nenhum momento, seja no Máscara Negra (prédio sede da PF em Brasília), ou no Sudoeste (setor em Brasília), esse rapaz esteve", disse, referindo-se aos dois locais onde agentes da PF, servidores da

Abin e o próprio Ambrósio trabalharam, sob o comando de Protógenes.

O major da Aeronáutica Branco, segundo a revista *Época*, tornou-se amigo de Protógenes há dois anos, quando os dois participaram de um curso de Inteligência Estratégica na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Segundo a revista, Branco não quis falar sobre a reportagem. Idalberto nega à *Época* que tenha participado da operação e de grampos clandestinos. ◊

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Após 1 ano, acusado pela PF volta à Petrobras”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 06 de agosto de 2008.

A matéria destaca que um ano depois, os principais acusados pela Polícia Federal de fraudes em licitações na Petrobras retomaram suas atividades normalmente. Em julho de 2007, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra responsáveis por supostas fraudes em licitações da estatal, que gerou mandados de prisão preventiva contra 18 pessoas. Saldo: 14 presos, entre empresários, advogados e funcionários da Petrobras. Hoje os 28 denunciados

respondem, em liberdade, a processo na 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, acusados de corrupção ativa e passiva, fraude em licitação, estelionato e formação de quadrilha.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Após 1 ano, acusado pela PF volta à Petrobras

Ex-gerente, que foi preso em operação e responde a processo em liberdade,  
está hoje em órgão de pesquisa da estatal

**Além de Carlos Heleno, que não quis se manifestar, mais um voltou; diretores de empresa acusada seguem à frente de porto no Rio**

**ROBERTO MACHADO**  
DA SUCURSAL DÓRIO

Um ano depois, os principais acusados pela Polícia Federal de fraudes em licitações na Petrobras retomaram suas atividades normalmente. Em julho de 2007, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra responsáveis por supostas fraudes em licitações da estatal, que gerou mandados de prisão preventiva contra 18 pessoas. Saldo: 14 presos, entre empresários, advogados e funcionários da Petrobras.

Hoje os 28 denunciados respondem, em liberdade, a processo na 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, acusados de corrupção ativa e passiva, fraude em licitação, estelionato e formação de quadrilha.

O processo está em fase inicial — a dos depoimentos de testemunhas de defesa. A previsão mais otimista é que a sentença de primeira instância saia no final de 2009. Os advogados poderão recorrer. Enquanto isso,

muitos dos acusados retomaram suas atividades.

Entre os cinco funcionários da Petrobras acusados de participação no esquema, o de cargo mais alto voltou aos quadros da estatal, após sindicância interna. Carlos Heleno Netto Barbosa, que era gerente de unidade de plataformas, hoje trabalha no órgão de pesquisa Cenpes.

Além dele, Carlos Roberto Velasco também voltou.

O grupo de diretores da Angra-Offshore, acusado de liderar a suposta quadrilha, voltou à direção da Planeta Operadora — empresa que tem concessão para administrar o porto de Angra dos Reis (RJ).

“Dá um desânimo. O processo penal é estruturalmente lento. Mesmo num contexto probatório significativo, com identificação do crime no momento em que ele ocorre, o processo se arrasta por anos”, diz o procurador da República Carlos Alberto Aguiar, autor da denúncia que resultou na Operação Águas Profundas.

A investigação, que durou dois anos, revelou um esquema de repasse de informações privilegiadas, por parte de funcionários da Petrobras, para fraudar licitações em favor da Angra-Offshore — criada pela

Planeta Operadora exclusivamente para participar de contratos com a estatal. Fernando da Cunha Sterea, Mauro Luiz Zamprogno e Wladimir Pereira Gomes, diretores da Angra-Offshore, que chegou a receber cerca de R\$ 60 milhões para reformar plataformas, voltaram à direção da Planeta Operadora.

“A única empresa que acabou foi a Angra-Offshore. O resto está igual. Do ponto de vista do porto, temos prejuízo. Perdemos cargas por causa da operação”, diz Lúcio Azevedo, gerente portuário da prefeitura de Angra.

Segundo ele, Planeta Operadora e Angra-Offshore são ainda a mesma empresa, e a concessão para administrar o porto, concedida em 2001, tem prazo de 25 anos. “Há constrangimento. Mas como a concessão existe, é ruim com eles, pior sem eles.”

Procurados, os sócios da Planeta Operadora não foram localizados. Carlos Heleno Barbosa não quis se manifestar. A estatal informou que ele foi punido com suspensão de 29 dias e depois reincorporado. Três funcionários da Petrobras foram demitidos na operação. Rômulo Miguel Moraes, que era gerente de plataforma, diz que pretende recorrer à Justiça para obter reintegração.



**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Sem Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 18 passado transcorreu a data comemorativa da classe médica brasileira.

Esse dia não poderia passar sem registro por parte desta Liderança, tendo em vista a importância dos nossos médicos para o povo brasileiro.

Se há uma profissão que os avanços no conhecimento e a disponibilização de novos recursos tecnológicos puderam aperfeiçoar de modo espantoso, essa profissão é a medicina.

As descobertas vêm se acumulando desde o século XIX e em velocidade cada vez mais avassaladora.

Hoje quase se pode dizer que não há limites ou barreiras que as pesquisas e terapias médicas não possam ultrapassar. Todavia, infelizmente, a natureza não cessa de colocar novos desafios para a saúde humana que nossos profissionais da medicina devem vencer.

Depois da descoberta dos antibióticos, talvez o primeiro grande passo para que os médicos pudessem, finalmente, combater as infecções, até então letais, a pesquisa médica iniciou um ciclo de descobertas que revolucionou todo o processo de tratamento dos pacientes. E, mais importante ainda, a medicina profilática ganhou enorme impulso, pois, até então, era praticamente inexistente.

Sr. Presidente, a importância da medicina para a consecução do bem-estar das pessoas neste início de século XXI é fundamental.

Mesmo com todo o atraso do Brasil na assistência médica pública, não há como negar que nossos médicos se alinham entre os melhores do mundo.

Inúmeras são as personalidades médicas de renome nacional e internacional com contribuição relevante para o exercício da medicina e para seu avanço.

Da cirurgia estética e reparadora, na qual o nome de Doutor Ivo Pitanguy brilha no mundo todo, à ortopedia, em que o Doutor Campos da Paz elevou o nome do Brasil ao topo do prestígio internacional, com a Rede Sarah Kubitschek, a medicina brasileira é, sem qualquer dúvida, um expoente mundial.

Eu não poderia deixar de mencionar, neste rol de autoridades médicas, a Dr<sup>a</sup> Inês Motta de Moraes, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Rondônia, por seu incansável trabalho em prol da melhoria das condições de trabalho dos médicos, como demonstra a declaração dada por ocasião dos festejos do dia 18.

Disse ela:

Da parte dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Medicina, garanto que

estamos envidando esforços para assegurar aos médicos brasileiros melhores condições de trabalho e uma política salarial condigna, porque entendemos que esses são fatores primordiais para melhoria do atendimento que se presta à população.

O primeiro beneficiário, o povo brasileiro, pode, pois, contar com competente amparo à sua saúde.

Falta-nos, ainda, e apenas, galgar o degrau da organização e da eficiência no sistema público de saúde, principalmente na ação preventiva.

Para isso, temos, ainda, a atuação firme e decidida do Dr. Hiran Gallo, médico rondoniense e tesoureiro do Conselho Federal de Medicina. Dr. Gallo é um incansável batalhador da defesa da saúde em Rondônia. Apesar de ter uma agenda cheia de compromissos, realiza constantes visitas às unidades de saúde do Estado para assegurar seu bom funcionamento, atitude que tem resultado em sensíveis melhorias no atendimento da população.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o dia 18 de outubro é considerado o Dia do Médico em muitos países, como Brasil, Portugal, França, Espanha, Itália, Bélgica, Polônia, Inglaterra, Argentina, Canadá e Estados Unidos.

Essa data foi escolhida por ser o dia consagrado ao Evangelista Lucas, o “amado médico”, segundo o apóstolo Paulo.

Lucas teria estudado medicina em Antioquia, além de ser pintor, músico e historiador, um dos mais intelectuais discípulos de Cristo. A tradição de ter Lucas como o patrono dos médicos se iniciou por volta do século XV.

Interesse é ressaltar que a Medicina, até o século XV ou XVI, era muito mais desenvolvida nos países árabes do que no Ocidente, ou melhor, na Europa.

De fato, a Velha Europa era muito atrasada no campo médico e suas populações sofriam mais do que as demais com as epidemias e infecções.

A arte da alquimia, que era a preparação de medicamentos a partir de poções e infusões, era nitidamente mais desenvolvida no Oriente do que no Ocidente, muito mais impregnado dos aspectos mágicos do que dos terapêuticos no trato dos doentes.

Sr, Presidente, desde esses tempos obscuros, em que praticar a Medicina e salvar pessoas podia até render acusações de bruxaria, até os brilhantes tempos de hoje, em que a cada dia somos brindados com um novo avanço das pesquisas e práticas médicas, percorremos um longo caminho.

Tem sido uma grande epopéia, como diversas outras que a humanidade tem vivido ao longo de sua história.

Mas essa é uma epopéia de grandes feitos e memoráveis sucessos, apesar de não termos, ainda, vencido a luta contra as falhas da natureza que nos abatem.

Mas o gênio do ser humano e sua capacidade de empreender nos manterão na trilha da busca do bem-estar pleno para todos. Isso os médicos sabem fazer e continuarão a fazer para o bem de todos nós.

Sendo o Senado a Casa da República, eu não poderia deixar de ter entre seus Pares os médicos, dignamente representados pelos Senadores Augusto Botelho, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Tião Viana e Senadora Rosalba Ciarlini aos quais felicito pelo transcurso da data comemorativo profissional.

Essa era a saudação que desejava fazer para a classe médica brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 29 minutos.)*

## **AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

### **SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO**

**21-10-2008-Terça-feira**

#### **10h Visita do Senhor Domingos Simões Pereira**

Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Gabinete da Presidência do Senado Federal

#### **11h Sessão Solene em comemoração ao Dia Nacional da Força Aérea brasileira e do Aviador.**

Plenário do Senado Federal

#### **12h Visita do Presidente da Comissão das Relações Exteriores da Assembléia Popular Nacional da China, Senhor Li Zhaoxing.**

Gabinete da Presidência do Senado Federal

#### **16h Sessão do Senado Federal**

Plenário do Senado Federal

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

# **Emendas**

## **AO**

## **PROJETO DE LEI**

## **N.º 51/2008-CN**

### **MENSAGEM**

#### **N.º 00138, de 2008 – CN**

#### **(Nº 00747/2008, na origem)**

**Ementa:** “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 19.070.000,00 (dezenove milhões e setenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**Índice de Emendas**  
**PL 051/2008 - EMENDA**

Total por Parlamentar

GILVAM BORGES	00002	1
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	00001	1
VILSON COVATTI	00003	1
<b>Total de Emendas:</b>		<b>3</b>

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00001**  
**PL 051/2008-CN**  
Mensagem 0138/2008-CN

PROJETO DE LEI		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN Nº 051/2008 - CN	01 DE 01

## TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - ESTUDO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E PESCA NO ESTADO DO CEARA, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DE REAIS).

## SUPLEMENTAR:

UNIDADE: 20124

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.122.1344.6104.0023

VALOR R\$ 3.000.000,00

## CANCELAMENTO

UNIDADE: 20124

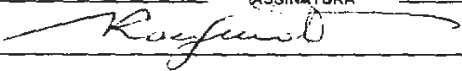
GND: 3

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.122.1344.6104.0001

VALOR R\$ 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO DOTAR VARIOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO CEARA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESTUDO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA E PESCA NO ESTADO DO CEARA. AGINDO ASSIM, PODEREI COM O PODER PUBLICO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO POVO CEARENDE.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00002**  
**PL 051/2008-CN**  
Mensagem 0138/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 051/2008 – CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

Incluir no projeto/ atividade do Anexo I – Capacitação de profissionais em Aqüicultura e Pesca, cooperativa de mulheres pescadoras, no município de Amapá, no Estado de Macapá, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

## SUPLEMENTAR

UNIDADE: 20124

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.128.1344.8008.0058

VALOR R\$: 1.500.000,00

## CANCELAMENTO:

UNIDADE: 20124

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.128.1344.8008.0001

VALOR R\$: 1.500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Pretende-se com esta emenda, melhorar a qualidade de vida da população do Amapá, e em especial, cooperativa de mulheres pescadoras, no município de Amapá, com o objetivo de capacitação de profissionais em aqüicultura e pesca.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Senador Gilvam Borges

AP

PMDB

DATA

ASSINATURA

15/10/2008



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00003**  
**PL 051/2008-CN**  
Mensagem 0138/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN - 051/2008 - CNPÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

INCLUA - SE ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM AQUICULTURA E PESCA - ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DA ZONA NORTE DO MUNICIPIO DE CAPÃO DAS CANOAS - RS, NO VALOR DE R\$ 3.500.000,00 (TRES MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

## SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 20124

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.128.1344.8008.0056

VALOR R\$ 3.500.000,00

## CANCELAMENTO:

UNIDADE: 20124

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.128.1344.8008.0001

VALOR R\$ 3.500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DA ZONA NORTE DO MUNICIPIO DE CAPÃO DAS CANOAS - RS, COM O OBJETIVO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM AQUICULTURA E PESCA. COM ISSO, ESTAREMOS CONTRIBUINDO DE FORMA DECISIVA PARA A QUALIFICAÇÃO DESSES BRAVOS BRASILEIROS.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO VILSON COVATTI

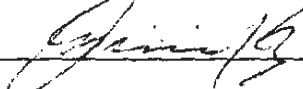
RS

PP

DATA

1/10/20086

ASSINATURA



**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2246 , de 2008**

**O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL,**  
no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista  
o que consta do Processo nº 016155/90-4,

**RESOLVE** alterar o Ato do Presidente nº 106, de 1991, que aposentou voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor aposentado do Quadro de Pessoal do Senado Federal, RAUL DA SILVA LOPES, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir a vantagem denominada "Quintos", prevista no artigo 41 da Resolução SF nº. 42/93, a partir de 1º de maio de 1993; e incluir a vantagem "Opção" prevista na Resolução SF nº 74, de 1994, a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

**Senado Federal, em 21 de outubro de 2008.**

  
**JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINÉO**  
Diretor-Geral Adjunto

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Eptácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Casildo Maldaner\*\* (S)

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Ada Mello\*\* (S)

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virginio de Carvalho\*\* (S)

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Marco Antônio Costa\*\* (S)

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(8)</sup>  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(14)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(11)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(9)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(3,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) <sup>(2,12,17)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM) <sup>(16)</sup>	



**PDT/PSOL** <sup>(10)</sup>

1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) <sup>(1)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(3)</sup>
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

**3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
	1.
	2.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros: 5**

**Leitura: 05/03/2008**

---

#### TITULARES

---

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Papaléo Paes (PSDB)

---

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---



**2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL****Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

**Número de membros: 9****COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira**Leitura:** 25/03/2008**Designação:** 01/07/2008**MEMBROS**

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

### 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ**

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

**Número de membros: 3**

**Leitura:** 03/04/2008

**TITULARES****Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )****Maioria ( PMDB )**

Senador José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino



**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA**

**Finalidade:** Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros: 3**

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

---

**TITULARES**

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

---

Senador João Pedro (PT)

---

**Maioria ( PMDB )**

---

---

**PSDB**

---

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,12)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi <sup>(9)</sup>

Gim Argello	2.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PSDB PMDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL****Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(3)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(1,2,13)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(9)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(12)</sup>	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(4)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(8,11)</sup>	1. Ada Mello <sup>(14)</sup>
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(14)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>	2. Francisco Dornelles (PP) <sup>(1,12,14)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) <sup>(13,14)</sup>
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(7,15)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Osmar Dias <sup>(9)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(10)</sup>

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(8,16)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) <sup>(5,9)</sup>	6. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(15)</sup>
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(13)</sup>	5. Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(14)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(7)</sup>	1.
	2.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(10)</sup>



**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) <sup>(7)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shlessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,11)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(9)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(10)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8)</sup>	1.

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO <sup>(5)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marina Silva (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(11,13)</sup>	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(10)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(2)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(2)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) <sup>(17)</sup>
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1)</sup>
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(14,19)</sup>
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) <sup>(6)</sup>
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) <sup>(2)</sup>
Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(13)</sup>	3. Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(18)</sup>
Romeu Tuma (PTB) <sup>(3)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(12)</sup>
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia <sup>(15)</sup>

### Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****PRESIDENTE: VAGO** <sup>(1,6,7)</sup>**VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,8)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

**Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva****Telefone(s): 3311-3496****Fax: 3311-3546****E-mail: scomcre@senado.gov.br**

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) <sup>(3,6)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(8)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,9)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).  
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.  
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).  
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(3)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) <sup>(2)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO <sup>(5)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(10)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(11)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(9)</sup>	1. Osmar Dias

### Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO <sup>(5,7)</sup>
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(8)</sup>
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(9)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
VAGO <sup>(10)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,8)</sup>	3. Gim Argello (PTB) <sup>(6,7)</sup>
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(4)</sup>	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

## Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br



**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS****Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(1)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(2)</sup>	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) <sup>(13)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(11)</sup>
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10)</sup>
Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(12)</sup>	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(14)</sup>	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

**Atualização:** 19/07/2008

#### Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Marco Maciel (PE) <sup>(2)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
<b>PSOL</b>

**Atualização:** 16/10/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.



## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

#### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

#### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) <sup>5</sup>
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b>LÍDER DA MINORIA</b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador César Borges (PR-BA)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**





**EDIÇÃO DE HOJE: 142 PÁGINAS**